UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO BRASIL:

UM ESTUDO SOBRE OS SETORES METALÚRGICO E DE TELECOMUNICAÇÕES

(Versão corrigida)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

MAURÍCIO ROMBALDI

São Paulo, maio de 2012.

Agradecimentos

À minha mãe, Maria Rosa, pelo carinho e dedicação de sempre, e que, durante a confecção desta tese, foram demonstrados em incontáveis ocasiões.

À Olga, minha companheira, meu amor. Por estar sempre ao meu lado.

Ao meu pai, Valdir, e irmãos, Rogério e Valéria, que apesar da distância me dão a confiança de saber que sempre estão comigo.

Ao professor Ruy Braga, que me ensinou o que é ser um orientador no sentido mais amplo da palavra. O meu reconhecimento pelo valor de suas leituras críticas as quais não apenas me incentivaram a acreditar que sempre é possível andar um pouco mais à frente, mas que competência e humildade podem caminhar juntas. Fica desta orientação que recebi o mais profundo sentimento de admiração. Os limites deste trabalho, assim, são de minha exclusiva responsabilidade.

Para os amigos Tos Añonuevo, Bob Ramsay e Patrício Sambonino, que me ensinaram diversos sentidos do sindicalismo internacional.

Para todos aqueles sindicalistas metalúrgicos e das telecomunicações que dividiram um pouco das suas experiências comigo. Em especial ao companheiro do

SINTETEL Marco Tirelli que, sempre disposto a ajudar a todos, foi fundamental para o acesso a lideranças e dados desde os tempos da minha pesquisa de mestrado.

Para aqueles sindicalistas que conheci nos tempos de ICM e que me propiciaram compreender o verdadeiro sentido da palavra “companheiro”, fundamental para a confecção da tese.

Para Fredy Jara e Luis Salazar, amigos, sindicalistas a quem devo respeito e admiração.

Para Kimi, em que apesar da distância dos últimos anos, teve um papel fundamental na construção do meu olhar sociológico.

Para Maíra e Rodrigo, amigos que me ajudaram com dicas e conselhos até os 45 minutos do segundo tempo.

Para os amigos Érika e Marcos, Helinho, Daniel Bianchi, Dmitri e Célia, Diego Azzi, Márcio e Laura, Lemão, Miguel, Daniel Angelim, Ramon, Ivan Gonzáles, Gonzalo Berrón.

Aos amigos de Porto Alegre e da Guaraci, minhas raízes.

Aos meus sogros Chico e Claudete, que me tratam com o respeito que um filho merece e deram o conforto de saber que posso contar com alguém mais.

RESUMO

A abertura econômica vivenciada pelo Brasil com a implementação de medidas liberalizantes nas décadas de 1980 e 1990 e a intensa expansão da economia nacional, nos anos 2000, inseriram o país em um cenário global jamais vivenciado. Em termos nacionais, tanto o setor de telecomunicações como o metalúrgico experimentaram processos de reestruturação com o ingresso de empresas transnacionais e a proliferação de empresas brasileiras atuando no exterior. Para os sindicatos, intensificavam-se desafios em uma arena que extrapolava os limites nacionais. A partir desse cenário, este estudo analisou a internacionalização de organizações sindicais brasileiras e suas lideranças desde os anos 1980 até os 2000. De um lado o foco reside, inicialmente, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mas se amplia à Confederação Nacional dos Metalúrgicos e à Central Única dos Trabalhadores. Do outro, centra-se no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de São Paulo, filiado à Força Sindical. Constatou-se que a entrada destas organizações na arena global desenvolveu-se em diferentes ritmos e características, na passagem de uma etapa em que, nos anos 1980, *consumiam* relações internacionais para outra, nos anos 2000, em que passaram a ter um papel mais ativo, *protagônico*. Enquanto que para os metalúrgicos este processo é orgânico e paulatino, para as telecomunicações intensificou-se como reação às privatizações. Para ambos, observam-se mudanças em referenciais que estavam voltados à esfera nacional, ampliam-se os percursos possíveis para as carreiras sindicais e a divisão do trabalho sindical por meio de um processo que reforça uma seleção social, a qual se constitui de forma coletiva e individual.

Palavras-chave: internacionalização sindical, sindicatos, metalúrgicos, telecomunicações, globalização, empresas transnacionais.

ABSTRACT

In Brazil, the economic opening experienced with the implementation of liberalization measures in the 1980s and 1990s and the intense expansion of the national economy in the 2000s, brought the country into a global setting never previously experienced. Both the Brazilian telecommunications and the metalworking sectors have gone through re-structuring, the entry of transnational corporations and the proliferation of national companies operating abroad. For the trade unions, challenges have intensified beyond national boundaries. On that basis, this study has analyzed the internationalization of Brazilian trade unions and their leaders from the 1980s until 2000s. On one hand, the focus is initially on the ABC Metalworkers' Trade Union (SMABC), but is extended to the Brazilian National Confederation of Metalworkers (CNM) and the *Central Única dos Trabalhadores* (CUT). On the other, it focuses on the Telecommunications Workers Union of São Paulo (SINTETEL), affiliated to Força Sindical (FS). It was found that their entry into the global arena was developed at differing speeds and with different characteristics, in a transition from a stage where, in 1980s, they *consumed* international relations, to another, in the 2000s, in which they have a more active and protagonistic role. While for the metalworkers this process was organic and gradual, for the telecommunication sector it became intensified as a reaction to the process of privatization. In both cases, changes to the references that were once related to a national sphere were observed, as well as the widening career paths available to trade unionists. Also, trade unions' division of labor widened as a result of a process that reinforced a social selection constituted both collectively and individually.

Key-words: internationalization, trade unions, metalworkers, telecommunications, globalization, transnational companies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 8

ASPECTOS METODOLÓGICOS 26

CAPÍTULO 1 – A internacionalização sindical na pauta do dia?! 32

Globalização, Capitalismo e Sindicalismo 37

Empresas Transnacionais 45

Sindicatos Transnacionais..... 48

Capitalismo e sindicatos no Brasil: rumos da transnacionalização 69

CAPÍTULO 2 – De consumidores a protagonistas no cenário internacional 78

Reflexos da estrutura sindical brasileira 82

Relações sindicais internacionais na passagem dos anos 1980 aos 1990..... 94

Metalúrgicos: os anos 1990 e 2000..... 102

Telecomunicações: os anos 1990 e 2000..... 124

CAPÍTULO 3 – Entre a internacionalização *gradativa* e a *reativa*: diferentes relacionamentos junto à esfera internacional 147

Lideranças Internacionalizadas entre os metalúrgicos..... 163

Lideranças Internacionalizadas nas telecomunicações 193

CONSIDERAÇÕES FINAIS 214

BIBLIOGRAFIA..... 220

ANEXOS 228

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da constatação de que o movimento sindical internacionalizado passa por um processo germinal. Antes de considerar tal processo vivenciado pelo sindicalismo contemporâneo como algo novo, acredita-se, aqui, que ele é uma potencialidade que se desenvolveu gradualmente ao longo dos ciclos político-econômicos da história mundial, mas que nas últimas décadas está atravessando um momento especial. As grandes transformações promovidas pela capacidade de o capital se deslocar entre países trazem dificuldades ao foco e à organização dos trabalhadores, mas também acentuam os vínculos existentes entre trabalhadores para além das fronteiras nacionais. Para os sindicatos, uma consequência deste processo reside no surgimento de novas estruturas sindicais que se vinculam ao estabelecimento de estratégias e de uma militância voltadas à esfera internacional.

Focada no tema da internacionalização do movimento sindical brasileiro, esta pesquisa nasceu de trabalhos desenvolvidos anteriormente pelo autor em que se buscava compreender aspectos referentes à transformação dos sindicatos nacionalmente estabelecidos, tanto em termos simbólicos, culturais, quanto em termos práticos, na sua estruturação, na composição de estratégias e do quadro de lideranças. Dentre as reflexões que surgiram, observou-se que certos sindicalistas não apenas reconvertiam seus capitais simbólicos para se manterem no poder ou concentrá-lo, mas, também, que as transformações da economia internacional e o crescimento da participação das empresas transnacionais na realidade brasileira influenciavam cada vez mais neste

processo. Mais do que isto, tais transformações também passavam a incidir nas estratégias utilizadas pelos sindicatos frente a esta nova realidade. Nos anos 1990, destacam-se duas situações: a privatização das telecomunicações brasileiras, em que empresas estatais passaram ao controle de estrangeiras e, no caso dos metalúrgicos, a percepção de que ocorria em São Bernardo do Campo um movimento semelhante àquele que ocorrera em Detroit em anos anteriores, em que empresas automotivas deixaram a região. Estas circunstâncias tornaram-se um impulso para que sindicalistas repensassem as suas posições e a dos seus sindicatos frente a um novo contexto que se apresentava.

Ainda que estejamos longe de poder afirmar um caráter inédito no desenvolvimento de relações econômicas internacionais no Brasil, a década de 1990 foi marcada por profundas transformações quanto a sua inserção numa economia global. Durante este período, vivenciou-se uma significativa redução da intervenção estatal como regulador econômico, quando empresas estatais passaram ao domínio privado (ANDERSON, 1995; CARDOSO, 2003). Da mesma forma, no âmbito do Estado, foram promovidas estratégias liberalizantes que visavam à abertura do mercado brasileiro à concorrência estrangeira. Com isto, diversos setores da economia nacional vivenciaram a intensificação de dinâmicas econômicas integradas ao mercado internacional que implicaram no fato de que sindicatos e suas lideranças, cada um a seu tempo, passassem a reconsiderar suas formas de negociação, pautas, espaços de intervenção e composição de alianças. Nas entrelinhas, indagava-se sobre em que medida o fenômeno da globalização estaria enfraquecendo as organizações sindicais, ou, em que medida ele poderia servir como potencialidade para a construção de novas

formas de ação. No final das contas, o que acontecia é que se passava a questionar sobre o que seria *essa tal globalização* e como relacionar-se com ela.

Entre o receio que acompanhava as expectativas do porvir e a existência de possibilidades de agir frente a uma dinâmica econômica cada vez mais internacionalizada, criou-se um espaço em que organizações sindicais brasileiras, no setor metalúrgico e no de telecomunicações, passaram a se incorporar ativamente a esta nova realidade. Repleto de diferenciações, que vão desde o posicionamento no campo sindical até a especificidade das experiências nestes setores econômicos, nas últimas três décadas, organizações sindicais passaram a vivenciar um processo de reconfiguração de suas práticas. A dinâmica da ação sindical e a capacidade de que os sindicatos se transformarem, neste caso, sugerem reforçar a tese desenvolvida por Sylver (2005), em que a hipermobilidade do capital não levou à apatia ou à falta de reações por parte de trabalhadores e suas organizações nacionais. Mais que isto, os casos das organizações sindicais estudadas sugerem que as possibilidades de ação se ampliam, ainda que a sua consumação seja relativa e multifacetada.

A expansão de empresas transnacionais nos mais distintos países ao redor do planeta permite, não apenas a concentração de estruturas produtivas por parte das empresas, mas, do lado sindical, possibilitam restabelecer a forma com que sindicatos reconhecem seus alvos e oportunidades de negociação. Evans (2010) observa, justamente, que a emergência de corporações transnacionais também significa a emergência de possibilidades estruturais. Entre elas, estariam mapas corporativos que facilitariam a criação de campanhas globais, de ações que estão vinculadas, antes, ao sonho de uma classe trabalhadora que atue de modo globalmente unificado, do que ao declínio dos sindicatos enquanto formas organizativas que não souberam se reposicionar

diante de novos desafios. Para o autor, seriam oportunidades para que se transcendam divisões políticas e identidades locais, as quais se colocam como freios ao estabelecimento de laços de solidariedade.

De modo a evitar que se superestimem tais oportunidades estruturais, destaca-se a importância de se observar que a internacionalização de práticas e percepções nas organizações sindicais é o resultado da confluência entre aspectos estruturantes, tais como: o contexto sindical, a posição do sindicato dentro do campo de disputas e posicionamentos políticos, o contexto econômico e aspectos vinculados àquilo que há de incerto nas estruturas sociais e que se consolidam nas lideranças sindicais, com seus perfis e distintas trajetórias sociais.

A partir disto, este estudo se propõe a analisar a dinâmica da internacionalização sindical brasileira ou, mais especificamente, a inserção de organizações sindicais nacionais e suas lideranças em espaços de atuação internacional desde a década de 1980 até os anos 2000. Do lado do setor metalúrgico o foco reside inicialmente no caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), mas se amplia à Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e, em certa medida, à central sindical a que ambos estão filiados, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em essência, seguimos este trajeto em função de que a participação de lideranças metalúrgicas em espaços internacionais se mostrou significativa a partir das experiências vivenciadas concomitantemente entre o SMABC e a central nas três décadas estudadas, mas que ganham impulso significativo por meio da CNM a partir dos anos 1990. Como veremos, tal perspectiva que avalia a internacionalização dos metalúrgicos se fez necessária tendo em vista evitar uma análise restritiva e limitadora do processo de internacionalização sindical do setor.

Do lado das telecomunicações, o estudo está centrado no caso do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo (SINTETEL), filiado à Força Sindical (FS), e que, enquanto único sindicato de base a estar diretamente filiado à federação internacional do setor no Brasil, demonstra proeminência no desenvolvimento de atividades internacionais observadas principalmente por ser a única organização a ter lideranças ascendendo a cargos em estruturas sindicais internacionais.

A estratégia analítica desta pesquisa parte de dois eixos principais: i) o processo de internacionalização sindical enquanto um fenômeno mundial que acompanha, no seu ritmo, os processos de globalização econômica; e ii) a inserção de organizações sindicais brasileiras no desenvolvimento de práticas internacionais, acompanhando o processo de abertura econômica do país. O recorte temporal da análise situa-se a partir da década de 1980 – período de reformulação do sindicalismo no país e da redemocratização brasileira –, passando pela década de 1990 – enquanto período de significativa liberalização da economia brasileira, quando se estabelece um expressivo trânsito de empresas transnacionais no país nos setores estudados – e, por fim, chegando aos anos 2000 – marcados pela retomada do crescimento econômico no país e pelo governo Lula.

A escolha das organizações sindicais estudadas não foi arbitrária. Além de estarem inseridas em dois importantes setores da economia nacional e já tradicionais nos estudos da sociologia brasileira[1], elas vivenciaram contextos de reestruturação de seus setores que implicaram em distintas transformações. Ainda, supomos que o estudo

[1] Pode-se supor que tal fato provavelmente ocorra em função de que o setor automobilístico tenha vivenciado de modo significativo o desenvolvimento das formas clássicas do capitalismo moderno – observadas, por exemplo, sob a constituição dos sistemas produtivos denominados por *taylorismo*, *fordismo* e *toyotismo* (HARVEY, 2003). Mais contemporaneamente o setor de telecomunicações ganharia destaque pelas inovações impostas pelo advento de novas ferramentas comunicacionais e pela emergência de novas oportunidades ao sistema capitalista, bem como pelas teorias que colocam o setor na chave do processo de constituição da chamada *Sociedade da Informação* (CASTELLS, 1999).

de sindicatos que pertencem a centrais sindicais distintas como a CUT e a FS permite avaliar como as distintas orientações sobre os métodos de se fazer sindicalismo pesaram na constituição da inserção sindical às instâncias internacionais. Em outras palavras, é considerar que as diferenças entre as centrais, em termos de sua influência na internacionalização dos sindicatos, implicam em variações nas formas assumidas por seus filiados no que concerne à definição de políticas externas ao plano nacional.

No Brasil, os setores de telecomunicações e metalúrgico são exemplares no que se refere à intensificação de suas dinâmicas de integração a mercados globais ao longo dos anos 1990. Por esta razão, ambos se apresentam como um terreno fértil ao estudo das implicações destes processos no interior do movimento sindical no país e, em especial, à sua internacionalização. No mesmo sentido, os casos estudados mostram-se significativos por apresentarem duas lógicas distintas no rumo de sua internacionalização, sendo uma delas *ativa* e a outra *reativa*. Como veremos, enquanto no caso dos metalúrgicos cutistas o desenvolvimento de sua internacionalização se apresenta como um processo orgânico, paulatino, nas telecomunicações a entrada efetiva na arena internacional passa a se desenvolver com maior intensidade apenas após a privatização do setor e a subsequente entrada de empresas estrangeiras no país.

A história do SMABC vincula-se às inovações implementadas na organização sindical brasileira na passagem da década de 1970 para a década de 1980[2] e na formação da CUT e do Partido dos Trabalhadores, cuja maior expressão é o ex-metalúrgico que chegou à presidência da república, Luis Inácio Lula da Silva. No mesmo sentido, cabe sublinhar a expressiva relevância deste sindicato no

[2] Tal peculiaridade do estilo do sindicalismo na região do ABC em finais da década de 1970 em diante pode ser percebida, entre outros exemplos, pela criação das comissões de fábrica na indústria automobilística, pela devolução do imposto sindical para trabalhadores, ou então através da afirmação de um discurso chamado “combativo” em oposição ao dos “pelegos”.

estabelecimento de redes sindicais internacionais no interior da central sindical. Nota-se que, se no ano de 2002, a central mantinha apenas três comitês mundiais sindicais dentro dos seus quadros de sindicatos associados – os comitês das montadoras Mercedes, Volks e Ford –, atualmente, conta com mais cinco experiências subsequentes. Sobre estes últimos comitês, lideranças ligadas à CUT apontam para a influência decisiva daqueles sindicalistas que participaram dos comitês das montadoras no ABC paulista. Isto pode ser percebido pelo fato de que várias lideranças do SMABC passaram a ocupar diversos cargos tanto na central sindical como na Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), ambas responsáveis pela coordenação e a elaboração destes novos espaços de negociação internacional.

A seleção de um sindicato da Força Sindical (FS) se deu, inicialmente, como um caminho compreensível na busca de contrastes, polarizações e aproximações no campo sindical[3] já que, fundada no ano de 1991, ela surge para o cenário político nacional explicitando uma suposta rejeição à polarização direita/esquerda, em que se mirava à CUT como vinculada a certo tipo de "radicalismo estéril" (RODRIGUES e CARDOSO, 1993: 21). Segundo Rodrigues e Cardoso (1993: 155-157):

> *A Força Sindical foi criada em um contexto bastante diferente do que marcou o nascimento da CUT (...) [criada] no impulso da redemocratização do Brasil e isso levou sua conexão com os temas vinculados à democracia desejada (...). A Força Sindical,*

[3] Conforme observa Pierre Bourdieu, o mundo social é representado como um espaço multidimensional no qual cada dimensão representa um campo relativamente autônomo caracterizado por princípios de diferenciação ou de distribuição desigual de propriedades apropriadas que são, nada mais do que diferentes espécies de poder ou de capital específico de cada campo. Sendo assim, o *campo* é o espaço onde as posições dos agentes acham-se fixadas. Cada campo tem então a sua própria lógica e hierarquia, sendo que o seu princípio baseia-se em capitais específicos que são distribuídos entre os agentes de modo desigual, o que implica na definição de sua estrutura. Caracteriza-se, então, por ser um campo de forças, "um conjunto de relações objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes" (BOURDIEU, 1989:134).

> *ao contrário, surgiu num período de democracia formal ampla (mas não necessariamente consolidada). Ela surge num momento de recessão, de desemprego e de condições bastante desfavoráveis para um sindicalismo de confrontação.*

Neste contexto, a comparação entre o SMABC e o SINTETEL se faz útil, não apenas pelas vantagens de uma reflexão relacional em que se considera a comparação entre sindicatos de orientações políticas distintas, mas é válida também pela possibilidade de se contrapor um objeto que tradicionalmente tem atraído a atenção de sociólogos do trabalho a outro, emergente nas últimas décadas, a dizer, respectivamente, o setor automobilístico e o setor de telecomunicações. Em um movimento que leva pesquisadores a afirmarem que as telecomunicações, hoje, representariam aquilo que a automobilística representou no passado, Castells (1999) defende a tese de que estaríamos vivenciando a transição de uma *sociedade industrial* para a *informacional*. No mesmo sentido, tal debate ganharia ainda mais fôlego quando observado o crescente e já alto índice de trabalhadores envolvidos em atividades relacionadas às telecomunicações[4].

A análise que segue tem como objetivo investigar o desenvolvimento de práticas sindicais internacionais, as suas relações junto à ação sindical de caráter local, e aqueles resultados visados ou já alcançados por meio de tais atividades. No mesmo sentido, analisam-se aquelas práticas do cotidiano sindical que se vinculam às formas de entrada na militância nacional e internacional, a valorização de certos temas e canais de

[4] Cabe ressaltar que, apesar dos dados referentes a *call centers* no Brasil ainda não constarem na RAIS, segundo o relatório elaborado pela ABT, atualmente estima-se que haja cerca de 615.000 trabalhadores nesta área. O SINTETEL calcula representar cerca de 86.000 trabalhadores de empresas de teleatendimento, correspondentes às 15 maiores empresas de *call center* no Estado de São Paulo. Neste caso, somados aos trabalhadores em telecomunicações, obras em telecomunicações e indústria de equipamentos - que chega a cerca de 70 mil - considera-se que a soma total de trabalhadores representados pelo SINTETEL chega a mais de 150 mil trabalhadores.

negociação, o estabelecimento de laços de solidariedade, bem como a relação entre a tradição do foco no plano nacional e as novas práticas que apontam para a esfera internacional. Por fim, pretende-se avaliar em que condições se desenvolve a mobilidade social sindical em termos de trajetórias, principalmente no que se refere à ocupação de cargos em espaços internacionais.

No que se refere à ocupação de cargos internacionais, Offerlé (1996) observa que a competição política se desenvolveria tanto como uma luta pelo valor das posições, bem como pelo valor das qualidades requeridas para se ocupar determinada posição. Sendo assim, quais seriam as condições colocadas às possibilidades de entrada na política sindical internacional e para quem elas estariam se concretizando? Na luta pela definição do que, ou de quem é legítimo para exercer um cargo de liderança, o que significaria o acesso a uma função internacional? Inicialmente, parte-se da premissa de que a variedade de situações experimentadas por sindicatos nos processos de inserção internacional está diretamente ligada às formas com que as trajetórias rumo a cargos internacionais podem ser consideradas como algo positivo. Mais do que isto, o acesso a tais espaços está diretamente ligado a pré-requisitos que condicionam as entradas junto aos espaços internacionais.

Para Lévêque (1996) o espaço político reflete lógicas exteriores a ele, reproduzindo relações de força que estruturariam o espaço social, o engajamento e a entrada na política. Portanto, dizem respeito não apenas ao "sucesso" individual, mas também a um processo coletivo, histórico. No mesmo sentido, entende-se que as noções que tendem a valorizar positivamente tal entrada podem ganhar contornos limitados, sendo também resultados de processos de legitimação e dominação social. A entrada de uma liderança junto a espaços internacionais pode, então, vir a significar o desenrolar de

uma trajetória de ascensão, pois implica na possibilidade de estar na "crista da onda" no que se refere a novas estratégias e alianças sindicais. Por outro lado, nota-se, aqui, que a carreira internacional não estaria livre de ser relegada à categoria do ostracismo. Neste caso, ao alcance de poucos dirigentes, o cargo internacional poderia estar atrelado, tanto a uma alta valorização e reconhecimento social, quanto ao último recurso de um líder de alto escalão que vê a atividade sindical neste nível como uma possibilidade de ampliação dos rumos de uma carreira que, em termos da ocupação de cargos, só tinha o sentido do declínio no seu horizonte.

De modo geral, neste trabalho, pressupõe-se que as práticas desenvolvidas por lideranças no cotidiano sindical e na definição das estratégias institucionais dos sindicatos estejam vinculadas à relação entre a estrutura social que as condiciona e a especificidade das trajetórias sociais que, em certa medida, negociam com o conjunto de incertezas existentes no espaço social em questão. Tal concepção busca não naturalizar as práticas e as percepções sindicais – consideradas enquanto produtos históricos –, e exclui a possibilidade de se considerar certa univocidade de interesses entre agentes de uma mesma classe social. Isto significa dizer que a constituição das perspectivas individuais e coletivas resulta de conflitos históricos – nos planos simbólico e material – e, mais do que isto, relaciona-se às possibilidades de sucesso ou de fracasso na mobilidade social.

No plano do debate sobre os desafios em se desenvolver estratégias sindicais integradas no plano global, cabe notar a dificuldade em se conceber uma automática adesão a estratégias semelhantes, unidade de objetivos, ou "solidariedade sem problemas" a como se refere Hyman (1996:19). Para o autor haveria problemas em se pensar na existência de uma unidade proletária implícita, ou afinidade natural de

interesses que distorceria uma real compreensão das práticas, percepções e diferenças entre posicionamentos políticos de trabalhadores[5]. As oportunidades políticas e as expectativas com relação ao sucesso ou fracasso de determinadas ações em contextos específicos seriam, então, elementos de incentivo à ação coletiva (TARROW, 2006). Conforme observa Anner (2009), as escolhas das respostas a serem utilizadas por trabalhadores em um ambiente globalizado são delineadas por constrangimentos, instituições e percepções de oportunidades, sendo que o seu sucesso estaria relacionado a uma conjunção de oportunidades domésticas e transnacionais.

Analisar as contradições e as oposições existentes nos posicionamentos das instituições sindicais, bem como nas percepções das suas lideranças, antes de ser considerado um foco útil à análise do campo sindical, se mostra como uma necessidade de pesquisa, pois permite estabelecer conexões entre os planos macro e micro que compreendem a constituição da ação social. Quando consideramos o recorrente debate sociológico acerca da crise do sindicalismo e de suas estruturas em função da diminuição da sua capacidade de mobilização[6], tratamos de pensar que as dificuldades enfrentadas pelas organizações sindicais residem nas dificuldades impostas por um contexto em que as referências para as atividades sindicais estariam transformadas.

É a partir disto que investigamos, aqui, a relação entre o esgotamento dos tradicionais métodos de ação sindical e a sua transformação em função de oportunidades estruturais e das mudanças das categorias de percepção de lideranças. Procura-se com

[5] Neste sentido, a crítica levantada por Hyman, permite avaliar uma classe trabalhadora fragmentada e corroboraria à proposição de Bourdieu sobre a constituição das classes sociais, segundo a qual elas, enquanto um construto probabilístico, são fracionadas e têm a diferenciação e a divisão como traços onipresentes.
[6] Ver Rodrigues (2002); Ramalho (2000).

isto ampliar o escopo das análises do mundo sindical no mesmo sentido em que indica Dezalay (2004:11-12), em que afirma:

> *O principal mérito heurístico de uma abordagem sociológica do espaço de práticas internacionais é o de incitar a ampliar o terreno da observação. (...) Uma sociologia da gênese do campo de práticas internacionais deve partir do postulado de um espaço que se constrói na confrontação entre os campos de poderes nacionais e que se estruturam pelas lutas hegemônicas pela imposição de saberes e de modelos de governos legítimos*[7].

Como veremos, o elo entre sindicatos nacionalmente situados e a internacionalização de suas estratégias está vinculado à relação entre a internacionalização econômica e o desenvolvimento de percepções que reconheçam aí oportunidades de ação e o desenvolvimento de novas estratégias para além das fronteiras nacionais. A adesão à esfera internacional está relacionada, portanto, à valorização de um conjunto de elementos enquanto possibilidades estruturais. Mais do que isto, como veremos, tal adesão relaciona-se a como estas possibilidades se tornam algo mais concreto do que a simples sensibilização e manifestação simbólica de solidariedade com relação aos problemas enfrentados por trabalhadores de outros países.

A participação em organizações internacionais tais como as Federações Sindicais Internacionais, a tomada de posições dentro delas, as alianças que passam a ser estabelecidas neste meio, o relacionamento bilateral entre sindicatos de distintos países e a tematização de questões pautadas por organismos internacionais são práticas que caminham em conjunto com as leituras que sindicalistas fazem de um contexto de

[7] Nossa tradução.

internacionalização das relações econômicas e, a partir disso, sindicais. Tal processo é, portanto, individual, pois depende da capacidade de que a liderança perceba uma oportunidade, e coletivo, pois se estrutura de maneira social e ganha força dentro de um sindicato quando se torna socialmente legítimo e justificável voltar-se para além das fronteiras nacionais.

Partindo de uma análise do modelo weberiano de dominação política, Duran (2009) observa que a análise da legitimidade política deve passar necessariamente pela consideração de que ela é uma manifestação de relações de força, de jogos de poder e estratégias de dominação. Ela fixa objetivos coletivos que se cristalizam e combinam a distribuição de poder e autoridade à justificação dos atos. Com isto, pode-se concluir que a relação existente entre o considerar ou o desconsiderar a ação internacional enquanto uma potencialidade está vinculada ao foco naqueles objetivos sociais que a motivam, bem como aos aparatos sindicais internacionais existentes.

Sobre a dualidade existente entre a atividade sindical de origem essencialmente nacional e a de origem internacional, Waterman (2002) observa que os discursos e as estratégias sindicais ainda encontram-se nacionalmente enraizados e que isto implicaria em certo tipo de freio à transnacionalização dos sindicatos. No caso dos sindicatos estudados aqui, supõe-se que tal enraizamento ganha distintas dinâmicas no processo que vai desde a resistência ao estabelecimento de lógicas de ação voltadas à esfera internacional, a uma maior abertura a tal tipo de atividade. Isto está vinculado aos diferentes contextos de transformações produtivas ocorridas nos setores metalúrgico e de telecomunicações, as quais foram acompanhados por sindicalistas mais ou menos abertos a novas formas de se fazer militância.

Com relação às lideranças de telecomunicações, avalia-se que elas também podem ser percebidas como pertencentes a distintas gerações e a distintos grupos e trajetórias, o que traz como consequência a produção de diferentes olhares e relacionamentos frente às dinâmicas que implicaram na ação sindical voltada ao exterior. Isso ocorre em função de que podemos observar não apenas que a internacionalização das telecomunicações no país ganhou força tardiamente se comparada ao setor metalúrgico, mas também, que mesmo após a sua privatização, ocorrida no final dos anos 1990, e a subsequente renovação do perfil de dirigentes sindicais no SINTETEL, ainda persistem, no sindicato, lideranças que iniciaram suas carreiras sindicais cerca de dez anos antes da onda de desestatização. No caso da internacionalização do setor metalúrgico, no entanto, avaliou-se que tal abordagem implicaria em dificuldades quanto à perspectiva da composição de unidades geracionais devido ao fato de que ainda que os metalúrgicos do ABC tenham um papel significativo na dinâmica de internacionalização sindical do setor, a ascensão a nestes novos espaços de ação sindical esteve vinculada à participação de lideranças provenientes de diversos grupos sociais que se articularam na confederação do setor, o que poderia trazer certa vulnerabilidade a uma análise com esta característica.

As possíveis conexões e desconexões entre as interpretações do presente e as expectativas para o futuro, bem como entre as condutas e os vocabulários utilizados por distintos grupos de sindicalistas, trazem ao âmbito sindical diferenciações vinculadas às trajetórias sociais que implicam na continuidade ou abandono da carreira sindical, no domínio ou falta de recursos simbólicos que podem ser reconvertidos junto a novas etapas da ação sindical. Há, portanto, distintas condições sociais para a

constituição das formas específicas do desempenho da militância[8]. Neste caso, as diferenças entre evocar símbolos internacionais frente a outros, nacionais, podem significar o mesmo que evocar o passado em relação ao futuro, a rigidez à mobilidade, e o fechamento à abertura. Isto se constitui, não apenas em lutas simbólicas que permeiam o jogo de oposições e distinções internas aos sindicatos, mas contrapõem aqueles posicionamentos – estruturantes e estruturados – que se referem à forma de se fazer sindicalismo e que diferenciam organizações sindicais tais como a Força Sindical e a CUT.

Sendo assim, o estudo que segue avalia a existência de momentos distintos no processo de internacionalização do sindicalismo brasileiro desde os anos 1980. Na primeira década, as organizações sindicais encontram-se em fase de reconstituição pós-ditadura militar, em que as estruturas sindicais nacionais, tendo em vista o seu fortalecimento e legitimação, receberiam o apoio oferecido por organizações sindicais de outros países: seria a fase do *consumo de relações internacionais*, em que o apoio internacional viria de fora para dentro do país. Basicamente, tais ações eram realizadas por meio de cartas de apoio, visitas e viagens de intercâmbio entre lideranças, e que servem como base à consolidação de relacionamentos sindicais posteriores.

A década de 1990, por outro lado, se caracteriza por ser *um momento de transição*, do preparo para a consolidação das relações sindicais internacionais que ocorrem na década seguinte. Durante o final deste segundo período é que as entidades acelerariam o processo de adaptação à lógica da militância internacional. Para os metalúrgicos, representou a continuidade de um processo de aproximações e alianças

[8] Sobre a constituição histórica das práticas sociais, o conceito de *habitus* de Bourdieu (1989) se mostra bastante útil, por permitir a análise da relação entre as estruturas sociais e a constituição subjetiva dos agentes sociais, neste caso, os dirigentes sindicais.

internacionais ocorridas anteriormente. O motor que impulsionou este processo foi a reestruturação produtiva implementada a partir de lógicas globais de produção e que, entre outras coisas, implicou no medo de que empresas pudessem migrar do ABC para outras regiões da mesma forma que ocorrera em Detroit anos atrás, e a expansão de metalúrgicas nacionais para outros países, levando novas perspectivas para a esfera da ação sindical local. As telecomunicações, sem uma forte tradição de intercâmbio sindical internacional nos anos 1980, somente após a privatização do setor no país e a entrada de empresas transnacionais, é que o sindicato passa a se orientar ativamente para a esfera transnacional.

O terceiro momento, por fim, transcorre ao longo dos anos 2000 e corresponde à consolidação das organizações sindicais dos dois setores no âmbito da militância internacional. Neste período, ambos passam a ser mais ativos dentro das federações sindicais globais a que estão filiados por meio da participação na construção de acordos internacionais e na composição de quadros internacionais, por parte de lideranças brasileiras. Este seria o momento em que se consolida o *protagonismo* das relações sindicais nacionais de dentro para fora.

Por fim, mostrou-se como sindicalistas vivenciaram tais transformações, durante as quais se conjugaram saberes adquiridos em períodos anteriores à intensificação da internacionalização sindical ocorrida ao longo dos anos 1990 e as experiências internacionais que se iniciavam nesta década. Com isto, observou-se o estabelecimento de certo tipo de ciclo virtuoso, em que a posse de capitais simbólicos anteriores implicou no apossamento de *capitais internacionais*, expressos por meio da ampliação de redes de contatos internacionais, do domínio de idiomas, de capacidades vinculadas ao desenvolvimento de projetos de cooperação e da distinção social

provocada por viagens a diferentes países. No mesmo sentido, observa-se, que se ampliam tanto os percursos possíveis a serem trilhados nas carreiras sindicais nacionais, como a divisão social do trabalho no campo sindical, o que ocorre por meio de um processo que reforça a ideia de uma seleção social constituída de forma coletiva e individual.

No *primeiro capítulo* deste estudo, realiza-se uma leitura sobre os impactos dos processos de globalização nos sindicatos nacionalmente situados, bem como em suas lideranças. Ao mesmo tempo, busca-se lançar luz sobre as formas como se desenvolveram as estruturas sindicais internacionais e as suas polarizações, bem como ponderar sobre as suas principais ferramentas de intervenção política. Para tanto, foram analisados alguns elementos no sentido de compreender a especificidade do capitalismo brasileiro em termos da sua integração à economia mundial e, a partir disto, a sua influência no desenvolvimento da militância sindical para além das esferas nacionais. O *segundo capítulo* desenvolve-se com base na tese de que existem pontos em comum entre os sindicatos estudados no que se refere ao processo de sua internacionalização desde os anos 1980 até os anos 2000. Por meio da análise das experiências de internacionalização das organizações sindicais que são foco desta análise, observa-se que, nos dois setores, as transformações econômicas serviram como impulso à renovação dos padrões de ação sindical, tradicionalmente voltados ao plano nacional. Neste caso, as novidades na organização da produção no Brasil durante os anos 1990 influenciaram na transição – ainda que em distintas velocidades e características particulares – entre duas etapas, expressas por meio dos conceitos de *consumo* e *protagonismo* sindical internacional. Por fim, a partir da análise das entrevistas de lideranças sindicais internacionalizadas, o *terceiro capítulo* deste estudo refere-se à

coexistência de distintos condicionamentos sociais, que permitem explicar as formas e os ritmos específicos assumidos na trajetória de passagem entre as etapas da internacionalização sindical comuns aos dois setores.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A proposta de um estudo comparativo que tem como foco o sindicalismo de centrais sindicais de setores econômicos distintos é desenvolvida, aqui, com o intuito de se realizar um balanço relacional que permita uma análise ampliada acerca de contextos, tempos e perspectivas sobre a internacionalização do movimento sindical brasileiro. Busca-se, através da homologia de posições, considerar a coexistência de semelhanças e diferenças entre aqueles que residem na especificidade do caso brasileiro e, participando do jogo de tomadas de posição, a estruturam e são estruturados por ela. Sendo assim, a comparação entre experiências sindicais é desenvolvida aqui em função da construção de um objeto de pesquisa que visa evitar a particularização dos fenômenos sociais que está implícita na análise restrita à lógica interna e à peculiaridade das manifestações fenomenológicas do objeto investigado.

Tal perspectiva tem como intenção não apenas apreender as regularidades do desenvolvimento das práticas sindicais sob a influência de certas condições sociais, mas, também, investigar a constituição das tomadas de posição em função da ocupação de espaços no interior do sindicalismo brasileiro – compreendido principalmente sob a influência de diferentes orientações políticas. Sobretudo, argumenta-se que o estudo comparativo entre o sindicalismo em telecomunicações e o metalúrgico contribui para a análise do modo pelo qual as filiações políticas influenciam na concorrência sobre a produção da legitimidade de símbolos, práticas e estratégias.

Com relação à entrada da pesquisa no campo sindical internacional e à coleta de dados, a experiência deste pesquisador como coordenador de projetos para o MERCOSUL na federação sindical *Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira* (ICM) durante o período da investigação foi significativa já que possibilitou o trânsito junto a lideranças e o acesso a uma ampla gama de informações. Além das entrevistas de caráter biográfico realizadas "de companheiro para companheiro" junto a sindicalistas metalúrgicos e das telecomunicações, foram realizadas diversas entrevistas junto a lideranças envolvidas no trabalho sindical internacional de outros setores. Também houve o acesso a documentos internos produzidos por organizações internacionais, e foi possibilitada a participação no cotidiano de atividades desenvolvidas pela própria ICM ou por outras entidades internacionais. A posição ocupada nesta federação permitiu, com isto, a participação direta do pesquisador em atividades internacionais que possibilitaram a construção de uma interpretação mais ampla da experiência vivenciada nos setores que estão no foco deste estudo. Acredita-se, principalmente, que estas oportunidades possibilitaram apreender as regularidades e as nuances entre os relacionamentos de sindicatos brasileiros com os sindicatos de outros países e as estruturas sindicais internacionais.

Também contribuiu com a pesquisa a participação em fóruns de debate sindical internacional, como atividades e congressos mundiais da ICM e da Internacional dos Trabalhadores Químicos, da Celulose, da Energia, Mineração e Indústrias Diversas (ICEM), realizados respectivamente, na França e no Uruguai, a reunião do comitê regional da América Latina da *Union Network International* (UNI), no Panamá, e atividades de formação de lideranças promovidas pela FITIM em São Paulo. Também houve a participação em diversas atividades da Confederação Sindical

das Américas (CSA), entre elas, a reunião do conselho executivo de 2010, em que participaram centrais sindicais filiadas de todo o continente latino-americano e em grupos de articulação internacional entre diferentes organizações como a *Play Fair*[9].

Com relação aos Acordos Marco Internacionais (AMI´s) de ambos os setores, a investigação debruçou-se sobre os documentos disponibilizados pelas lideranças ou conseguidos via internet. Neste caso, também cabe notar que a análise sobre os AMI´s foi desenvolvida ao mesmo tempo em que o presente pesquisador experimentou diretamente as negociações para a constituição de um acordo deste tipo entre a ICM e uma empresa multinacional do setor florestal.

Com relação à metodologia empregada para a realização deste estudo, em critérios qualitativos, foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas junto a lideranças que, de um modo ou de outro, se relacionaram com o ambiente sindical internacional, seja em secretarias direcionadas ao tema, comitês sindicais, redes de sindicatos de empresas transnacionais, cursos e viagens de intercâmbio, ou por meio da relação junto às federações sindicais internacionais. De um lado, elas foram selecionadas com base em sua origem no SMABC, na CNM, na CUT ou na FITIM; de outro, no SINTETEL, na FS ou na UNI. Neste quadro também foram realizadas entrevistas junto a lideranças de organizações sindicais internacionais não vinculadas diretamente aos dois setores estudados a fim de buscar informações complementares ao entendimento do funcionamento do campo sindical internacional, sendo elas a CSA, a ICEM e a ICM, úteis para o entendimento dos processos de financiamento das

[9] A *Play Fair* é uma articulação sindical composta por organizações sindicais internacionais no sentido de unificar ações ao redor do mundo por meio de campanhas direcionadas a grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Formada por organizações sindicais internacionais de diversos setores econômicos, entre eles o da construção e o têxtil, buscam estabelecer critérios sociais mínimos à organização destes jogos no que se refere às condições sociais a que os trabalhadores envolvidos estão submetidos.

estruturas internacionais, bem como sobre o processo de fusões entre organizações e o relacionamento entre entidades de caráter nacional e internacional.

Com relação à seleção dos entrevistados, tendo em vista a busca por informações e interpretações sobre a internacionalização sindical brasileira, optou-se por sindicalistas ou ex-dirigentes sindicais com alguma relação junto à esfera internacional. Mais especificamente, nos referimos a lideranças que ocuparam cargos internacionais nas entidades nacionais – como em secretarias de relações internacionais, por exemplo – ou diretamente nas organizações sindicais propriamente internacionais. No que diz respeito ao objetivo de compreender os percursos de entrada na esfera internacional, selecionaram-se entrevistas mais ilustrativas em termos da possibilidade de se estabelecer os possíveis vínculos entre trajetórias pessoais que rumaram ao campo internacional e o movimento de inserção de organizações sindicais para fora das fronteiras brasileiras. Para isto, a despeito da totalidade de entrevistas realizadas, no último capítulo da tese são destacadas as entrevistas mais paradigmáticas de cada setor, em que se tratou de avaliar as *aberturas* e *restrições* sociais impostas pelo processo de estruturação do campo internacional sindical no país[10].

De modo complementar às entrevistas realizadas, o pesquisador participou de eventos internacionais da UNI e da FITIM, as federações internacionais das telecomunicações e da metalurgia a que as organizações sindicais estudadas estão filiadas direta ou indiretamente. No final do ano de 2008, houve a participação no congresso internacional da UNI-Américas/Telecom, na cidade do Panamá, bem como de seminários para a elaboração de estratégias sindicais internacionais promovidos pela

[10] Cabe ressaltar, no entanto, que apesar de o último capítulo da tese centrar-se em tais entrevistas, elas são utilizadas ao longo do texto como um todo, junto a outros depoimentos e informações apreendidas no processo de pesquisa.

FITIM, como o desenvolvido na cidade de São Paulo em abril do mesmo ano. Cabe notar a realização de um contínuo trabalho de campo, em que se realizaram inúmeras visitas às organizações sindicais envolvidas, com o intuito de mapear aquelas lideranças-chave para a pesquisa, bem como os momentos propícios para a aplicação das entrevistas.

Também foi utilizado material empírico de entrevistas da investigação realizada para a produção da dissertação de mestrado, na qual se traçou o perfil de lideranças antigas e atuais do SINTETEL. Com isto, buscou-se relacionar, não apenas os depoimentos apreendidos no estudo anterior para a confecção da tese, mas, também, os resultados analíticos que dizem respeito à dinâmica de transformações internas ao sindicato durante as privatizações e a intensificação da entrada do sindicato no campo de relações internacionais. No estudo anterior, foram realizadas entrevistas divididas entre sindicalistas que participaram do SINTETEL antes e depois da privatização da Telesp: dirigentes egressos do sindicato ou relegados a posições de menor destaque na instituição após a privatização da telefonia; lideranças que ingressaram nas telecomunicações e no sindicato antes da reestruturação do setor e que continuaram na entidade após a venda da estatal; e jovens dirigentes ingressantes no SINTETEL após o ano de 1998.

Por fim, cabe destacar que, ao se tratar da inserção internacional desenvolvida tanto por sindicatos da CUT como da FS, faz-se necessária a observação de que os dados disponíveis sobre a primeira se mostram significativamente mais acessíveis que os dados da segunda, tanto no meio acadêmico, como nos arquivos sindicais. Uma das possíveis explicações para isto pode ter origem no fato de que a CUT, nos anos 1980, foi a central sindical que aparentemente trouxe mais novidades à

forma de se fazer o sindicalismo no país, despertando assim a maior curiosidade e produção científica de pesquisadores voltados ao tema sindical. O segundo argumento refere-se à experiência de campo do pesquisador, em que se observou que o arquivamento e a produção de documentos sobre a sua própria história é um exercício amplamente desenvolvido pela Central Única, mas não efetivado de maneira sistemática pela Força. Por fim, o fato de a CUT ter cerca de uma década de vida a mais do que a Força Sindical e de identificarmos que aquela desenvolveu durante os anos 1980 relações significativas com grupos militantes internacionais também leva a compreender sua superioridade em termos de tradição na produção de materiais que tratam das suas relações internacionais.

CAPÍTULO 1 – **A internacionalização sindical na pauta do dia?!**

A despeito das importantes pesquisas realizadas sobre as implicações sociais das transformações econômicas e produtivas na ação sindical, no Brasil, observa-se uma relativa carência de estudos que considerem as possíveis relações entre os processos de internacionalização econômica e as práticas sindicais no plano nacional e para além dele. De modo geral, a produção científica brasileira que trata do caso dos sindicatos no contexto dos processos de reestruturação produtiva tem enfatizado o tema das novas formas assumidas pela organização sindical e as estratégias utilizadas, sobretudo, no âmbito nacional e regional. Tais estudos destacam-se por reflexões sobre negociações de acordos coletivos de trabalho baseados nos temas da manutenção de empregos e de ganhos salariais, das demandas em torno das condições de trabalho e da influência sindical na definição de políticas públicas ou então, da sua exclusão nos debates sobre os rumos do mundo do trabalho em função de processos de reestruturação produtiva. Não obstante, sobre este último ponto, as análises continuariam a indicar apenas as implicações da transnacionalização da produção nos âmbitos locais, sem problematizar a emergência das reconfigurações das práticas sindicais internacionais contemporâneas.

Pode-se dizer que, até o momento, a existência de certa escassez bibliográfica sobre o tema da internacionalização dos sindicatos esteve em grande parte relacionada à ineficiência do sindicalismo brasileiro no estabelecimento de estratégias voltadas ao plano internacional. O que poderia explicar a relativa falta de interesse de pesquisadores quanto ao tema seria o fato de que até a década de 1990 as estratégias

internacionais teriam se resumido ao simples intercâmbio de experiências e manifestações de solidariedade entre lideranças de diferentes países relacionadas ao desenvolvimento de plataformas políticas genéricas.

Se, por um lado, o fenômeno da internacionalização das organizações de trabalhadores não é restrito à contemporaneidade, por outro, a atualidade mostra o expressivo surgimento de empresas de caráter transnacional. Se na Europa, na segunda metade do século XIX e início do XX, foram estabelecidas as Internacionais Comunistas que já visavam à articulação transnacional de trabalhadores, poder-se-ia dizer que a atual organização capitalista tem intensificado como nunca as condições para a criação de possíveis elos de articulação entre as políticas sindicais entre países. No mesmo sentido em que o surgimento das *empresas transnacionais* (ETN´s) é uma das principais manifestações da atual intensificação da mobilidade do capital, não se pode desconsiderar as implicações da chamada *desterritorialização* produtiva que tais empresas estariam promovendo, em que suas decisões estratégicas estariam crescentemente concentradas nas matrizes. Uma consequência disto seria que, em certa medida, se poderia esperar que a ação transnacional dos sindicatos passasse a orientar-se com cada vez mais ênfase junto a estes agentes transnacionais. Tal argumento ganharia ainda mais força quando o ambiente político nacional-local é desfavorável à ação sindical (ANNER, 2003: 81).

Atualmente, as organizações de trabalhadores articuladas para além das fronteiras nacionais podem ser observadas tanto por meio de organizações setoriais tais quais as Federações Sindicais Internacionais (FSI´s)[11], de organizações sindicais que reúnem internacionalmente as Centrais sindicais nacionais – tal o caso da Confederação

[11] Em inglês, as *Global Union Federations* (GUF´s).

Sindical Internacional (CSI)[12] –, da participação sindical em fóruns promovidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como da participação nas negociações sobre as definições dos moldes de institucionalização de mecanismos multilaterais de governança – tal o caso do MERCOSUL[13]. Nesta pesquisa, o foco reside justamente em como a ação sindical brasileira inseriu-se nestes espaços, ou envolveu-se em relações internacionais bilaterais junto a organizações de outros países com base no caso da internacionalização sindical nos setores metalúrgico e de telecomunicações.

Como veremos, ainda que possam ser encontradas diversas estruturas internacionais – que se constituem enquanto espaços para a intervenção de trabalhadores – e a exacerbação da interconexão entre as esferas produtivas mundiais, não se pode dizer que tais *possibilidades estruturais* sejam por si só suficientes para o impulso imediato à entrada e participação de sindicatos nacionalmente situados em tais instâncias. De grande importância também são as estruturas de disposições mentais que interferem nas percepções sobre o mundo, bem como as decorrentes avaliações sobre as oportunidades políticas resultantes de determinados contextos (ver BOURDIEU, 1989 e 2001; TARROW, 1998). No mesmo sentido, Piven e Cloward (2000: 414-415) observam que o repertório político e os métodos de ação vinculam-se à ideia de sucessos anteriores:

> *(...) as estratégias políticas tendem a persistir porque se tornam impressas na memória cultural e no hábito, são reiteradas pelas organizações e líderes formados por um passado de conflitos, estratégias são constrangidas pelas regras (...). As pessoas*

[12] Em inglês, *International Trade Union Confederation* (ITUC).
[13] Com relação à participação sindical nos debates do MERCOSUL, ver o caso do Grupo de Trabalho-10 e a as propostas das comissões sindicais metalúrgicas para temas comerciais e produtivos, como a da Tarifa Externa Comum, de 1994 (PASQUARIELLO, 1996).

> *inevitavelmente se apegam a modos de ação, particularmente quando eles foram ao menos parcialmente bem-sucedidos na realização de seus interesses*[14].

As tradicionais lógicas de atuação dos sindicatos, suas lideranças e militantes estariam, assim, sendo desafiadas por transformações estruturais no âmbito das relações internacionais. Com relação a tais mudanças, Laredo (2001: 109) sublinha elementos que merecem destaque: i) o desenvolvimento de tecnologias de informação e o aumento da mobilidade bens de capital, pessoas e ideias; ii) o surgimento de novas questões de ordem planetária, tal qual as ambientais, e que não se resolvem no nível dos Estados isolados; iii) a aparição de novos atores internacionais; iv) a redução da capacidade de alguns Estados solucionarem os múltiplos déficits que passam; e v) a proliferação de regionalismos e blocos econômicos.

Com relação à inserção dos sindicatos nos chamados processos de globalização, podem ser destacadas distintas perspectivas interpretativas que focalizam os fenômenos sociais em tal contexto. Por um lado, a integração e a interdependência de mercados, a criação de organizações de governança política em níveis internacionais, as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação etc. têm sido avaliadas pelo viés da emergência de oportunidades de ação para diversos atores sociais em função da integração de estratégias em caráter internacional. Por outro, diversos analistas têm direcionado suas opiniões no sentido de afirmar a reorganização de imposições econômicas, políticas e culturais sociais que se estabelecem na peculiaridade dos espaços sociais locais[15]. Considerando a possibilidade da existência

---

[14] Tradução nossa.

[15] Ruduit (2007) traduz o embate entre tais perspectivas nos termos de *continuidades* e *rupturas* quanto à imposição de aspectos econômicos, políticos e culturais na globalização. Para uma melhor visualização de tal contraposição, entre os primeiros, ver Hirst e Thompson (1998) e Chesnais (1996); com relação aos segundos, ver Castells (1999) e Giddens (2002).

do caráter híbrido no que se refere às possibilidades abertas e as imposições estruturais estabelecidas nos processos de globalização, restaria saber em que medida sindicalistas estariam propensos a inovar ativamente, ou a lidar defensivamente junto a uma realidade que se impõe.

A seguir, sucedem algumas questões que norteiam o desenvolvimento da análise realizada. Basicamente, trata-se de produzir um balanço que torne possível avaliar os impactos dos processos de globalização – especialmente no que se refere à crescente capacidade de mobilidade alcançada pelo capital – nos sindicatos nacionalmente situados, bem como em suas lideranças. A partir disto, no intuito de traçar um panorama sobre o atual estado do campo sindical internacional, busca-se lançar luz sobre como se desenvolveram as estruturas sindicais internacionais e as suas polarizações desde a segunda guerra mundial até os dias atuais, bem como de considerar as suas principais ferramentas de intervenção política. Em seguida, o texto se desenvolve com base na especificidade do capitalismo brasileiro e a sua integração à economia mundial nas duas últimas décadas, fato que se supõe como significativo, não apenas para a constituição dos moldes do sindicalismo no país, mas, também, para a definição, por parte dos sindicalistas nacionais, da importância de se militar para além das esferas nacionais. Por fim, com o intuito de analisar a dinâmica de polarizações no mundo sindical, lança-se luz sobre o relacionamento entre CUT e FS nos âmbitos nacional e internacional, bem como algumas reflexões sobre as implicações do governo Lula para o sindicalismo no Brasil.

Globalização, Capitalismo e Sindicalismo

Tanto nos meios acadêmicos como nos jornalísticos, o termo *globalização* tem recebido uma diversa gama de sentidos, o que expressa não apenas certa nebulosidade quanto à aplicação do conceito, mas, principalmente, a necessidade de que pesquisadores interessados sobre o tema se debrucem sobre ele para explicitar que tipo de orientação a sua utilização pode fornecer. Em termos políticos, as diferenças mais elementares, e não necessariamente contraditórias, entre os significados dados à concepção de um "mundo globalizado" corresponderiam àquelas que veem nesta expressão o mesmo que "um mundo liberado de fronteiras", ou àquelas que realizam a leitura no sentido de "um mundo suscetível às imposições realizadas pelo poder de dispersão da lógica capitalista". Em termos de análise, é preciso ir além para conhecer como a chamada globalização afetaria o cotidiano dos trabalhadores e das suas tradicionais formas de organização.

O debate sobre os usos do termo *globalização* estaria vinculado então à tentativa de se compreender um conjunto de novidades implementadas pela conexão entre sociedades, que passam a vivenciar o acesso a uma gama de elementos que antes eram distanciados pela dificuldade de comunicação, transporte ou barreiras de caráter nacional-estatal. Para autores como Scholte (1997), a utilização do termo deve conter um caráter transcendente, em que as relações globalizadas sejam sinônimas de relações supra-territoriais ou trans-fronteiras. Isto implicaria na ampliação do conceito frente a três entendimentos bastante comuns de globalização. O primeiro deles identifica o fenômeno da globalização com o crescimento das relações que *cruzam fronteiras*. O

segundo trata a globalização como o crescimento das relações entre *fronteiras mais abertas*. E a terceira leitura seria aquela proposta pelo próprio autor, em que ao se falar em globalização se focalizaria no crescimento de relações que transcendem as fronteiras nacionais. Isto quer dizer que, ainda que as três noções se sobreponham, cada uma teria uma ênfase qualitativamente distinta. Segundo o autor, a terceira ofereceria uma nuance significativa e que implica no mais eficiente *insight* para a análise das relações contemporâneas mundiais.

Também com o intuito de apurar o uso do conceito *globalização*, Beck (1999: 112) confere a ele uma ampliação do seu sentido, na tentativa de evitar a restrição que reside em considerá-lo apenas sob a ótica do trânsito entre nações. Mais que isto, ele considera que as lógicas de pensamento vinculadas à ortodoxia das sociedades nacionais /estatais se *desmantelariam* em função de alternativas de poder, de ação e de percepção da vida social. Tal perspectiva sugeriria então, que se poderia considerar que não apenas as lógicas políticas e de militância estariam suscetíveis a mudanças em tempos globalizados, mas, também, que outras categorias de pensamento poderiam ser incorporadas a estas lógicas, tais quais aquelas relacionadas à partilha mundial do debate acerca de problemas ambientais.

Com relação à possibilidade de se considerar a existência de uma *sociedade mundial*, o autor afirma que a novidade residiria no fato de que ela passa a se constituir enquanto uma sociedade *não*-estatal, isto é, como "um agregado de sociedades para o qual garantias de ordem territorial do Estado e também as regras da política publicamente legitimada perderam sua obrigatoriedade". A despeito disto, no entanto, Beck afirma que "*os Estados nacionais não podem existir sem as sociedades mundiais, e as sociedades mundiais não podem existir sem as sociedades nacionais. São os*

bloqueios, os colapsos e as discussões públicas que ativam politicamente esta situação" (BECK, 1999: 184-185). No mesmo sentido, Hirst e Thompson (1998) apontam para o fato de que não se deve supervalorizar estas novidades vivenciadas no mundo contemporâneo, já que as estruturas políticas nacionais tal qual os Estados ainda deteriam uma grande capacidade de governabilidade.

No sentido contrário ao ceticismo de Hirst e Thompson, alguns autores voltam a sua análise à valorização da emergência de novas características no mundo contemporâneo e, ainda que a ênfase nas novidades sejam por vezes exacerbadas, elas são importantes para voltar os olhos para movimentos potencialmente emergentes. Este seria o caso do crescimento do campo político internacional, no qual Dupas (2005) observa que o aumento da importância dos processos de arbitragem nesse nível ajudaria a fazer supor a emergência de um direito transnacional que se constituiria de modo independente às legislações nacionais, estabelecendo uma espécie de *lei global sem os Estados*. Os acordos econômicos se vinculariam então a instâncias de arbitragem não dependentes dos Estados nacionais, construindo uma "zona autônoma de direito que convive com a legislação política". Com isto, para o autor, da mesma forma que se indaga sobre em que medida instituições internacionais como ONU, OIT, OMC etc. contribuiriam para a constituição de uma nova ordem de legitimidade e de poder, pode-se afirmar que "a desestatização da legitimidade passa pela criação de um direito autônomo, transnacional, cuja função é permitir a legitimação – legal e não, social ou política – do capital" (idem).

Dentro de um cenário repleto de discussões "públicas" sobre problemas de ordem transnacional, os espaços para a ação política também estariam em xeque. Para Scholte (1997: 427), ainda não existiriam mecanismos supranacionais que efetivamente

garantam a transparência e a abertura de canais de debate entre Estados. Segundo o autor, se instituições internacionais não têm necessariamente um apelo pela consulta pública que preceda às suas tomadas de decisões, a tecnocracia transnacional não deixaria espaços para que se vislumbrem os ambientes democráticos. No mesmo sentido, as Organizações Não-Governamentais (ONG´s) ou outros grupos da chamada *sociedade civil* que se engajam nestes espaços deveriam ser vistos também pela ótica de que seus membros são escolhidos segundo critérios internos a estas organizações, e que elas comumente estariam relacionadas à falta de transparência sobre sua organização financeira e de prestação de contas.

Ainda com relação à arena internacional e à ausência de mecanismos estatais supranacionais, Evans (2010) refere-se ao fato de que os aparatos estatais, de modo geral, apesar de importantes ferramentas ao movimento operário, teriam sido experimentados antes como aliados do capital do que um recurso estratégico ao alcance dos seus interesses. O autor observa que a utilização dos Estados ocorrera sobretudo a partir de processos de mobilização efetiva, e não a partir de um vínculo intrínseco. De fato, para o autor, o Estado pode ser encarado antes como um comum aliado do capital, implacável junto a trabalhadores e suas organizações no hemisfério sul. A arena global, neste sentido, seria ainda mais problemática pela ausência de um aparato estatal, ou de outros que se combinem efetivamente a parâmetros democráticos. Desta forma, segundo o autor, o movimento operário teria sido usurpado de um instrumento político chave (EVANS, 2010: 356).

No nível aos distintos aspectos do mundo do trabalho, diversos pesquisadores com perspectivas analíticas nem sempre convergentes – tais como Castells (1999), Beck (1999) e Sennet (2003) – têm apontado para o fato de que a

dinâmica capitalista globalizada, junto à mobilidade do capital, tem impulsionado formas flexíveis de gerenciamento da produção, o que implicaria em certa padronização em nível mundial da promoção da instabilidade de vínculos laborais. Segundo Scholte (1997: 429), é justamente a crescente busca pela acumulação de mais-valia o que tem encorajado o crescimento da supra-territorialidade. De modo geral, tal perseguição ocorreria por três principais razões: (a) uma maior amplitude de mercado; (b) menores custos com mão-de-obra, taxação e regulação; e (c) novas oportunidades de acumulação por meio de itens intangíveis, como informação e a produção de mídia de massa que circule em um espaço global.

Sobre a expansão dos sistemas produtivos no sentido de sua transnacionalização, as possibilidades de o capital mover-se com rapidez seria um elemento chave, característico da contemporaneidade. Chesnais (1996) observa que esta mobilidade teria possibilitado o paulatino desenvolvimento do capital – e de suas instituições de mercado, tal qual o financeiro – rumo a um processo de liberalização e mundialização da economia. Com isto, em grande medida, o capital teria se sobreposto à autoridade política do Estado nacional, que teria a sua capacidade de intervenção reduzida. A internacionalização estaria dominada pelo investimento internacional e não apenas pelo comércio exterior, sendo isto um resultado direto da mundialização das instituições financeiras, que promoveriam os processos de fusões e as aquisições ao redor do planeta.

Para o autor, a expansão internacional da produção se desenvolveu ao longo da história principalmente por meio do comércio exterior e, a partir dos anos 80, pelo aumento do Investimento Externo Direto (IED) e da colaboração interempresas. Com isto, as estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, passaram a dar

lugar a novas estratégias que combinaram diversas atividades transfronteiras: as exportações, o intercâmbio de suprimentos externos, os investimentos estrangeiros e as alianças internacionais (CHESNAIS, 1996: 27). É a partir disto que, para o autor, a capacidade do capital mover-se seria uma das principais características do mundo contemporâneo onde o arranjo entre liberalização e desregulamentação e as possibilidades promovidas pelas novas tecnologias da informação aumentaram a capacidade do capital produtivo e financeiro de se comprometer ou se descomprometer, de se movimentar entre regiões do planeta.

No entanto, conforme observa Keida (2006:19) tal mobilidade do capital também estaria vinculada às particularidades dos setores econômicos e que não deveriam ser negligenciadas na literatura sobre o sindicalismo transnacional. No caso dos sindicatos de serviço, a globalização no setor de serviços pode nao ocasionar demissões maciças, enquanto no setor manufatureiro ela pode estar mais intrinsecamente vinculada ao fenômeno de perda de milhões de empregos de um país ao outro em função da migração de empresas. Um dos principais motivos seria a diferenciação na capacidade de transferência das atividades das empresas, e também estaria relacionado à composição de estratégias sindicais transnacionais.

Segundo o Keida, é a partir disto que seria possível perceber o porquê da transnacionalização sindical no setor manufatureiro, especialmente aquela que critica o "livre comércio" ter sido acusada por alguns sindicatos do mundo em desenvolvimento como "protecionismo disfarçado”. Para os sindicatos do setor de serviços, no entanto, segundo o autor, a crítica ao livre comércio não seria possível na mesma intensidade dado que o "protecionismo" não facilitaria a manutenção do emprego neste setor. Uma

hipótese levantada por Keida refere-se ao fato de que sindicatos do setor de serviços poderiam estar mais facilmente aptos a iniciativas de solidariedade transnacional.

É justamente em um contexto em que sindicatos dos mais diversos setores passam a vivenciar o deslocamento de empresas para fora ou dentro de suas bases de representação, que emerge o desafio de como eles se relacionariam com as novas dinâmicas empresariais. Sylver (2005) observou, justamente, que ao se desenvolver o constante deslocamento geográfico do capital em função da tentativa de se encontrar soluções para crises de lucratividade, surgiram dificuldades para os sindicatos em função da rapidez com que se deslocam as empresas, e também pelo impulso à transformação na organização da produção que foi promovida por tal processo. Por um lado, a *hipermobilidade* do capital pode ser considerada como um elemento que enfraqueceu o poder de barganha dos trabalhadores que não tinham a mesma capacidade de se reorganizar espacialmente, e que também se viram unidos enquanto um exército de reserva integrado em escala mundial. Por outro, ela se alinhou com a possibilidade de se desenvolverem mudanças organizacionais *pós-fordistas*, que passaram a debilitar as organizações sindicais nos locais de trabalho já que pulverizaram a concentração de trabalhadores por meio da terceirização e a desintegração vertical da produção.

Em certa medida, contudo, a ação sindical frente às empresas transnacionais[16] (ETN´s) também acompanhou o processo de globalização no nível local sem apatia. Em *Forças do Trabalho*, Beverly J. Sylver (2005) aponta para a tese

[16] Ainda que o conceito de corporações *multinacionais* pareça apropriado já que uma mesma empresa está presente em diversos países, o termo versaria apenas em parte sobre as características fundamentais de tais empresas. Por um lado, tais empresas podem ter forte identidade nacional vinculada ao país de origem (já que podem ter o início do seu desenvolvimento relacionado ao apoio estatal) ou então terem o poder de gestão empresarial extremamente concentrado nas matrizes das empresas. Por esta razão, ainda que a bibliografia sobre o tema das corporações internacionais utilize com frequência a menção à *multinacional*, se buscará, aqui, utilizar o conceito de empresas *transnacionais.*

de que ao longo do século XX, o capital de produção em massa deslocou-se ao redor do globo em busca da “miragem da mão-de-obra barata e disciplinada”, no entanto, tal movimento resultou como um impulso ao estabelecimento contínuo de reações oriundas de movimentos trabalhistas nos distintos lugares onde se instalava. Tal argumento se estrutura no sentido de afirmar que o desenvolvimento capitalista não ocorreu com a complacência passiva de trabalhadores despreparados, mas que, pelo contrário, repercutiu como uma variável até certo ponto útil à emergência de novas ondas de mobilizações coletivas em regiões aparentemente domesticáveis aos interesses do capital. Sendo assim, no entanto, restaria saber se, de modo geral, o movimento operário em escala global estaria capacitado a enfrentar a grande expansão de empresas de caráter transnacional.

Empresas Transnacionais (ETN´s)

Segundo dados da UNCTAD (UNCTAD, 2008), o mundo conta com cerca de 79.000 ETN´s que mantém aproximadamente 790.000 filiais espalhadas ao redor do planeta. Entre tais empresas, as automobilísticas e de telecomunicações estão entre as 25 principais ETNs não financeiras que investem ao redor do mundo, sendo elas: Toyota (3º. lugar), Ford Motor (6º), Vodafone (7º), Telefônica (11º), Deutsche Telekom (13º), Volks (14º), France Telecom (15º) e Honda (18º). Observando a força destas ETN´s, Dupas (2005: 96) observa que:

> *(...) apenas a soma do faturamento das duas maiores corporações mundiais em 2003 (Wall-Mart Stores e British Petroleum) já equivaleria ao tamanho do PIB brasileiro. Se acrescentássemos as oito seguintes (Exxon Mobil, Royal Dutch/Shell Group, General Motors, Ford Motors, Daimler-Chrysler, Toyota Motor, General Eletric, Total) o valor dos seus faturamentos já seria equivalente ao da América Latina.*

Ainda que vejamos somente no capítulo seguinte os desdobramentos da expansão dos setores metalúrgico e de telecomunicações, uma das conclusões que se pode retirar da ilustração fornecida acima é a da existência de profundas transformações naquelas formas organizacionais que historicamente serviram como referência para que os sindicatos estabelecessem o foco e os moldes de ação. Tal reflexão ganha ainda mais força quando, por exemplo, lembramos que até finais do século XX o setor de telecomunicações era eminentemente monopólico ou ainda, em muitos casos, estatal.

Não se pode esquecer que as ETN's constituem-se inicialmente enquanto empresas nacionais e só depois disto é que passam ao plano supraterritorial. No caso da expansão de tais empresas, o apoio do Estado, interessado, entre outros fatores, no incremento de impostos oriundos das trocas econômicas internacionais, pode ser determinante. Isto permite avaliar que não apenas são os Estados elementos fundamentais na lógica de competitividade do mercado internacional, mas que as matrizes, nacionalmente estabelecidas, são aquelas que podem exercer o papel de coordenação internacional da empresa. No que diz respeito aos sindicatos de ETN´s, é a partir de tal percepção que os sindicatos da matriz da empresa de tal característica assumem um papel significativo, por estarem justamente no "olho do furacão", tendo a possibilidade de adiantar determinados movimentos do capital.

Dupas (1999) observa que as ETN´s, de maneira geral, não se constituem de maneira homogênea e que a sua distribuição espacial, os seus centros de pesquisa e de decisões estratégicas se desenvolvem em função dos mais diversos critérios – tais como a existência de regiões com grande concentração de trabalhadores qualificados ou de centros de pesquisa tal qual universidades. Da mesma forma, para Chesnais (1996: 33), ao utilizar as possibilidades oferecidas pelas novas formas de comunicação, tais empresas tendem a se organizar como "empresas-rede". Usam novas formas de gerenciamento e de complexas modalidades de terceirização para, com isto, reconciliar a centralização à descentralização das operações, e explorar as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização.

Coutrot (2005) nota que tais empresas também estão cada vez mais influenciadas pelas escolhas tomadas na esfera financeira, e que a transformação das lógicas empresariais caminham lado a lado com os novos modos assumidos na

organização do trabalho – entre eles a tendência à precarização das formas de trabalho assalariado[17]. Para ele, o papel normativo dos acordos interprofissionais ou setoriais estaria passando por um retrocesso, em proveito de negociações descentralizadas, vinculadas à especificidade de cada empresa (COUTROT, 2005: 40).

Assim, para os sindicatos, pode-se supor que as dificuldades em estabelecer padrões estratégicos e de metas nas negociações se intensificam não apenas pela descentralização produtiva e fragmentação geográfica das empresas, mas, também, pelo fato de que a pulverização de uma empresa pode ocorrer em nível internacional, aproveitando o contraste entre as condições econômicas, políticas e culturais entre países. Neste caso, a contrapartida à mobilidade das ETN´s que se aproveitam das brechas entre tais condições nacionais leva a crer que o foco sindical em uma militância em nível transnacional estaria ganhando cada vez mais espaço do que o foco restrito ao plano local. Nas palavras de Dupas (2005: 47):

> *De fato, a democracia precisa ser exercida onde está o poder, o que inclui – mais do que tudo – o nível global. Ela deve incluir não só os cidadãos, mas Estados, empresas transnacionais e partidos políticos, e isso exige novas instituições e as reformas das atuais. De que adianta a ONU se nela não há espaço de comprometimento das corporações gigantes transnacionais que definem vetores tecnológicos e empregabilidade?*

[17] O autor nota que é possível observar que aquelas empresas cotadas nas Bolsas de Valores recorrem mais sistematicamente que as outras a formas de contrato temporário.

Sindicatos Transnacionais

No que diz respeito aos estudos sobre a internacionalização do movimento operário, Collombat (2007: 46) considera existirem grupos distintos de pesquisadores que se dividiriam entre *entusiastas* e *céticos*. Os primeiros seriam todos aqueles que veem o fenômeno como o sinônimo da emergência de movimento emergente e repleto de possibilidades, e que se utilizaria de novas ferramentas para a organização dos trabalhadores para além das fronteiras nacionais. Os céticos seriam aqueles que negam a habilidade sindical no campo internacional, e que o "velho internacionalismo operário" teria dificuldades em renovar-se. O segundo grupo preferiria debruçar-se então sobre a análise das iniciativas *grassroots* e das redes informais que recorrentemente ganhariam o rótulo de "novo internacionalismo" (ver Waterman, 2002; Castree, 2000).

Para Collombat, ambos os grupos negligenciariam a internacionalização operária pelo fato de que, para o primeiro grupo, o enfoque estaria restrito às inovações estratégicas desconsiderando assim a manutenção de "lógicas sindicais tradicionais" e, para o segundo, seriam rejeitadas iniciativas internacionais já desenvolvidas por considerá-las muito burocráticas e muito longe do interesse dos seus membros. Partindo-se de um princípio de que as estruturas sindicais e estratégias utilizadas são tão dinâmicas quanto quaisquer outros fenômenos sociais, parte-se, aqui, da perspectiva de que o olhar mais acurado se debruçaria sobre os espaços sindicais internacionais com uma análise que contemple a conjugação entre *inovação* e *manutenção.* Mais do que isto, considera-se que tal olhar permite considerar que sindicatos passam a ocupar

paulatinamente um espaço de posições em função de um conjunto de oportunidades e percursos.

No entanto, conforme observa Evans (2010: 362) não seria difícil encontrar críticos dos sindicatos globais, por vezes descritos como estruturas "rígidos e não necessariamente coerentes", e que teriam suas ações extremamente dependentes dos sindicatos locais. Segundo ele, entretanto, as federações internacionais já conseguiram demonstrar sucesso em diversas campanhas globais, o que estaria deixando como legado principal o aprendizado institucional (EVANS, 2010: 364).

As estruturas sindicais internacionais podem ser basicamente classificadas de duas formas. A primeira delas refere-se àquelas organizações políticas que agregam internacionalmente as centrais sindicais de nível nacional e estão principalmente envolvidas com a representação política junto a espaços de debate sobre o comércio regional ou a organismos internacionais tal como a OIT, a ONU e as suas agências: estas seriam as *confederações sindicais internacionais* que filiam as centrais sindicais nacionais. Em seguida viriam as entidades de caráter setorial, as *federações internacionais* (FSI´s) em que os filiados nacionais são as organizações sindicais na forma de sindicatos, federações e confederações vinculadas a determinados setores econômicos. Assim sendo, este segundo grupo também desenvolve a representação política junto ao mesmo tipo de organismos internacionais que o primeiro, no entanto, direciona suas ações aos trabalhadores de determinado setor econômico específico e é a partir disto que se constitui como um veículo direto para a intervenção junto às ETN´s.

No que se refere às formas com que se estabelecem as relações internacionais sindicais, ainda que seja comum observar contatos ou cooperações bilaterais entre sindicatos de diferentes países, as estruturas sindicais referidas como

pertencentes ao primeiro ou segundo grupo tendem a ganhar espaço no que se refere à constituição do campo sindical internacional. Isto ocorre pois, nelas, é possível observar processos em que ocorrem tomadas de posições, bem como disputa pela valorização de determinados temas e perspectivas que implicariam em diversas definições de discursos e conceitos políticos. Por fim, as estruturas sindicais internacionais, como corpos políticos, passam a se constituir em um espaço regular para o exercício de práticas internacionais, pois dispõem de estruturas definidas, de financiamento próprio e de estratégias mais ou menos estabelecidas

As confederações e federações internacionais constituem-se, desta forma, como um espaço objetivo para formas de interação sindical, tanto no nível nacional, como no internacional. Promove, não apenas uma arena de debates por meio da intersecção entre as duas esferas, mas, também, entre organizações que se identificam por orientações políticas semelhantes, ou entre aquelas que se definem em função de posicionamentos mais ou menos divergentes. Além das estruturas internacionais tornarem-se, portanto, um ponto em comum entre sindicatos, elas têm se legitimado paulatinamente como o local onde, por excelência, se desenvolvem os debates e as estratégias frente a temas tais quais aqueles voltados às ETN´s.

Tais estruturas também adquirem importância por financiarem redes de sindicatos internacionais, reuniões, visitas, campanhas, cursos de formação, mas também por despenderem recursos em *staff* permanente que organiza o planejamento estratégico das organizações e os executa, exercendo todas as funções que dão corpo às organizações. Sendo assim, se observa que a questão do financiamento internacional é decisiva, pois consolida instituições que permitem a existência de um espaço regular à ação sindical internacional.

De modo geral, tais estruturas internacionais são financiadas de dois modos ainda que um deles se sobreponha ao outro. Apesar de receberem recursos provenientes das cotas de filiação pagas pelos sindicatos nacionais, as organizações internacionais ainda dependem em grande parte do financiamento estabelecido pelos sindicatos europeus. Conforme informaram as lideranças entrevistadas, a cooperação desenvolvida por federações e confederações internacionais provém fundamentalmente de recursos públicos, dos fundos de solidariedade mundial oriundos de países desenvolvidos e que são administrados por meio de *agências de cooperação internacional*.

Tal desequilíbrio entre as fontes de recursos pôde ser observado no recorrente debate estabelecido em atividades sindicais internacionais sobre a incapacidade de que o sindicalismo internacional possa ser financiado de maneira sustentável pela soma global das cotas disponibilizadas por seus sindicatos filiados. Isto quer dizer, sem depender de modo preponderante dos recursos ou projetos canalizados por organizações do hemisfério norte, em especial as europeias[18]. Outro impacto desta assimetria é que isto acaba por refletir-se nas relações de força das próprias estruturas internacionais, assim como no peso político das organizações nacionais, já que os valores pagos como cotas de filiação estão, via de regra, diretamente vinculados ao número de votos a que cada organização tem direito em congressos mundiais.

Os recursos públicos utilizados por sindicatos europeus e suas agências advém de canais de financiamento disponíveis essencialmente por meio do *Official Development Assistance* (ODA)[19], um mecanismo cunhado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A origem desta ferramenta

[18] Observou-se ao longo da pesquisa que este debate teve um crescimento significativo a partir de 2008 em função da crise financeira mundial eclodida nos Estados Unidos e disseminada rapidamente para países Europeus que passaram a renegociar os valores repassados para fundos de cooperação internacional como reflexo das políticas de contenção de gastos governamentais.
[19] Ver: http://www.oecd.org/document/4/0,3746,en_2649_34447_46181892_1_1_1_1,00.html

provém do *Plano Marshall* para a reconstrução da Europa, mas agora estes recursos não são destinados apenas para os países com necessidade de se reconstruírem em função de guerras, mas há, também, uma lista de 29 nações em desenvolvimento no guarda-chuva da OCDE e que estão autorizados a receber esses recursos. Existe uma orientação da ONU de que todos os países desenvolvidos deveriam respeitar o índice de 0,7% para fundos de cooperação internacional, no entanto, poucos países respeitam este índice. Em termos percentuais, segundo a OCDE[20], Suécia, Luxemburgo, Noruega, Holanda e Dinamarca são os países que alcançaram a meta de dedicar 0,7% do PIB para os fundos de cooperação.

De modo geral, do lado dos governos, estes recursos são geridos pelo ministério de relações exteriores, sendo que a decisão sobre quem recebe estes recursos é o resultado de negociações políticas nacionais. Do outro lado, existem as agências de cooperação que recebem e administram estes recursos. É a partir deste princípio que centrais sindicais europeias estabeleceram agências de cooperação que são sustentadas pelos próprios recursos da cooperação.

Basicamente, elas são organizações separadas dos sindicatos que fazem parcerias diretas junto a sindicatos de outros países ou junto às organizações sindicais internacionais tais como as FSI´s que, neste caso, gerenciam os recursos disponibilizados junto aos sindicatos dos países em desenvolvimento. Os resultados das atividades desenvolvidas nestes países são então consolidados e reportados aos governos em um movimento inverso, pelas agências de cooperação[21].

[20] Idem
[21] É importante destacar que organizações da sociedade civil também estão aptas a receberem estes recursos.

PRINCIPAIS COOPERANTES DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS INTERNACIONAIS			
Cooperante – País	**Agência de cooperação**	**Denominação[22] do cooperante**	**Origem dos recursos**
FNV – Holanda	FNV Mondiaal	Central Sindical	Principalmente Fundos de Cooperação Internacional proporcionados via Estado + aportes do movimento sindical (menor parte)
LO / TCO – Suécia	LO TCO	Central Sindical	Idem
LO - Noruega	LO	Central Sindical	Idem
LO / FTF - Dinamarca	LO	Central Sindical	Idem
SAK – Finlândia	SASK	Central Sindical	Idem
UGT - Espanha	ISCOD	Central Sindical	Idem
CCOO – Espanha	Fundación Paz y Solidaridad	Central Sindical	Idem
AFL-CIO – Estados unidos	Solidarity Center[23]	Central Sindical	Idem
CGIL – Itália	Progetto Sviluppo	Central Sindical	Idem
CISL – Itália	ISCOS	Central Sindical	Idem
UIL – Itália	Progetto Sud	Central Sindical	Idem
DGB – Alemanha	BILDINGSWERK	Central Sindical	Idem
FES (Fundação Friedrich Ebert) – Alemanha	-	Organização de cooperação de caráter partidário	Principalmente Fundos de Cooperação Internacional proporcionados via Estado
OXFAM – Reino Unido	-	Organização Não governamental	Principalmente Fundos de Cooperação Internacional proporcionados via Estado

[22] Entre a organização dos países e os termos utilizados, há diferenciações entre o que um ou outro define por federação, confederação ou central sindical. Para evitar mal-entendidos sobre esta classificação, buscou-se manter aqui os termos utilizados pelas próprias organizações em sua definição.
[23] Até 1995, a cooperação se dava por meio do Instituto Americano de Desenvolvimento Sindical Livre.

O *modus operandi* neste espaço de forças pode ser observado por meio dos processos que se desenvolvem na busca pela congregação de sindicatos de caráter nacional em torno da constituição de Acordos Marco junto a empresas transnacionais, em que se acordam padrões sociais mínimos a serem adotados de modo uniforme em todos os países em que a empresa esteja instalada. As campanhas de solidariedade internacional, enquanto estratégia de pressão sobre as empresas e governos locais também servem à formação paulatina de uma cultura, de um aprendizado sindical voltado não apenas sobre as possibilidades de ação externas às delimitações nacionais, mas à ampliação dos tradicionais interesses e perspectivas sindicais. No mesmo sentido, e não com menor importância, estão os congressos, os seminários temáticos e os cursos de formação internacionais como eventos sindicais internacionais tradicionais que colocam lado a lado lideranças sindicais de diferentes origens.

Com relação ao *primeiro grupo*, três principais organizações internacionais coexistiram até o período recente: a Confederação Mundial do Trabalho (CMT)[24], de orientação cristã, fundada em 1920; a Federação Sindical Mundial (FSM)[25], de origem comunista, fundada em 1945; e a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL)[26], de origem social-democrata, fundada em 1949 a partir de uma divisão da FSM. Durante a Guerra-Fria, a composição destas organizações internacionais estava diretamente ligada aos posicionamentos políticos da dinâmica Leste-Oeste, o que implicava em divisões que compunham o campo sindical internacional do período.

[24] Em ingles, *World Confederation of Labour* (WCL).
[25] Em ingles, *World Federation of Trade Unions* (WFTU).
[26] Em inglês, a International Confederation of Free Trade Unions (IFTU).

O fim da disputa entre Estados Unidos e União Soviética implicou em novos rearranjos nas composições das organizações sindicais internacionais, que passaram por processos de derrocada ou de fusões. Depois da queda da URSS, a FSM se enfraqueceu e passou a ser considerada uma organização em vias de desaparecimento. Ao mesmo tempo, a CMT também enfraqueceu, mas a explicação fundamental residiria no processo de secularização do movimento sindical. Ambos os movimentos, de enfraquecimento da organização internacional de origem comunista e daquela de origem cristã, contribuíram para a aproximação entre a CMT e a CIOSL, culminando na fundação de uma organização que passaria a se tornar praticamente hegemônica na esfera internacional: a Confederação Sindical Internacional (CSI)[27] novembro de 2006, e o seu braço latino-americano, a Confederação Sindical das Américas (CSA) em março de 2008.

A dinâmica de oposição entre ocidente e oriente também implicava na competição sobre a incidência sindical internacional na América Latina[28]. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, as maiores organizações sindicais do continente eram a CPUSTAL (Coordenação Permanente de Unidade Sindical de Trabalhadores da América Latina) que estava vinculada à FSM; a ORIT (Organização Interamericana de Trabalhadores) que representava a CIOSL regionalmente; e a CLAT, orientada pela CMT. Enquanto na entidade de tendência comunista prevalecia a orientação dos partidos alinhados e da influência de Cuba, a ORIT estava vinculada ao sindicalismo norte-americano, o que muitas vezes a fazia servir como espécie de porta-voz da política externa estadunidense.

[27] Em inglês, *International Trade Union Confederation*, (ITUC). Cabe notar ainda que na América Latina, a antiga ORIT, ligada à antiga CIOSL, com a criação da CSI, passa a se chamar CSA ou, em inglês *Trade Union Confederation of Américas* (TUCA).

[28] A ORIT era sede pan-americana da CIOSL na América Latina e era conhecida pela influência da AFL-CIO, a confederação estadunidense com forte tendência anticomunista.

A partir de 2006 e 2008, anos em que se consolidaram as fusões entre CIOSL e CMT, e os seus braços latino-americanos ORIT e CLAT, as centrais sindicais brasileiras passaram a estar afiliadas automaticamente às entidades que resultaram deste processo de unificação, a CSI e a CSA. Segundo Collombat (2007: 47) as duas organizações constituintes da CSA não tinham as mesmas tradições em termos de orientação política ou de estruturas, o que implicou em um processo de aproximação que não esteve livre de tensões. No mesmo sentido do argumento da autora, observa-se que a fusão entre as duas organizações em questão é exemplar, pois permite ilustrar sobre como processos deste tipo no meio sindical se desenvolvem sob fortes tensionamentos.

A história da constituição da CSA, documentada e analisada recorrentemente por sindicalistas e investigadores voltados à assessoria sindical é objeto de diferentes leituras que, visualizadas umas em relação às outras, fazem possível avaliar a composição de um campo de forças sindicais do passado e do presente da instituição. Mais especificamente, refere-se aqui a um documento intitulado "*Hacia una Nueva Arquitectura Sindical en America Latina?*" promovido pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) em razão dos preparativos para o congresso de constituição da CSA. Neste material, os autores se referiam às organizações constituintes da futura CSA, classificando a antiga CLAT e outras organizações sindicais filiadas ou não a ela (entre elas a central sindical brasileira Força Sindical, e a argentina CGT) como conservadoras ou de questionável representatividade. Como consequência de evento, estabeleceu-se uma forte discussão no interior da CSA, em seu conselho executivo, em que representantes de distintas centrais sindicais questionaram sobre o conflito de discursos e, inclusive, a possibilidade de se negar à continuidade do recebimento de

apoio financeiro oferecido pela FES à CSA. O final do debate se encerrou sem maiores consequências, exceto pelo reforço das lembranças das divisões políticas históricas à confederação internacional.

O *segundo grupo*, de organizações sindicais internacionais de caráter setorial, corresponde às *Federações Sindicais Internacionais* (FSI´s)[29], antes denominados como *International Trade Secretariats* (ITS´s), e se consolidam a partir de uma divisão não oficial com a CIOSL desde os anos 1960.

Entre as características desta configuração sindical está o fato de que as FSI´s não estão vinculadas às confederações internacionais e, sendo assim, não correspondem à concepção tradicional do vínculo hierárquico federação/confederação. Neste sentido, sendo organizações de nível superior na hierarquia sindical internacional, as FSI´s se agrupam em uma organização ainda insipiente denominada *Global Unions*, e que teve a sua reunião inaugural em janeiro de 2007. Outra observação quanto às FSI´s residiria na perceptível tendência de que elas passem a operar processos de fusão entre si tornando-se organizações multi-setoriais (ver quadro que segue). Este seria o caso, por exemplo, da aproximação recente entre dirigentes da ICEM (Internacional dos Trabalhadores Químicos, da Celulose, da Energia, Mineração e Indústrias Diversas) e da FITIM; ou, em momento anterior, entre a própria ICEM e a ICM (Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira), fusão esta não concretizada.

[29] Em inglês, as *Global Union Federations* (GUF´s).

Principais FSI´s e suas fusões / ano de referência: 2011
ICEM* – A ICEF (Internacional Trabalhadores Químicos e em Energia) se somou à Internacional dos Trabalhadores Mineiros (FIM) em 1996 para formar a Federação Internacional de Sindicatos Químicos, Energia, Minas e Indústrias Diversas (ICEM). No ano 2000 também absorveu a Aliança Universal dos trabalhadores em Diamantes. Sua sede mundial está localizada em Genebra, na Suíça, conta com 467 organizações sindicais filiadas que estão localizadas em 132 países. Declaram 20 milhões de afiliados. ***ICM*** – A Federação Mundial de trabalhadores da Construção e da Madeira (FMTCM) se fundiu com a Federação Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (FITCM) no ano de 2005 e resultou na Internacional dos Trabalhadores da construção e da Madeira (ICM). Sua sede mundial está localizada em Genebra, na Suíça. Declara 318 organizações sindicais filiadas em 130 países. ***IE*** **–** Criada em 1993, tem a sua sede em Amsterdã, Holanda. É uma organização proveniente da fusão do Secretariado Profissional Internacional do Ensino e a Confederação Mundial de Organizações de Profissionais do Ensino (CMOPE). Representam 402 organizações em 171 países, com cerca de 30 milhões de filiados. ***ITF*** – Criada em 1986 e com sede mundial em Londres, Reino Unido, tem como origem a Federação de Trabalhadores da Navegação e Portos, e a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte terrestre. Declara conter 760 organizações em 46 países, com aproximadamente 4,5 milhões de afiliados. ***ISP*** – A Internacional dos Trabalhadores em Serviços Públicos (ISP) foi criada em 1907, tem sede mundial em Ferney-Voltaire, na França. Uma característica peculiar é que mesmo após os processos de privatizações de empresas públicas, tende a manter afiliadas organizações que agora correspondem ao setor privado. Representam 650 organizações em 150 países e declaram contar com mais de 20 milhões de trabalhadores filiados. ***FIJ*** – A Federação Internacional dos Jornalistas também está sediada em Genebra. Foi criada em 1952. Conta com 150 organizações filiadas em 117 países e com 55.0000 trabalhadores filiados. ***FITIM**** – Criada em agosto de 1904, a Federação Internacional de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM) tem a sede mundial na cidade de Genebra, Suíça. Declara conter mais de 200 organizações filiadas em 100 países, com cerca 20 milhões

de trabalhadores filiados.

FITTVC* – A Federação Internacional de Trabalhadores na indústria Têxtil, Vestuário e Couro foi criada em 1970. Representam 220 organizações em 110 países e possuem mais de 10 milhões de trabalhadores filiados.

UITA – A Federação Internacional dos Trabalhadores em Alimentação foi criada em 1920 com o nome de Internacional dos Trabalhadores em Alimentação e Bebidas (UITAB). Após diversas federações do setor alimentício, incorporou em 1994 a Federação Internacional de Trabalhadores de Plantações Agrícolas e afins (FITPAS). Conta com 391 organizações em 124 países e cerca de 12 milhões de trabalhadores filiados.

UNI – A Union Network International (UNI) tem sede mundial localizada em Nyon, Suíça, e foi criada no ano 2000 com base em quatro FSI preexistentes: a) Federação Internacional Comercial, Clerical, Professional e de empregados Técnicos; b) Internacional das Comunicações (IC), fundada em1920 com o nome de Organização Internacional de Correios, Telégrafos, Telefones e estações de rádio (IPCTT); c) a Federação Gráfica Internacional (FGI), com origem na Internacional dos Tipógrafos (1889), a Internacional dos Litografistas (1896) e o sindicato Internacional de Encadernadores (1907); e d) Internacional da Mídia e Entretenimento (MEI, em sua sigla inglesa). Nesta composição multi-setorial a UNI está dividida quatorze seções: comércio; finanças; Telecom; postal e logística; tecnologia da informação e trabalhadores de escritório; IBITS (trabalhadores em tecnologia de informática e microeletrônica); gráficos; limpeza e segurança; mídia, entretenimento, artes e esportes; Eletricidade; Turismo; Cabeleireiros e Estética; Jogos; e Agências de empregos temporários. Declaram representar 900 organizações sindicais em todo o mundo com cerca de 20 milhões de afiliados.

* Atualmente, ICEM, FITTVC e FITIM desenvolvem o processo de sua fusão, que deve se concretizar no congresso de junho de 2012 formando uma nova e multi-setorial FSI chamada *Industriall*.

Ainda que as federações internacionais direcionem suas atividades na integração sindical em níveis internacionais por meio de campanhas e fomento a redes sindicais em ETN´s, elas também promovem o apoio ao desenvolvimento de sindicatos em nível local, principalmente em regiões onde não se verificam estruturas sindicais organizadas, como nos países em que não há uma legislação trabalhista que as favoreça,

ou que tenham experimentado uma história recente vinculada a regimes repressores e que as tenham inibido.

Entre as principais atividades das federações internacionais, pode-se destacar aquelas atividades focadas na inter-relação da promoção do desenvolvimento sindical nos planos local e internacional. Em diversos casos, isto ganharia não apenas o sentido da busca por ações de "solidariedade internacional", mas, também, aquelas vinculadas a uma estratégia de se buscar promover acordos junto a ETN´s, já que a legitimidade deles está diretamente vinculada à capacidade de representação nas diversas empresas que estão nacionalmente situadas. Segundo Gray (2009: 142), as FSI´s não são projetadas para executar campanhas a nível local, ou definir a agenda para os sindicatos locais, mas sim para coordenar as lutas locais e nacionais através da manutenção de canais globais de comunicação e coordenação.

A propósito de tais negociações, de modo geral elas se materializam de dois modos principais: seriam os *Acordos Marco Internacionais* (AMI)[30], firmados entre a ETN e a FSI, ou os *Códigos de Conduta* (CC), estabelecidos principalmente com base em iniciativas de ETN´s. Em teoria, existiria certa diferenciação entre as concepções destes acordos, expressa nos materiais oferecidos em cursos de formação sindical internacional, como os estabelecidos pela FITIM (ver quadro abaixo) e, também, pelo amplo uso do termo AMI pela OIT em suas publicações sobre acordos globais. No entanto, na prática, existe uma variedade de usos da terminologia sobre acordos globais, podendo até mesmo que um CC seja constituído nas mesmas bases de um AMI.

[30] Em inglês, *International Framework Agreements* (IFA´s) ou *Global Framework Agreements* (GFA´s).

CODIGOS DE CONDUTA	ACORDOS MARCO INTERNACIONAIS (AMI´s)
Iniciativas unilaterais das empresas	Negociados entre trabalhadores e empresa
Não se reconhecem necessariamente todas as normas fundamentais da OIT	Reconhecem todas as normas fundamentais da OIT
Raramente abarcam os fornecedores	Em geral abarcam os fornecedores
Supervisionada pela direção da empresa	Os sindicatos participam do monitoramento de sua aplicação
Débil base para se entabular um diálogo entre empresa, sociedade civil e sindicatos	Consistem numa base estabelecer o diálogo regular da empresa com sindicatos e sociedade civil

Fonte: FITIM

Estabelecidos a partir de processos de negociação, os AMI´s se colocariam como ferramentas mais úteis na arena internacional do que os códigos de conduta (ou até mesmo os *Termos de Responsabilidade Social).* Ainda que ambos possam se assemelhar, o conteúdo dos Códigos estaria sujeito a uma maior flexibilidade por depender da disposição das empresas em unilateralmente moldar tais documentos. Sendo assim, os AMI´s seriam referências à negociação internacional, ou, em outros termos, ferramentas-base que serviriam à regulação da capacidade de mobilidade do capital. Vale notar, no entanto, que tais acordos não têm sido desenvolvidos como Acordos Coletivos de Trabalho nacionais e, portanto, não preveem a negociação de questões como os valores de salários a serem pagos aos trabalhadores da empresa nos diferentes países.

Por meio de tais acordos, as empresas são levadas a reconhecer a necessidade de que sejam respeitados os direitos fundamentais dos trabalhadores, principalmente no que se refere às normas fundamentais da OIT, independentemente dos países em elas que estejam localizadas, ou da capacidade de organização dos sindicatos locais. Os acordos também implicam que empresas explicitem a extensão de

suas responsabilidades sobre as aquelas contratadas por ela. Sendo assim, entre os principais eixos destes acordos, podem ser destacados a padronização das relações de trabalho, a extensão da aplicação de direitos sociais a empresas terceiras e fornecedores vinculados à ETN por meio de mecanismos de monitoramento, além do contato regular entre trabalhadores e empresa.

Desta forma, os dois grupos – confederações internacionais e as FSI´s – contribuem na conformação de um campo sindical: ao mesmo tempo em que agregam sindicatos de tendências políticas semelhantes, eles também podem agregar organizações com tendências relativamente opostas. Tal afirmação se baseia no fato de que, no âmbito internacional, as organizações sindicais conviveriam sob a premissa da busca por consensos sobre princípios macro que orientariam as políticas internacionais e que se colocariam a despeito das particularidades dos países.

A concepção de que a esfera sindical internacional constitui-se num espaço que visa a certa neutralidade na definição de políticas "generalistas" passa a ganhar força a partir do esfriamento da divisão entre organizações sindicais internacionais. Tal divisão decorria principalmente em função dos posicionamentos políticos impostos pelos posicionamentos frente aos blocos soviético e estadunidense, em um momento em que políticas internacionais se colocavam notadamente contrastadas entre dois polos antagônicos. No entanto, não se pode desprezar o fato de que ambiente sindical não está alheio a disputas internas sobre a definição de posições políticas, de prioridades e dos usos que serão feitos localmente das campanhas lançadas em nível internacional.

As palavras expressas pelo Representante Regional da ICM no ano de 2008 em uma conferência regional da entidade ilustram o equilíbrio buscado entre federações internacionais e seus filiados "Nós, da Internacional, não devemos meter o nariz nas

brigas políticas nacionais. Antes de qualquer coisa, o que queremos é buscar os pontos em comum entre o que os nossos afiliados querem". No mesmo sentido, em reunião internacional promovida pela federação internacional ICEM realizada em 2009 na cidade de São Paulo com o objetivo de construir um projeto de atuação internacional junto a seus sindicatos filiados no MERCOSUL mostrou-se capaz de congregar lideranças provenientes das mais diversas centrais na formulação de uma proposta em comum. Independente da avaliação sobre o sucesso ou insucesso posterior, importa notar as palavras de um representante da ICEM quando disse que "gostaria de tirar uma foto da composição do grupo", dadas as divergências nacionais existentes e que estavam sendo deixadas de lado ao menos naquele momento. Vale observar também o depoimento de um dirigente sindical uruguaio, em que valorizava "a convivência entre sindicatos do papel e celulose brasileiros" já que isto significava "algo além de uma integração nacional", mas também um passo rumo "à integração latino-americana".

Os trechos selecionados acima e a declaração da busca por certa neutralidade podem mascarar o fato de que políticas internacionais que não tenham impacto na vida política nacional, ou que "não se metam na vida nacional", possam estar inexoravelmente fadadas a se tornarem políticas vazias de aplicabilidade pela ausência de sentido. Além disso, paradoxalmente, dissimulam por não considerar sobre os possíveis limites dos debates em tais espaços.

Não desconsideremos que o movimento de aproximações que se desenvolve em espaços internacionais entre sindicatos supostamente orientados por concepções políticas divergentes, também está vinculado às particularidades de processos históricos, e que eles estruturam e permitem estruturar o jogo de composições do cenário sindical. Neste sentido, ainda que não nos debrucemos profundamente sobre as especificidades

dos processos históricos posteriores à Segunda Guerra Mundial e que implicaram no desenvolvimento da Guerra Fria, tanto a sua consolidação como o seu término tiveram considerável importância para a esfera internacional sindical.

Basicamente, com a construção da polarização entre ocidente e oriente, consolidou-se uma dinâmica do jogo de alianças e de tomadas de posição na mesma medida em que a crise da União Soviética significou a reconfiguração da organização sindical internacional. O fim Guerra Fria e o subsequente desenvolvimento de um novo cenário no sistema político mundial significaram a diluição de posicionamentos políticos embasados pela competição bipolar desenvolvida por Estados Unidos e União Soviética, e que pautavam a agenda de organizações sindicais internacionais do período. Neste sentido, ao se vivenciar a transição de um contexto em que o sistema mundial passava de uma estrutura claramente focada em dois polos antagônicos para outra, multipolar, em que se observam novos países e relações de força no centro dos sistemas políticos internacionais[31], estariam se abrindo as possibilidades para novas configurações sindicais.

Desta forma, a aceleração de divisões, polarizações e desigualdades entre Estados nacionais estariam contrapostas a ideias de uma ordem mundial homogênea (ver SANTOS, 2007). Neste caso, o sistema capitalista e as suas imposições têm nas ETN´s as principais ferramentas para o um desenvolvimento internacionalizado. Para trabalhadores e sindicatos, no entanto, elas também se tornariam alvos transnacionais relativamente convergentes.

O movimento de convergência entre sindicatos na esfera internacional é evidenciado nas negociações realizadas em torno de AMI´s por aproximar aquelas

[31] (conforme LAYNE, 2001)

organizações sindicais vistas anteriormente como antagônicas por divisões estabelecidas em níveis nacionais. No mesmo sentido, isto é observado nas práticas conjuntas realizadas em atividades promovidas pelas FSI´s, tais como congressos e seminários internacionais; ou, até mesmo, no exercício de disputa por cargos no interior das Internacionais. Cabe notar que, no entanto, evidentemente, há casos em que a aproximação junto às entidades internacionais não ocorre, seja pelo rechaço à ação conjunta com sindicatos de outras tendências políticas ou pela oposição à própria internacional.

As redes sindicais internacionais desempenham um papel significativo na composição de corpos mais ou menos estáveis frente a campanhas globais desenvolvidas pelas FSI´s, por congregarem sindicatos de diversos países em torno de uma mesma temática. Tendo como foco principal a construção de redes ao redor de ETN´s, elas possibilitam que sindicatos globais rastreiem organizações locais que sejam potenciais afiliadas, bem como, a partir de um mapa das organizações participantes, oferecem um quadro de conjuntura para a análise das estratégias a serem seguidas. A partir delas, as federações tornam possível estabelecer as etapas para que se possa negociar AMI´s, bem como os projetos locais prévios necessários ao desenvolvimento do acordo. Mais que isto, as redes permitiriam estabelecer "estruturas de oportunidade política" para a inclusão de novos temas e práticas (TARROW, 2005).

Promovidas pelas federações internacionais, tais redes funcionam a partir da adesão voluntária de sindicatos nacionalmente situados e que veem a potencialidade de expandir suas ações frente às dificuldades impostas por empresas que tem em uma matriz estrangeira a fonte de decisões estratégicas sobre os rumos ou a política empresarial. Não sendo impostas aos sindicatos, elas pressupõem certa convergência de

interesses, e promovem canais de solidariedade e troca de comunicação. Segundo depoimento de Lothar Wentzel da IG Metall, em seminário promovido pela FES no Fórum Social Mundial de Belém no ano de 2009, e que tratava do tema do sindicalismo internacional as redes internacionais são também canais para o desenvolvimento de alianças nacionais "se por um lado muitos sindicalistas de diferentes países se conhecem por meio destas redes, por outro, há casos em que sindicalistas do próprio Brasil se conheceram por meio delas".

Uma etapa superior, mais desenvolvida do que as redes sindicais internacionais, se constituiria por meio dos Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMT´s). Organizados por empresa, eles são formados com base na representação direta dos representantes dos trabalhadores e buscam, não apenas o acesso a um conjunto de informações estratégicas que envolvem os processos produtivos, mas, também, em muitos casos, o reconhecimento por parte da ETN. Os CMT´s tem uma natureza que não está baseada em uma estrutura burocrática e verticalizada. Com relação ao caso dos setores estudados nesta tese e suas respectivas FSI´s, no quadro abaixo, pode-se observar a existência de uma série de redes e comitês internacionais estabelecidos junto a diversas ETN´s:

REDES SINDICAIS INTERNACIONAIS / COMITÉS	
FITIM	ABB, Aesa, Brown Bowery, Alcatel, Alfa Laval, Caterpillar, Fiat, Ford, General Electric, General Motors, Honda, Magna, Matushita, Mitsubishi, Mazda Nissan, Northern Telecom, Olivetti, Renault, Siemens, SKF, Tenaris (base Italia y Argentina), Thompson Multimedia, Toyota, Volvo, Volkswagen, Electrolux, Vale do Rio Doce (com ICEM)
UNI	WalMart, Vodafone, Singtel, Singapore, Telstra, SBC, Atlantic, Cable and Wireless, Telefonica, OTI, France Telecom, Santander, BBVA, HSBC, América Móvil, Carrefour, Accor, C&A, Cencosud Ripley, Tetrapak, SHV, Gas, Alianza. Em conjunto com a ITF: DHL, UPS, TNT, Federal Express. Com ICEM: Kimberley Clark, Huhtamaki, Jefferson, Smjurfit, Quebecor, Svenska Cellulosa

Fonte: OIT / CIF

Conforme observa Gray (2009: 126), as redes não aparecem de repente, sem o envolvimento e engajamento dos seus membros, sendo que muitas delas têm sido cultivadas durante muitos anos através do difícil trabalho de coordenaçãoe entre militantes ativistas locais com inclinações internacionalistas. Conforme o autor observa, e-mails, telefonemas, boletins, pedidos de informação, e laços pessoais de confiança são a "cola" que mantêm essas redes. Uma das dificuldades de escrever sobre estas redes estaria vinculada então ao caráter informal dos relacionamentos estabelecidos através delas e que seriam importantes por permitirem estabelecer os laços de confiança entre lideranças e sindicatos participantes.

O autor também aponta para o fato de que, enquanto as redes estão quase sempre associadas a FSI´s e dependem delas em termos de recursos e coordenação, as redes também podem se constituir autonomamente, quando estruturadas com base na centralização de empresas, tal o caso de comitês mundiais de empresas multinacionais. As FSI´s prestam apoio financeiro, logístico e institucional, planejam e executam

reuniões internacionais e mantém escritórios e funcionários de projeto em distintos países, o que significa a necessidade de muitos recursos financeiros. Sendo assim, observa Gray, ainda que existam críticas às FSI´s em termos de sua ineficácia ou defeitos estruturais, elas permanecem como a única organização de trabalho global com capacidade de ajudar complexas campanhas transfronteiras, bem como garantir alguma forma de continuidade (GRAY, 2009: 126).

Capitalismo e sindicatos no Brasil: no rumo da transnacionalização

O atual estado das relações sindicais internacionais tem, portanto, um profundo vínculo com as atuais formas assumidas pelo sistema capitalista e que passam a impor à militância nacional um alvo transnacional. Se, como avaliou Chesnais, o IED tende a ser acompanhado pela globalização das instituições bancárias e financeiras que facilitam as fusões e aquisições transnacionais, o grau de liberalização das economias nacionais é um fator determinante na conformação de um cenário composto por ETN´s nos espaços nacionais. Sindicatos de distintos países passam a estar vinculados, então, não apenas pelo intuito de barrar ou impor limites à movimentação do capital, mas, também, no sentido de tentarem se antecipar ao seu deslocamento.

Para sindicatos de países em que a produção e a necessidade de mão de obra estariam emigrando para outras localidades, estratégias de articulação internacional, ou ações que visam fortalecer a organização nacional dos trabalhadores em países em desenvolvimento, poderiam estar atreladas a certo tipo de *solidariedade pragmática*, já que o apoio ao outro parte da premissa da autodefesa. Neste caso, a possibilidade da percepção de um cenário internacional suscetível à intervenção política sindical tem como variável significativa a medida da liberalização do mercado de determinado país.

No país, observa-se que é principalmente a partir da década de 1990 que se estrutura um contexto de abertura à entrada das ETN´s no país e, desta forma, é neste período que se estabelecem condições para uma reconfiguração das lógicas de ação sindicais voltadas à esfera internacional. Neste sentido, para um balanço deste novo

momento do sindicalismo, cabe avaliar como se desenvolveu a sua relação com entrada do capital estrangeiro no país.

De fato, para Castro & Wachendorfer (1998: 131), um condicionante decisivo para a constituição de uma visão sindical essencialmente nacionalista dos sindicatos latino-americanos corresponderia à vigência de modelos econômicos marcados pela baixa inserção internacional da produção. Eles sublinham, ainda, que, nos anos 60, quando algumas ETN´s do setor automobilístico começaram a se instalar em países como Argentina e Brasil é que se registra, na melhor das hipóteses, uma etapa inicial no que se refere aos contatos entre lideranças sindicais nacionais e outros dirigentes dos países de origem dessas empresas.

Os autores observam que até os anos 1960, em grande parte como resultado das condições econômicas nacionais, tanto os sindicatos brasileiros como outros da América Latina não demonstravam maiores interesses em estabelecer contatos com organizações sindicais de outros países. Segundo eles:

> *No caso do Brasil, o fenômeno* [da falta de interesse do intercâmbio sindical internacional] *se repetia, menos por ideologia que por sua subordinação à tutela do Estado, que inclusive proibia sua filiação internacional. Os sindicatos paraguaios, após a tomada do poder pelo general Stroessner, foram praticamente extintos, sendo substituídos por um arremedo de organização sindical que tinha apenas uma função legitimadora da política do ditador. De fato, existia algum interesse em contatos internacionais por parte de círculos sindicais do Uruguai ou de grupos sindicais de oposição em outros países do Cone Sul, mas a falta de condições técnicas e financeiras impediu que esse interesse prosperasse. Finalmente, vale lembrar que a instabilidade política relativamente grande,*

> *provocada pelo revezamento entre governos civis autoritários ou democráticos e ditaduras militares, dificultava ainda mais as possibilidades de comunicação e a ação sindical para além das fronteiras.* (idem)

Como observa Sicsú (2001), durante a década de 1950, o Brasil passou por um forte processo de industrialização, em que se viu iniciar a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED´s) na sua economia. Tal incremento, realizado por meio de recursos financeiros ou pela introdução de máquinas e equipamentos, aumentaria de modo expressivo no chamado "ciclo expansivo" de 1956-1960, quando o IED em setores dinâmicos – como o automobilístico – foi fundamental para modificar o perfil da indústria brasileira. Com isto, o Plano de Metas buscava não apenas captar investimentos externos, mas também direcioná-los para o desenvolvimento nacional em setores específicos da economia, tal como a indústria de bens de capital.

Para Serra (1982: 20) "foi no período que se estendeu desde a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1960 que o país caminhou para etapas mais avançadas da industrialização moderna". Segundo ele, um conjunto de condições foram decisivas para tal processo, sendo elas: uma base relativamente ampla de mercado doméstico, as políticas protecionistas para indústria doméstica e à substituição de importações, investimentos estatais em infraestrutura, bem como a entrada massiva de capital estrangeiro na produção de bens manufaturados destinados ao mercado interno – sobretudo a partir dos anos 1950.

No início da década de 1960, Segundo Siscú, houve a redução de influxo de novos IED´s sendo que novamente, na segunda metade desta década, a participação do capital estrangeiro seria fundamental para o grande crescimento da indústria brasileira que ocorreu entre os anos de 1968 e 1974 – cunhando o período como o do "milagre

econômico”. Tal desenvolvimento ocorreu em um momento em que capitalistas dos países centrais procuravam deslocar sua produção para regiões com menores índices de conflitos junto às organizações de trabalhadores (SYLVER, 2005: 65). Naquele momento, então, o Brasil se mostrava como o lugar perfeito para receber novos investimentos, já que o golpe militar de 1964 havia se constituído como um regime repressivo estabilizado, e com o controle do sindicalismo do país.

Nonnenberg (2003) compara dois períodos da história brasileira, em que os investimentos externos cresceram acima da média, a dizer as décadas de 1970 e 1990, e com isso avaliar a influência das ETN´s sobre a economia nacional. Basicamente chega à conclusão de que, apesar de ocorrer um significativo aumento dos investimentos externos no país nestes períodos, é nos anos 1990 que podemos ver um incremento significativo de empresas estrangeiras no país. Tal presença, como observamos nos capítulos seguintes, implicou no impulso ao direcionamento de sindicatos brasileiros rumo a políticas internacionais.

Segundo o autor, o período de 1962 a 1968 se caracteriza pelo recuo de investimentos externos, se comparados ao padrão observado no período anterior entre 1956 e 1961. Seria então a partir do final da década de 1960 que, com a estabilização inflacionária, a retomada do crescimento econômico e a consolidação de um contexto político mais aberto ao capital estrangeiro, os investimentos externos passaram a rumar ao Brasil. Esse movimento começa a acelerar no início dos anos 1970 e mantém a trajetória até 1981. Segundo ele, o início da década de 1970 é caracterizado pelo começo de um ciclo de IDE´s, em que há a expansão de ETN´s europeias ao redor do planeta, rumando principalmente em direção aos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Em um cenário em que a América Latina se tornava paulatinamente um

destino de menor importância para as ETN´s, o Brasil, contudo, via aumentar o recebimento de tais empresas. É no período que vai de 1970 e 1980 que o país se constitui como principal receptor de IDE´s entre os países em desenvolvimento, característica que perde ao longo da década de 1980.

A presença do capital estrangeiro na economia nacional cresceu substancialmente no decorrer dos anos 1970, baseado em políticas que visavam limitar setorialmente a sua presença para, assim, maximizar benefícios, sobretudo aqueles decorrentes da transferência tecnológica para o país. Nonnenberg observa, também, que o crescimento dos investimentos externos na economia brasileira neste período não foram acompanhados pelo aumento da participação de ETN´s no país.

Para Sylver (2005), no entanto, seria importante notar que a década de 1970, no Brasil, foi marcada pela grande expansão da indústria automobilística, o que implicou na criação de uma "nova classe trabalhadora no país" no que se refere tanto ao seu tamanho, como em termos de experiência. Ele explica que seriam estes trabalhadores que, em 1978, inaugurariam um novo período para a militância nacional, encerrando a quase década e meia de um sindicalismo sob repressão. Esta época foi marcada pelo segundo choque do petróleo de 1979, em que diminuíram os investimentos internacionais em função da diminuição da liquidez do mercado. Sendo assim, caberia notar que um grande contingente de trabalhadores do país já vivenciava o relacionamento com empresas de origem transnacional, dada a grande concentração de trabalhadores nas montadoras automobilísticas do país, principalmente aquelas da região do ABC, no Estado de São Paulo.

Sobre a década de 1980, Carvalho & Castro (2002: 111) apontam para o fato de que ao mesmo tempo em que o ambiente econômico internacional sofria

modificações, a transição entre modelos econômicos no Brasil só veio a encontrar o seu momento quando os índices de inflação dispararam, no final da década. Conforme indicam os autores, ao passo em que na maioria dos países latino-americanos já se havia adotado reformas liberais, no final dos anos 1980, o Brasil era considerado um dos casos de ajuste tardio à lógica neoliberal no hemisfério.

Conforme sublinha Galvão (2007: 35), uma das razões para o desenvolvimento do pensamento neoliberal no Brasil, durante a década de 1980, reside na suposição de que, neste período, os pressupostos liberais encontraram um terreno fértil no contexto da crise do Estado desenvolvimentista, que via suas finanças públicas debilitadas ao ponto de enfraquecer a capacidade de investimento estatal. Neste contexto, na passagem dos anos 1980 para os 1990, Collor surge para a presidência da república após uma campanha eleitoral que acusava a ineficiência dos serviços públicos e a necessidade de uma "caça os marajás" – neste caso sugerindo uma analogia explícita aos funcionários de empresas estatais. A sua administração acabaria constituindo-se, entre outros fatores, marcada pelas alterações na estrutura estatal, em que se visava, basicamente, à liberalização comercial e à retirada do Estado como administrador de empresas públicas por meio da privatização ou preparação para ela. Além disso, foi um período de mudanças significativas também para a política externa nacional, com a aceleração e a ampliação de iniciativas diplomáticas regionais (CASTRO & VALLADÃO, 2002).

No país, desde o final dos anos 1980, estavam sendo implementadas políticas de importação que visavam a competição externa e o direcionamento de recursos para áreas específicas da economia. Como continuidade deste processo, na década seguinte, foram estabelecidos programas de reduções tarifárias que

aprofundaram as mudanças no regime de importações brasileiras, por meio da eliminação das barreiras não tarifárias e a redução de alíquotas de importação (KUME & SOUZA, 2003; PAULA & MAZZETTO, 2011). É neste contexto que, durante a década de 1990, pode-se observar não apenas o crescimento de IDE que rumava ao país, mas também o crescimento substancial da participação de ETN´s na economia nacional.

Considerando-se a participação destas empresas[32] no Brasil, Nonnemberg (2003) observa que ela aumentou de 43% em 1993 para 54% em 2000, o período de maior ingresso de IDE no país. Segundo ele, estes dados vinculam-se ao aumento dos fluxos de IDE para o Brasil que foram levados a cabo nesta década a partir dos processos de privatização e de desregulamentação de setores. Isto se concretizou, basicamente, a partir do processo de abertura comercial, marcado, inicialmente, pela eliminação de diversas barreiras não-tarifárias, redução de barreiras tarifárias, a criação do MERCOSUL – com a subsequente redução de barreiras ao comércio regional –, e são eliminadas diversas restrições ao ingresso do capital estrangeiro. Com isto, em termos macro-econômicos, se estabeleciam os pilares que poderiam justificar a entrada sindical na esfera internacional.

Conforme destaca relatório da UNCTAD (2011), o Brasil passou a ocupar lugar de destaque mundial entre aqueles países que mais recebem investimentos estrangeiros diretos (IED) entre o período de 2005 a 2010. Segundo o relatório, este movimento não seria isolado, mas estaria relacionado ao desempenho do grupo denominado como BRIC[33], em que as ETN oriundas dos países que o constituem, em especial as com caráter estatal, teriam ganhado terreno como importantes investidores externos nos últimos anos, um resultado do seu próprio crescimento econômico

[32] Medida pela venda das 500 maiores empresas no país.
[33] Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

(UNCTAD, 2011: 8-9). No mesmo sentido, ao observar que a intensidade da internacionalização de empresas brasileiras é um fenômeno recente, Arbix (2010), nota que isto ocorreu em função de uma mudança na orientação histórica das empresas nacionais, tradicionalmente voltadas para o mercado interno.

Segundo Almeida (2009: 25), a velocidade da internacionalização de empresas brasileiras nos últimos anos poderia ser observada por meio do forte aumento do IDE em outros países. Ainda, observa que entre 2000 e 2007, tais investimentos no exterior aumentaram quase seis vezes mais do que o crescimento observado entre 1980 e 2000[34], sendo que tal movimento estaria diretamente relacionado à formação de ETN´s brasileiras. As razões para a internacionalização das empresas brasileiras ganhar força na primeira década do século XXI e não nas anteriores, corresponderiam ao fato de que, entre os anos 1960 e 1970, a industrialização brasileira voltava-se essencialmente ao mercado doméstico; nos anos 1980, as empresas buscavam se ajustar a um período de crise; e, na década de 1990, elas passaram a se ajustar ao processo de abertura econômica que resultou, entre outras coisas, nos processos de privatizações.

A partir dos anos 2000, desenvolve-se o crescimento da internacionalização de empresas brasileiras, em razão da conjunção de diversos fatores, em que se destaca a estabilidade econômica do país, permitindo com que empresas como Petrobrás, Vale do rio Doce, Gerdau e Embraer optassem por estratégias que visavam a busca de ampliação de investimentos e novos mercados no exterior (MARCENES, 2009; DALLA COSTA, 2009; BARBOSA, 2004).

A abertura da econômica brasileira, portanto, traria um duplo fenômeno à realidade dos sindicatos no país. Se, por um lado, a abertura significaria a intensificação

[34] De US$ 13,4 bilhões entre 1980 e 2000, teria passado para US$ 77,8 bilhões entre 2000 e 2007.

da presença de novos atores no panorama das relações de trabalho, de outro, a internacionalização de empresas nacionais emergiria como um ponto de inflexão o alcance das negociações estabelecidas entre sindicatos e empresas no nível local. De um modo geral, tanto para os sindicatos brasileiros, como para organizações sindicais estrangeiras que representam trabalhadores de ETN´s situadas no país, a questão da produção e da utilização de mão de obra em outras regiões ganham força, o que, portanto, deixam latentes possíveis vínculos e adoção de novas estratégias de articulação sindical.

CAPÍTULO 2 – **De *consumidores* a *protagonistas* no cenário internacional**

A despeito das particularidades dos contextos econômicos na metalurgia e nas telecomunicações, a tese deste capítulo consiste em afirmar a existência de pontos em comum entre estes setores no que se refere aos processos de sua internacionalização desde os anos 1980 até os anos 2000. Em ambos os casos as transformações econômicas vivenciadas serviram como impulso à renovação dos padrões de ação sindical, usualmente direcionada ao plano nacional. Neste caso, as novidades na organização da produção no Brasil durante os anos 1990 influenciaram – mesmo que em velocidades distintas – na transição entre dois períodos classificados por meio do antagonismo entre as ideias de recepção e de ação, e que são expressos por meio dos conceitos de *consumo* e *protagonismo* sindical internacional.

Basicamente, nos referimos ao *consumo* de relações internacionais, quando sindicatos nacionalmente estabelecidos recebem mais ações de solidariedade internacional do que as executam com relação a organizações de outros países. Tais ações se realizam por meio de cartas de apoio, visitas de lideranças de outros países, apoio financeiro internacional para atividades locais ou para que possam realizar visitas junto a organizações em outros países. A ideia de *protagonismo* refere-se, então, a um momento em que sindicatos passam a realizar tais ações junto a organizações de outros países, e a intervir em políticas estabelecidas por organizações sindicais internacionais. Estas etapas do desenvolvimento do sindicalismo internacional estão, como veremos

adiante, estritamente vinculadas à ocupação de cargos em organizações internacionais tais como as FSI´s e à capacidade de intervenção na definição de prioridades ou projetos sindicais que serão executados para além das fronteiras nacionais.

Como citado anteriormente, a década de 1980 foi caracterizada como um período em que o sindicalismo brasileiro encontrou-se em fase de reconstituição pós-repressão militar, em que o apoio internacional surgiu no sentido de ajudar o fortalecimento das estruturas sindicais. A década de 1990 foi, então, um momento de transição para o segundo estágio, em que foram constituídas as bases para que, no final deste período, emergissem processos de adaptação à lógica da militância internacional, o que implicou na busca de lideranças nacionais por ocuparem cargos nas FSI´s.

Os metalúrgicos se voltam para a esfera internacional a partir do início dos anos 1990, quando passam a confluir o acúmulo de relações internacionais experimentadas por meio do estabelecimento de relações bilaterais, as transformações produtivas do setor e a institucionalização das relações sindicais internacionais via filiação dos metalúrgicos brasileiros à FITIM, e à ORIT, por parte da CUT. Nas telecomunicações, sem uma forte tradição de intercâmbio sindical internacional anterior, é somente após a privatização do setor no Brasil e o surgimento de ETN´s em substituição às estatais que o sindicato passa a orientar-se para a esfera transnacional. Os anos 2000 correspondem à consolidação da militância internacional para os sindicatos nos dois setores, durante os quais passam a buscar um papel protagônico dentro das organizações sindicais internacionais a que estão afiliados.

Para os sindicatos estudados nos dois setores, no entanto, a chegada aos anos 2000 ocorre de modo distinto. Da mesma forma que o processo de entrada na arena internacional é uma consequência das transformações em seus contextos econômicos,

ela também é o resultado da conjunção de tais mudanças com o acúmulo de relações internacionais estabelecidas anteriormente e as características da configuração do campo sindical nacional. A partir disto é que, a despeito das semelhanças entre os sindicatos estudados no que se refere à passagem de um status de *consumidor* ao de *protagonista* no desenvolvimento de relações internacionais, observa-se que a internacionalização das organizações estudadas tem nos metalúrgicos uma característica mais orgânica do que aquela observada no caso das telecomunicações.

Como veremos posteriormente, para a internacionalização das organizações sindicais metalúrgicas, a passagem entre estes dois momentos foi caracterizada por se desenvolver entre os anos 1980 e 2000 de modo paulatino, permitindo que a internacionalização do SMABC estivesse articulada a da CNM e da CUT. Tal organicidade da internacionalização metalúrgica, no entanto, se diferenciou do caso do SINTETEL, no qual o processo de internacionalização de suas práticas se desenvolveu a partir de uma intensificação mais abrupta, como reação à privatização das telecomunicações no país. Neste caso, como veremos posteriormente, a forma de entrada dos sindicatos de ambos os setores está vinculada às peculiaridades das configurações internas dos sindicatos e das trajetórias sociais de suas lideranças.

Com isto, desenvolveu-se o estudo no mesmo sentido proposto por Keida (2006), em que se evita a premissa do vínculo direto e unívoco entre transformações econômicas e emergência de estratégias sindicais internacionais. Constatou-se que nas estratégias sindicais transnacionais, apesar de estarem altamente relacionadas à exposição das empresas a processos de globalização, há casos em que elas se estabelecem em contextos de baixa exposição. Assim, segundo o autor, as práticas transnacionais são mais bem explicadas por meio de dinâmicas intra-organizacionais,

como questões de aspecto ideológico, contexto social e tamanho do sindicato. Sendo assim, a noção que prevê a tendência inexorável à convergência de interesses entre trabalhadores no âmbito internacional também deveria ser desconsiderada, o que nos permite levar em conta diferentes níveis de abertura ou restrição à construção de alianças e práticas transnacionais.

Reflexos da estrutura sindical brasileira

Antes de lançar luz sobre as relações sindicais internacionais no país, é importante ressaltar a peculiaridade da formação da estrutura sindical brasileira no que se refere à sua verticalização, é dizer, à conformação da hierarquia que vai dos sindicatos até as suas centrais sindicais, bem como ao seu vínculo histórico com o Estado. Isto se faz necessário, pois possibilita refletir sobre as condições em que se estabeleceram os graus de dependência entre as centrais e as organizações sindicais de base, bem como seus reflexos no processo de sua internacionalização. Com a análise dos distintos vínculos de orientação política existentes na relação entre CUT e SMABC, e FS e SINTETEL, bem como na capacidade de autofinanciamento das centrais – que muda a partir do governo Lula – desenvolveu-se as primeiras bases para avaliar as velocidades e o caráter das tomadas de decisão sobre as filiações internacionais a organizações internacionais. Com isto, seguiu-se o princípio de que a internacionalização das organizações sindicais no Brasil se fez possível enquanto um reflexo da composição da estrutura sindical nacional.

Como amplamente observado, o sindicalismo brasileiro se caracteriza pela sua integração ao Estado, em que se estabelece a necessidade da autorização por parte dele para o funcionamento de um sindicato, enquanto organização representativa em determinada área, ou para que ele possa receber recursos financeiros recolhidos

compulsoriamente via imposto sindical[35] ou outras taxas (ver BOITO, 1991; MARTINS, 1989; RODRIGUES, 1996; CABANES, 2002: GALVÃO, 2007). Deste modo, tal vínculo significou estar ou não à margem da lei, ou seja, implicou na existência de diferentes níveis de estabilidades de representação e, principalmente, de financiamento, fato que levou organizações sindicais a dependerem mais do auxílio internacional que outras.

Se, como se tratou anteriormente, o movimento sindical transnacional está integrado, por um lado, pelas organizações internacionais que agrupam as centrais sindicais nacionais e, por outro, pelas Federações Internacionais de caráter setorial, tal configuração mostra a formação de um espaço constituído na arena sindical internacional. A partir disto, surge a necessidade de se avaliar o papel das centrais sindicais brasileiras na influência das políticas desenvolvidas pelos sindicatos-base. Tal perspectiva visa a ponderar sobre as condições em que se desenvolve a internacionalização sindical no país, bem como sobre as possíveis influências das centrais sindicais na inclinação das organizações sindicais setoriais por estabelecerem ações internacionais.

Sobre o papel das centrais sindicais na coordenação da articulação e da centralização das políticas desenvolvidas pelos sindicatos no Brasil, Comin (1994) desenvolve a hipótese de que a forma como tais centrais foram constituídas significou a fragilidade dos laços existentes entre elas e os sindicatos filiados. Para ele, isto se desenvolve como o resultado da sobreposição das centrais a uma estrutura sindical já existente e com um funcionamento que concedia aos sindicatos um alto grau de

[35] O Imposto ou Contribuição Sindical é a contribuição anual equivalente a um dia de salário em que todo trabalhador, filiado ou não a um sindicato, paga à organização de sua categoria. O desconto é compulsório, feito na folha de pagamento, e é recolhido e distribuído pelo Estado.

autonomia. Neste sentido, o que explicaria tal autonomia, basicamente, seria o fato de existir a unicidade sindical por base territorial garantida por lei[36] e a existência do controle das fontes de recursos oriundas das contribuições compulsórias[37], gerando um alto grau de estabilidade e independência na estrutura sindical nacional como um todo.

Assim, em muitos casos os sindicatos aderem às centrais sindicais ou, no máximo, se filiam a elas "mas não se constituem como parte orgânica de sua estrutura" (COMIN, 1994: 369). No mesmo sentido, ele afirma que:

> *Pelo contrário, são os sindicatos, em especial os grandes e mais solidamente implantados em categorias de peso econômico e social, que emprestam às centrais seu poder de mobilização e barganha, seus recursos financeiros, quadros técnicos, enfim, a base material e política que torna possível a sua existência.* (idem)
>
> *A incapacidade das centrais em atuar como representantes orgânicos dos sindicatos fez com que, na formulação feliz de Cardoso (1992b[38]), inicialmente buscassem se legitimar em moldes análogos aos dos partidos políticos, apresentando-se à sociedade como portadoras de projetos políticos abrangentes.*(ibidem)

O autor observa ainda que os custos da filiação sindical às centrais eram relativamente baixos, pois com ela não haveria restrições a sua autonomia. Tal fato, inclusive, poderia explicar o porquê de as centrais dos anos 1980 já nascerem representando milhares de sindicatos e milhões de trabalhadores, bem como o difuso

---

[36] Para Boito Jr. (1991: 51) "A outorga da representação sindical é o primeiro e fundamental passo para o *sindicalismo de Estado*".

[37] São elas: além do imposto sindical, citado anteriormente, a contribuição confederativa e a taxa assistencial. As duas últimas são asseguradas pelo Estado mas definidas em assembleia.

[38] CARDOSO, A. M. *O pragmatismo impossível: as origens da Força Sindical.* Novos Estudos, CEBRAP, no. 32, março de 1992.

posicionamento de dirigentes sindicais que compõem as centrais quanto ao tema do sindicalismo no Brasil. Para Galvão (2007: 266), entre as centrais, é raro encontrar aqueles que defendam as contribuições compulsórias ou a unicidade sindical de maneira explícita, entretanto, poucos se posicionariam em função da promoção de mudanças na estrutura sindical.

Ao seguir a linha do argumento apresentado por Comin, em que se conclui que as centrais sindicais brasileiras funcionariam como instituições homólogas aos partidos políticos, pois teriam nas plataformas genéricas o elemento de substituição à incapacidade de se constituírem enquanto organismos centralizados de representação, tudo leva a crer que o posicionamento das centrais quanto à questão internacional se reproduziria. Neste caso, a política internacional das centrais seria constituída por pressupostos tão amplos quanto existiria a dificuldade de se exercerem plataformas para a representação direta junto aos trabalhadores nacionalmente situados, tal como estratégias de ação sindical canalizadas por meio de ações junto a ETN´s. No entanto, cabe ressaltar que plataformas políticas internacionais genéricas não necessariamente significariam a falta do fomento, por parte das centrais sindicais, à internacionalização nas organizações sindicais setoriais.

No que diz respeito à ação sindical internacional, a autonomia dos sindicatos de base com relação às centrais também ocorreria em relação à liberdade de adesão a uma ou outra FSI, ao desenvolvimento de relações internacionais bilaterais, bem como no desenvolvimento de AMI´s junto a empresas transnacionais. A despeito disto, no entanto, como será visto posteriormente, o sucesso de organizações sindicais setoriais no desenvolvimento de empreendimentos internacionais pode garantir o elo junto às centrais por servir a elas como subsídio à formulação de plataformas de ação

internacional. Do lado das centrais, a estruturação dessas plataformas ocorre, também, em função da conjunção entre a orientação fornecida pela experiência dos sindicatos setoriais – que desenvolvem suas relações junto às FSI´s ou diretamente junto a sindicatos de outros países –, e o apoio de centrais sindicais internacionais ou confederações sindicais internacionais à consolidação de mecanismos de apoio à ação e representação sindical internacional.

A constituição histórica e a composição das orientações políticas das centrais sindicais têm distintas implicações na forma como elas estabelecem os vínculos com outras entidades internacionais, bem como nas estratégias adotadas na esfera supranacional. São as afinidades políticas que primeiro definem a abertura ou o fechamento de canais de solidariedade e intercâmbio. No entanto, como argumentado anteriormente, a despeito das diferenças implícitas na peculiaridade dos contextos e nos posicionamentos políticos sindicais entre diferentes países, o espaço internacional sindical se apresenta enquanto um local propício para busca por critérios mínimos e relativamente consensuais para as negociações junto a outros organismos transnacionais como as ETN´s. Neste caso, a divisão sindical dentro de um mesmo país poderia levar não apenas a diferentes graus de oportunidades políticas internacionais, mas também, a tê-las como um canal de debate e de aproximação.

Sobre a formação das centrais sindicais no Brasil e a sua composição, Comin (1994: 370) observa que a relativa homogeneidade que constituía a CUT possibilitou que ela consolidasse certo discurso e práticas que seriam definidos, a partir disto, tanto por militantes como por acadêmicos, como um modelo de sindicalismo classificado como *combativo.* Segundo o autor, somente com a criação da Força Sindical – uma dissidência da CGT – é que se teria desenhado uma alternativa ao

sindicalismo cutista, ainda que o principal alvo do projeto da Força tivesse como base a própria negação de diversos princípios da CUT.

A fundação da CUT em 1983, três anos após a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) foi marcada, não apenas pela proximidade entre as datas inaugurais da central e do partido, ou por ambas terem ocorrido no Estado de São Paulo, mas, também, pelo próprio trânsito fluido de lideranças entre ambas as organizações. Nesta relação não se pode deixar de se referir à figura do ex-metalúrgico do ABC, ex-presidente da CUT e ex-presidente da república Luis Inácio "Lula" da Silva um símbolo do quão próximas estão tais entidades.

Neste sentido, torna-se compreensível que o próprio desenvolvimento histórico da central e seus novos direcionamentos também possam estar vinculados às transformações no interior do próprio partido. Singer (2010) observa que os dois mandatos do ex-metalúrgico Lula na presidência do país foram marcados por uma nova configuração do PT, que passaria de um partido de caráter essencialmente "radical" em sua fundação, para outro de "disposição pragmática" nos anos 2000. Caberia, então, questionar em que medida tal dinâmica teria implicações nas práticas políticas cutistas.

A Força Sindical surge no cenário sindical nacional no ano de 1991, cerca de uma década depois da CUT, num período em que, como vimos anteriormente, se instauravam processos de liberalização econômica, de privatização de empresas, e, no campo da produção, de transformações de caráter pós-fordista. Sylver (2005: 31 - 32) aponta para o fato de que "a crença de que não havia outra alternativa" frente a estes processos (em que, note-se, no caso do Brasil resultaram no incremento de ETN´s) teria gerado um efeito desmobilizador nos trabalhadores do período. Neste contexto, torna-se plausível a escolha estratégica feita pela FS na aposta realizada numa proposta

pragmática denominada por ela mesma como um *sindicalismo de resultados,* e que se propunha a contrastar ao *sindicalismo de confrontação* característico da CUT na década anterior.

No entanto, passada a década caracterizada pela latente oposição entre as duas centrais, ainda que estejamos longe de poder afirmar que tal dicotomia deixe de existir, ela ao menos passa a ser relativizada pelo fato de que as transformações sentidas no interior da própria CUT ao longo da década de 1990 implicaram na passagem de um sindicalismo que se via como *combativo* para outro, de características mais *negociais* (GIANOTTI & NETTO, 1993; RODRIGUES, 1997). O movimento de aproximação entre as duas organizações pôde ser percebido por meio do desenvolvimento de diversas ações conjuntas, como, o caso do *festival de greves* nas montadoras, no ano de 1999; a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas; e a campanha em defesa de um contrato coletivo no setor metalúrgico (LADOSKY, 2009: 175).

No início dos anos 2000, com a vitória de Lula para a presidência, pode-se observar certo reposicionamento da CUT quanto às críticas ao governo, já que um dos maiores líderes de sua história passara a chefiar o Planalto. Para Ladosky (2009: 61), a chegada de Lula à presidência confundiu lideranças do sindicalismo cutista, que pode ser observado por meio da frequente menção, entre sindicalistas da central, à expressão "agora nós somos governo". Segundo o autor, isto acabou por fazer eclodir as divergências entre as diferentes correntes políticas que conviviam no interior da central. Pela primeira vez na história da organização, em março de 2004, ocorre a saída de uma tradicional tendência. Na época, aproximadamente 1800 militantes participaram da realização do Encontro Sindical Nacional, em Luiziânia (GO), em que se fundou uma nova confederação, denominada Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

No mesmo sentido, este novo relacionamento entre centrais sindicais e governo não se restringiu à CUT. Ao mesmo tempo em que diversas lideranças desta central passaram a compor cargos na administração federal, seja como ministros ou assessores, outras funções foram passadas para sindicalistas provenientes da Força Sindical ou de partidos aliados a ela. O ponto máximo desta aproximação do governo Lula com a Força Sindical ocorre em 2007 quando, Luis Marinho, do PT e ex-presidente da CUT deixa o Ministério do Trabalho e do Emprego, dando lugar para Carlos Luppi, do PDT do Rio de Janeiro e apoiado pela Força.

As reconfigurações no campo sindical e a relativa diminuição das distâncias entre as duas centrais podem ser observadas, portanto, pelo viés da transformação no interior da própria CUT, que passaria de organização com característica "combativa" para outra mais "negocial", mas também pela diminuição da polaridade histórica entre esta central e a Força em função do *status* das composições políticas do governo Lula. Tais dinâmicas passam, então, a partir do primeiro mandato de Lula, em 2003, a convergir com a consolidação de um cenário de intensas transformações no interior do próprio partido governista.

Sendo assim, se o desenvolvimento histórico desta central está vinculado diretamente ao PT e ao presidente Lula, os princípios de sua fundação não podem deixar de ser contrapostos a questões que foram objeto de concessões durante o seu governo no que diz respeito à estrutura sindical do país.

Com relação às origens da CUT, o movimento operário que se organizou no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 ficou conhecido por "novo sindicalismo" já que foi caracterizado pela negação do chamado "velho sindicalismo", distanciado das bases e pouco reivindicativo. Esta nova proposta de sindicalismo estava vinculada aos

princípios que formariam a central sindical, mas teriam como mote principal a crítica à estrutura sindical brasileira, ao imposto sindical e à falta de autonomia sindical frente ao Estado. Neste sentido, conforme observa Santana (1999: 144), as lideranças deste movimento julgavam, em termos retóricos ou concretos, estar construindo um caminho alternativo à história organizativa de sua classe.

No que se refere ao âmbito sindical durante o mandato de Lula, chama a atenção o fato de que, neste período, não apenas o governo se mostrou incapaz de promover a conclusão da *Reforma Sindical*[39] em debate no Fórum Nacional do Trabalho, mas, principalmente, de que as medidas adotadas por ele caminharam em certos aspectos no sentido contrário à luta pela liberdade e autonomia sindical vistas sob a ótica da convenção 87 da OIT[40]. A despeito da flexibilização da *unicidade sindical* promovida pela instituição de instrumentos legais como a Portaria 186[41], destaca-se que, durante o governo de Lula, se institucionalizou o reconhecimento ou a legalização das centrais sindicais brasileiras[42]. Isto significou a ampliação de um mecanismo de financiamento estável às organizações sindicais de grau superior por meio da

[39] Sobre a Reforma Sindical *inconclusa*, ver LADOSKY, 2009.

[40] Convenção n.º 87 da OIT é a Convenção que trata da Liberdade Sindical à Proteção do Direito Sindical. Cabe destacar o artigo 3º desta convenção, que trata de que os trabalhadores "sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituírem organizações da sua escolha, assim como o de se filiarem nessas organizações, com a única condição de se conformarem com os estatutos destas últimas".

[41] A Portaria 186, de 2008, estabeleceu um rompimento com a unicidade sindical por possibilitar o reconhecimento e a criação de estruturas superiores, como federações e confederações sindicais mesmo que já existam organizações de mesmo nível legalizadas em uma mesma região de representação. No entanto, para a sua legalização, continua a valer a lógica de que são necessários cinco sindicatos para se criar uma federação, e três federações para constituir uma confederação. Sendo assim, a portaria flexibiliza mas preserva a lógica da unicidade sindical. Ela também permite que as centrais sindicais, recentemente legalizadas, legalizem e consolidem novas federações e confederações.

[42] A legalização das centrais ocorreu por meio da lei 11.648 de 2008.

participação delas na partilha do imposto sindical[43], recolhido compulsoriamente e distribuído pelo Estado.

Segundo avalia Costa (2005: 3), entre os principais obstáculos ao desenvolvimento do sindicalismo internacional e à concepção e aplicação de políticas internacionais por parte das organizações sindicais nacionais estaria a ausência de recursos financeiros que apoiassem iniciativas de cooperação internacional. É neste sentido que, ao menos em termos financeiros, a possibilidade da legalização das centrais sindicais e da regularização ou criação de novas federações e confederações setoriais levaram, não apenas ao subsequente incremento em termos de captação de recursos por parte delas, mas permitiram que novos atores fossem criados, aumentando o número de potenciais organizações nacionais com participação na esfera internacional. No mesmo sentido, não se pode desconsiderar que, quando as organizações sindicais passam a ver ampliados os seus recursos, isto pode se refletir em aumento de cotizações junto a confederações internacionais e no desenvolvimento de ações bilaterais, mas também pode servir para a contratação de *staff* próprio destinado ao trabalho em secretarias de relações internacionais. Igualmente, vale considerar que a autonomia financeira que as centrais sindicais, confederações e federações passam a ganhar – ao serem reconhecidas a partir de 2008 – podem tornar suas ações internacionais também mais autônomas em relação às organizações sindicais de primeiro grau.

Ainda sobre o desenvolvimento histórico das concepções que orientaram as políticas econômicas adotadas pelo PT, Singer (2010:105) aponta para a *Carta ao Povo*

[43] Com o reconhecimento legal das centrais sindicais brasileiras no ano de 2008, elas passaram a fazer parte da divisão do imposto, ficando com 10% do valor total. Os sindicatos ficam com 60%, 15% ficam com as federações e 5% para as confederações. Os 10% restantes ficam para o governo na chamada "conta especial emprego e salário", administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Um dos destinos dos recursos da conta especial é o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), onde se financiam ações para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos.

Brasileiro, divulgada pelo partido durante o processo eleitoral que culminou na primeira vitória de Lula em corridas presidenciais. Para o autor, este foi um momento da campanha em que se "decidiu fazer as concessões exigidas pelo capital, cujo pavor de um suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava à instabilidade dos mercados financeiros (...)". Ainda com relação à campanha presidencial do PT e à postura assumida com relação aos interesses do capital, o autor observa:

> *No programa divulgado no final de julho de 2002 pelos partidos que integravam a Coligação Lula Presidente, há um perceptível câmbio de tom em relação ao capital. Em lugar do confronto com os "humores do capital financeiro globalizado", que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento de campanha afirmava que "o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro".* (idem)

De fato, este movimento de aproximação com uma perspectiva que "pacificava" a relação entre a proposta de política econômica a ser desempenhada pelo governo Lula e o capital acabaram por refletir, nos dois mandatos de Lula nos anos 2000, em uma intensa internacionalização da economia brasileira. Sendo assim, para a o movimento sindical, os dois mandatos do PT junto ao governo federal tiveram características significativas quanto à sua inclusão em um cenário internacional. De um lado, como vimos no capítulo anterior, o governo Lula foi marcado pela inserção da economia nacional em um cenário global tanto em função da abertura à entrada de ETN´s no país, como pela proliferação de empresas brasileiras atuando no exterior. De outro, a primeira década do século XXI foi significativa para a constituição de um contexto em que mais organizações sindicais passaram a ter acesso a um canal regular

de financiamento via Estado, permitindo existir maior margem de manobra rumo a interesses sindicais internacionais.

Neste cenário, ainda que se possa afirmar a existência de considerável autonomia dos sindicatos frente às centrais sindicais, elas passam a se tornar cada vez mais capazes de intervir na arena internacional, bem como de centralizar estratégias e estruturas que compreendam *staff* regular voltado para estes temas. Desta forma, as centrais têm, ao menos em potencialidade, a crescente capacidade de consolidar estratégias que sirvam de orientação para os sindicatos setoriais, ampliando o vínculo entre os dois níveis organizativos. Contudo, isto não exclui a possibilidade de que sindicatos mantenham sua capacidade de estabelecerem relações internacionais bilaterais, o que dependeria, em grande parte, apenas da motivação para o desenvolvimento de tais práticas[44].

[44] Não se pode negar, no entanto, que a autonomia sindical e a capacidade de autofinanciamento podem ser diversas dependendo do número de trabalhadores que compõe as bases de representação, o que definirá a quantidade de recursos recebidos via imposto sindical, bem como as formas em que a administração sindical se desenvolve.

Relações sindicais internacionais na passagem dos anos 1980 aos 1990

Como argumentado anteriormente, as relações sindicais internacionais se desenvolvem, não apenas em função das oportunidades sistêmicas relacionadas a um contexto econômico mais propício para o intercâmbio junto a organizações de países distintos, mas também de acordo com um conjunto de variáveis de natureza doméstica. No Brasil, isto não seria diferente e, desta forma, o ambiente para a internacionalização dos sindicatos nos anos 1980 está vinculada à conjunção entre o contexto econômico e fenômenos político-sociais do período. Se, como vimos, a composição da estrutura sindical nacional influencia nas formas em que os sindicatos desenvolvem suas práticas para além das fronteiras nacionais, neste período, esta premissa ganha ainda mais sentido já que ele foi marcado não apenas pelo processo de redemocratização do país, em que novos partidos foram criados, mas também, pela constituição de novas centrais sindicais, tal o caso da CUT.

Não nos ateremos aqui à questão da influência que as alianças ou cooperações internacionais tiveram na criação das centrais e partidos políticos, no entanto, cabe avaliar que, devido à composição da estrutura sindical que não previa a legalização das centrais e o seu autofinanciamento, bem como a influência direta do SMABC na própria composição de quadros da CUT[45], houve certa intersecção das atividades internacionais desenvolvidas por ambas as organizações. No caso do SINTETEL, esta combinação entre estruturas sindicais de distintos níveis não foi

[45] Isto pode ser observado a partir dos quadros de ex-presidentes da central, como os ex-metalúrgicos do ABC: Jair Meneguelli, Vicente Paulo da Silva, e Luiz Marinho.

significativa para o impulso das práticas internacionais. Ao mesmo tempo, nas telecomunicações, a configuração estatal do setor que prevalecia no período não pareceu tornar o espaço internacional uma possibilidade eminente à ação sindical. Para este sindicato, é somente a partir das privatizações do setor, que a perspectiva de atuação sindical exterior ao Brasil se amplia para além de laços de solidariedade e intercâmbio internacionais.

Naquilo que diz respeito à paulatina incorporação de temas internacionais por parte de organizações sindicais, já podiam ser observadas ao longo da década de 1980, debates sobre a organização das relações de trabalho que, mesmo que internos às organizações nacionais, já se vinculavam a uma agenda internacional. Sobre a influência internacional na formação das centrais sindicais brasileiras, já em 1981, na primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT) – que mais tarde daria espaço à criação da CUT – o debate internacional sobre condições de trabalho e de sua representação lançavam luz ao debate nacional. Naquele momento, diversas lideranças sindicais demonstravam suas insatisfações quanto à estrutura sindical brasileira. Basicamente, exigia-se o cumprimento da convenção de número 87 da OIT sobre a liberdade de organização e filiação sem necessidade de autorização prévia do Estado[46]. No mesmo sentido, este movimento de aproximação a agendas internacionais também pode ser observado no que diz respeito aos pontos da *Campanha Nacional de Lutas* do congresso de 1986 da recém formada CUT, o segundo CONCUT, em que foi aprovado, por exemplo, um ponto em que se pleiteava pela liberdade e autonomia sindical vinculada à aprovação da Convenção 87 da OIT (RODRIGUES, 1990: 12).

[46] Neste caso, cabe notar que a OIT reconhece a legitimidade de cláusulas que estabeleçam a contribuição obrigatória, desde que, diferentemente do que ocorre no Brasil, os trabalhadores não afiliados possam escolher para qual entidade a sua cotização será destinada (GALVÃO, 2007: 295).

Segundo Drummond (2008), o relacionamento de lideranças sindicais brasileiras junto a sindicatos europeus não devem ser considerado mera casualidade, mas o resultado de um processo que se desenvolveu ao longo dos anos. Desde as matrizes de ETN´s europeias, tais sindicatos construíram um histórico de relacionamento com os sindicatos das filiais. Casos como o da Alemanha, em que, desde o século XIX, a legislação já previa a representação dos trabalhadores nos conselhos de fábrica, o que impedia às empresas a adoção de estratégias de negociação individualizadas, pouco a pouco passaram a se tornar referência no Brasil. O autor observa que estes contatos também eram fruto das relações que se estabeleciam durante o exílio de lideranças na Europa durante o período da ditadura militar no país. Muitos deles serviram como elos à manutenção da comunicação sobre o que ocorria no Brasil junto a organizações europeias, como partidos, sindicatos e igrejas. Segundo ele, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, isto possibilitou o recebimento de visitas de solidariedade por parte de militantes de esquerda europeus.

Conforme observa Drummond, na primeira metade da década de 1980, os militantes sindicais da região do ABC paulista mantiveram a comunicação com padres franciscanos alemães vinculados a movimentos populares, os quais serviram de intermediários no contato entre dirigentes brasileiros e aqueles das matrizes de empresas automobilísticas alemãs. Posteriormente, em 1987, tal relacionamento propiciou a visita de grupos de alemães militantes de igreja, bem como de partidos políticos como o DKP (Partido Comunista Alemão). Nesta ocasião, observa que o grupo visitara sindicatos que representavam trabalhadores em filiais de empresas alemãs tais como a Volkswagen, a Mercedes-Benz, a BASF, a Bayer etc., e que estavam ligados à CUT. Em alguns casos, como o da empresa *Glasurit*, tais contatos possibilitaram as primeiras manifestações

junto às matrizes alemãs, em apoio à situação de trabalhadores e sindicalistas brasileiros, e em defesa da constituição das *comissões de fábrica*.

No entanto, a despeito de debates junto a organizações internacionais que geraram algumas reflexões alinhadas à crítica da estrutura sindical nacional e tornavam o intercâmbio internacional uma prática promissora, a década não se caracterizou pela fluidez de comunicação capaz de tornar os sindicatos de outros países significativamente presentes no dia-a-dia da ação sindical brasileira. Como observa Anner (2003), o sindicalismo internacional dos anos 1980, no Brasil, foi limitado ao intercâmbio de informações entre dirigentes, ao apoio econômico ocasional por parte de sindicatos do hemisfério norte e por mecanismos de solidariedade entre de sindicalistas estrangeiros. Segundo ele, somente a partir da metade da década é que militantes da CUT passaram a estabelecer relacionamentos mais regulares junto a parceiros estrangeiros, em especial os alemães e os italianos. Neste momento, estabeleciam-se, principalmente, seminários de intercâmbio de experiências, discussões sobre estratégias e, durante as greves, apoios econômicos ou por meio de cartas e visitas de solidariedade.

Nestes casos, no entanto, o núcleo das estratégias sindicais ainda se mantinha no plano nacional. Segundo Gray (2009: 73), embora houvesse intercâmbios internacionais entre organizacoes sindicais durante a década de 1980 e que estabeleceram as bases para uma futura colaboração, as estratégias sindicais brasileiras estavam focadas principalmente na busca por soluções internas para os problemas que envolviam negociações junto às ETN´s metalúrgicas do ABC.

Do lado da Força Sindical, central criada em 1991, em um cenário no qual a política econômica nacional se abria ao capital internacional, ela surge definindo-se com base em uma suposta rejeição à polarização entre *direita* e *esquerda*. Mirando à CUT

como uma organização vinculada a certo tipo de “radicalismo estéril” (RODRIGUES e CARDOSO, 1993: 21), a FS é fundada com o intuito de se colocar como projeto alternativo às práticas sindicais levadas pela outra central. No espaço internacional, a convivência entre as duas centrais sindicais se desenvolvia, em certa medida, a partir da de uma mesma filiação internacional.

Conforme observa Gray (2009: 74) a FS vem a influenciar no cenário sindical internacional na medida em que se colocou como concorrente às ações desenvolvidas pela CUT diante de processos de reestruturação industrial e de políticas econômicas neoliberais. Neste sentido, ele observa que a CUT viu-se na necessidade de expandir o seu repertório de ação, o que incluiu uma nova perspectiva às ações voltadas aos sindicatos e empresas de outros países. Com isto, observa que as relações estabelecidas por meio de intercâmbios na década de 1980, bem como as novidades impostas no campo econômico, serviram às transformações que viriam se materializar na institucionalização das relações internacionais sindicais na década seguinte.

Desde o começo da década de 1990, a Força Sindical se filia quase que imediatamente após à sua fundação na CIOSL, num processo que, comparativamente, mostrou-se mais rápido que o desenvolvido pela CUT, filiada logo depois. Ainda que para a segunda, tal processo de filiação tenha sido bastante polêmico – em função dos debates gerados pela histórica influência estadunidense na confederação internacional durante a Guerra Fria – foi no 4.º CONCUT, em 1991, que se discutiu sobre a deliberação acerca da filiação da central a uma confederação sindical internacional, bem como sobre as definições acerca das políticas de relações internacionais a serem adotadas, promovendo a intervenção internacional sindical nos processos de globalização econômica (CUT, 1991).

Durante a década de 1980, as três centrais sindicais mundiais existentes no período eram o foco dos debates, quando se mencionava a possibilidade de uma filiação internacional da CUT[47]: a Federação Sindical Mundial – formada majoritariamente por partidos comunistas –, a Confederação Mundial de Trabalhadores – de origem cristã –, e a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, considerada aliada dos governos norte-americanos no período da Guerra Fria.

Deste modo, para esta central, filiar-se a uma das três significaria tomar uma posição na guerra fria. Segundo as lideranças cutistas entrevistadas, naquele período havia divergências com relação ao leste comunista, não havia razoes para uma proximidade maior com os cristãos e, com relação à ORIT, a AFLCIO, apoiadora do governo estadunidense, tinha muita influência. Por esta razão, a opção inicial foi manter-se autônoma. Por outro lado, a CUT mantinha não apenas relações com as grandes centrais sindicais europeias, que apoiaram a sua constituição e eram filiadas a CIOSL, mas também com sindicatos europeus que se relacionavam com sindicatos cutistas brasileiros. Este foi o caso das relações entre sindicatos do ABC e das montadoras alemãs. Quando acaba dicotomia expressa por meio da Guerra Fria, após 1989, abrem-se as oportunidades de filiação à CIOSL.

Ainda que, conforme o relato de lideranças cutistas, o debate sobre a filiação internacional da central tenham se intensificado nos dois anos que antecederam a filiação, este momento foi o resultado de um processo de paulatino acúmulo de relacionamentos internacionais e de debates sobre as implicações desta nova entrada na arena internacional. Neste mesmo sentido, Costa (2005) analisa que o desenvolvimento

[47]Conforme a Tribuna Metalúrgica de 05/09/1991, o próprio 4º CONCUT, de 1991, discutia a filiação a uma entidade internacional em um momento em que o movimento sindical mundial encontrava-se dividido em três agrupamentos: A Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSLs), a Federação Sindical Mundial (FSM) e a Central dos Trabalhadores Cristãos.

das políticas de relações internacionais da CUT não teria se resumido à filiação em 1992, mas haveria distintas fases da internacionalização da central. A década de 1980 seria caracterizada pela necessidade de afirmação da central e do esforço em se fazer conhecer nos países estrangeiros, bem como na elaboração das primeiras diretrizes de atuação internacional. O início dos anos 1990 seria marcado pela filiação à CIOSL e ORIT, e o desenrolar desta década teria ocorrido com base no foco nos processos de integração regional, em especial, no apoio ao MERCOSUL e nas críticas à ALCA. A última fase que iria do final dos anos 1990 até a atualidade manteria características de fases anteriores, mas estabeleceria articulações, também, junto a outras organizações da sociedade civil.

Ainda, no que se refere ao contexto econômico e, mais especificamente, aos aspectos vinculados à dinâmica internacional que se tornaram temas de debate no nível local, vale notar que a década de 1990 foi bastante significativa por trazer inúmeros desafios aos trabalhadores e suas organizações. Ainda que não se possa subestimar as discussões políticas internacionais que eram levadas a cabo no interior dos sindicatos no período anterior a esta década, como aquelas que levaram à tomada de posição frente à Guerra Fria, é nos anos 1990 que os sindicatos veem alterar significativamente a organização das relações de trabalho nas empresas com as quais SMABC e SINTETEL realizavam as suas negociações. Isso fez com que a esfera internacional se tornasse cada vez mais um ponto de inflexão. Como veremos a seguir, a internacionalização de mercados e de processos produtivos levou, antes ao desenvolvimento de estratégias internacionais ,do que à simples interpretação sobre a competição por postos trabalhos e necessidade de fazer os mercados nacionais mais atrativos a ETN´s. Ainda que em diferentes ritmos, sindicalistas brasileiros passaram a valorizar a perspectiva de que

deveriam combater o desenvolvimento de lógicas produtivas baseadas na exploração do capital frente à desigual capacidade organizativa e poder de barganha dos trabalhadores situados em diferentes países.

Metalúrgicos: os anos 1990 e 2000

A década de 1980 foi de suma importância para o desenvolvimento do sindicalismo internacional metalúrgico no ABC por permitir a constituição daquelas bases sindicais vinculadas a alianças estratégicas, contatos e experiências de intercâmbio que permitiram o desenvolvimento do sindicalismo internacional metalúrgico como um todo nas duas décadas seguintes. Como vimos anteriormente, as duas décadas seguintes foram marcadas pela abertura, desregulamentação e estabilização da economia brasileira. Tais ajustes na economia do país influenciaram na expansão de empresas nacionais rumo ao exterior por meio da busca de novos mercados ou investimentos, os quais foram acompanhados por processos de internacionalização da produção vivenciados principalmente no setor automotivo. Como veremos, este contexto também foi marcado pela redefinição da inserção sindical internacional metalúrgica no país, em que o histórico de relações internacionais dos metalúrgicos da década de 1980 permitiu a passagem de um sindicalismo caracterizado pela recepção de diversas formas de apoio internacional para outro, marcado por uma postura mais ativa na promoção de estratégias articuladas entre sindicatos de diferentes países.

A transição entre estes dois momentos, esteve vinculada, não apenas às transformações nas dinâmicas econômicas e produtivas experimentadas no país, mas, também, a um duplo processo em que os relacionamentos internacionais estabelecidos pela CUT influenciaram e foram influenciados pelo intercâmbio internacional estabelecido de maneira bilateral pelo SMABC nos anos 1980. No mesmo sentido, sob

significativa influência dos metalúrgicos do ABC, a criação Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e a sua entrada na esfera internacional via filiação à FITIM no início dos anos 1990 serviu para que ela se tornasse um espaço relevante na canalização das relações internacionais do setor. Ao mesmo tempo, como veremos com maior profundidade no capítulo seguinte, esta confederação também teve papel fundamental na promoção da ascensão de lideranças metalúrgicas a cargos no interior desta FSI.

Para os metalúrgicos em foco neste estudo, a década de 1980 serviu à ampliação de perspectivas sindicais, no sentido de que se passou a perceber cada vez mais as ações internacionais enquanto oportunidades à ampliação de estratégias costumeiramente desenvolvidas no plano nacional, se não, local. Nos anos 1990, tais oportunidades foram exacerbadas, na medida em que crescia a mobilidade de empresas entre distintas regiões e países e se desenvolviam processos de reorganização produtiva que se tornavam uma realidade ameaçadora à manutenção de postos de trabalho. Neste mesmo período, no Brasil, ocorre a intensificação da internacionalização de empresas brasileiras por meio da busca por investimentos ou mercados em diferentes países. É neste contexto que a internacionalização dos metalúrgicos se desenvolve, embasada nos contatos iniciais estabelecidos no ABC na década anterior.

A influência das lideranças metalúrgicas provenientes da região do ABC na CNM e na CUT – que, em grande parte, se caracteriza na existente articulação entre elas –, pode ser observada de diversas formas, como, por exemplo, por meio do trânsito de dirigentes sindicais entre tais organizações. Principalmente, chama a atenção a ocupação de posições estratégicas de lideranças provenientes do ABC nos seus quadros[48].

[48] Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro, Carlos Grana, Paulo Cayres são ex-metalúrgicos do ABC que também atuaram como presidentes da CNM. Sobre a influência das lideranças do ABC na CUT, isto pode ser observado a partir dos quadros de ex-presidentes da central, como os ex-metalúrgicos do ABC: Jair Meneguelli, Vicente Paulo da Silva, e Luiz Marinho.

Igualmente, a partir dos anos 1990, pode-se observar que tanto a CNM como CUT passaram a estar formalmente filiadas de modo quase simultâneo junto a organizações sindicais internacionais. Em 1992, no mesmo ano em que a CUT se filiou a ORIT, o 2º Congresso da categoria metalúrgica cutista transformou-se, não apenas no evento fundador da confederação[49], mas também na reunião que deliberaria pela filiação à Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, a FITIM.

A passagem dos anos 1990 aos 2000 pode ser caracterizada como um período de institucionalização da participação dos metalúrgicos em espaços internacionais como os promovidos pela FITIM, além dos comitês mundiais de empresa. Ao mesmo tempo em que cargos são ocupados por lideranças do ABC nestes espaços, são estabelecidas diversas ações articuladas, bem como AMI´s junto a empresas do setor metalúrgico. Enfim, durante a década de 1990 a internacionalização dos sindicatos passa a torna-se parte de uma agenda que se consolida nos anos 2000.

Diversos contatos e iniciativas que foram estabelecidas nos anos 1980 tiveram reflexos diretos nas negociações sindicais a partir dos anos 1990. Um exemplo deste processo foi a criação do "Grupo de Trabalho para a Solidariedade Internacional" na fábrica de Wolfsburg da Volkswagen (VW) em que, a partir de então, foram organizados seminários e intercâmbios para as lideranças brasileiras fossem para a Alemanha. Tais contatos viriam ajudar posteriormente, pois os sindicalistas deste país iriam auxiliar os brasileiros em negociações como naquela realizada na mesma cidade alemã com os gerentes da empresa em função de demissões planejadas no Brasil (Anner 2004: 193).

[49] Os metalúrgicos foram a primeira categoria a organizar-se, enquanto ramo, no interior da CUT. Inicialmente em um congresso em 1989, fundou-se o Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT que posteriormente, no segundo congresso, se transformou em Confederação Nacional.

No caso dos metalúrgicos, embora as empresas de automóveis estejam tradicionalmente dispersas em distintos países, em função da organização da produção estabelecida entre suas fábricas e montadoras, é a partir das transformações produtivas ocorridas na década de 1990 com as novas estratégias adotadas por no setor – entre elas os contratos de fornecimento global e não apenas nacional[50]–, que ocorreram implicações na composição de um cenário em que os contextos sindicais passaram a estar cada vez mais internacionalmente conectados.

Se, conforme observa Negro (1997), foi no início do século XX que vieram as primeiras montadoras automobilísticas para o Brasil – sendo as primeiras empresas a Ford em 1919 e GM em 1925, que naquele período importavam veículos desmontados – a questão internacional passa a entrar na perspectiva sindical a partir dos anos 1990 com novos modelos de fábricas, mais produtivas e flexíveis. Para Beynon (1995) os avanços tecnológicos foram as ferramentas que permitiram tais novidades no setor e, desta forma, a passagem dos anos 1980 para os 1990 foram caracterizados pela consequente mudança nos métodos organizacionais e tecnologia empregada, principalmente em termos da transição de sistemas *tayloristas* para métodos mais flexíveis.

Conceição (2001) observa que na história da indústria automobilística mundial, as décadas de 1980 e 1990 foram significativas quanto à busca por competitividade perdida pelas grandes empresas automobilísticas estadunidenses e europeias nas décadas anteriores, quando o empresas japonesas ampliaram sua participação na produção mundial de veículos. Basicamente, segundo ele, as companhias ocidentais trataram de reproduzir as práticas e métodos implementados[51]

[50] CONCEIÇÃO (2001: 193).
[51] Entre eles, os métodos do tipo *just-in-time*, *kanban*, as células de produção e os grupos de trabalho semiautônomo.

por empresas orientais, ainda que houvesse adaptações em função das especificidades nacionais. Ainda segundo o autor, do lado brasileiro, se os anos 1980 representaram a década da inserção da indústria automotiva nacional no mercado internacional através do aumento das exportações, a década seguinte expôs esta indústria à concorrência com produtos importados.

Neste processo de abertura o governo de Fernando Collor de Mello adotou diversas ações no sentido de abrir a economia nacional junto ao mercado externo. Entre elas estavam a eliminação das barreiras não-tarifárias, a redução de tarifas de importação e intensificação do processo de integração dos países do cone Sul, através do MERCOSUL. Neste período, segundo Ruduit (2006), a década de 1990 para o Brasil foi marcada pelo ajuste ao mercado mundial de veículos e autopeças, bem como pela utilização de estratégias de "guerra fiscal" entre diferentes regiões que buscavam atrair investimentos externos. É neste contexto que, enquanto novos modelos produtivos eram implementados na região do ABC paulista, fábricas em tradicionais polos produtivos como nos EUA, Alemanha e França fechavam suas portas. Durante este período, para ele, os blocos político-econômicos regionais como o MERCOSUL e acordos multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), potencializam a integração de novos mercados consumidores, resultando na atração de novos investidores. No mesmo sentido, o autor observa que as alianças, fusões e aquisições entre empresas, bem como incentivos fiscais oferecidos por governos e localidades com pouco histórico de mobilização sindical incentivaram a busca por novos mercados e a expansão do setor (RUDUIT, 2006: 102).

A reestruturação produtiva nas montadoras do ABC ocorrido na década de 1990 foi caracterizado pelos processos de padronização dos produtos e das plataformas

de produção em níveis internacionais (CONCEIÇÃO, 2001). No mesmo sentido, neste período, Ford, Volks, Daimler Chrysler, Fiat, Renault, Toyota e Honda passaram por intensos processos de reestruturação em níveis globais com o intuito de desconcentrar sua produção, reduzir custos, ampliar mercados, otimizar e flexibilizar a produção (RUDUIT, 2006: 107-109).

Por outro lado, o receio do deslocamento da indústria automobilística do ABC para outras regiões do país em função da política de incentivos fiscais, pela possibilidade de oferecimento de menores salários[52] e pelo suposto baixo nível de competitividade dos sindicatos existentes poderia tornar a região uma *Detroit brasileira*, em referência ao êxodo de empresas que ocorreu nos anos 1980 na cidade americana em função da crise do setor automobilístico sentido por ela. Este ambiente exigiu, não apenas uma transformação nas formas de negociação desenvolvidas pelos dirigentes sindicais metalúrgicos – avaliada por Rodrigues (1997) como uma transformação nas estratégias de negociação de tipo mais conflitivo para outra, denominada por *Confrontação Negociada* – mas, também, implicou em que eles tivessem que negociar soluções diretamente nas sedes das montadoras no exterior, como pode ser observado na criação dos comitês da Mercedes-Benz, Volks, Bosch, entre outras.

Conforme observa Conceição (2001: 106-107), no começo dos anos 1990, em um momento em que empresas estavam fechando suas portas, implicando em perda de empregos, foi criada no ABC a Câmara Setorial Automotiva em que participaram representantes dos governos, empresas metalúrgicas e sindicatos com o objetivo de

[52] Os trabalhadores do sul fluminense, novo polo da indústria automobilística que emergiu neste contexto de deslocamento do setor, recebem em média 43% da remuneração dos operários da região do ABC. Por um lado, isto permite observar a força das conquistas por melhores condições de vida no ABC, realizadas pelos trabalhadores e sindicalistas no Estado de São Paulo. Por outro, permite observar que os sindicalistas recém ingressantes no sindicato de São Paulo se inserem em um contexto em que já há um certo conjunto de reivindicações bem sucedidas e que contribuíram para formar os caracteres da categoria metalúrgica no Estado.

debater sobre os problemas do setor e propostas de alternativas. Nestas propostas já se demonstrava a preocupação dos atores envolvidos, entre eles o SMABC, sobre os impactos do comércio exterior no que diz respeito ao setor. Isto foi demonstrado por meio da definição de um cronograma de debate com relação a temas referentes ao comércio exterior e a sua modernização. Como exemplo dos resultados alcançados por meio deste espaço ocupado pelo sindicato, em 1993, houve um acordo, no qual, entre outros pontos, previa a redução tributária. Os acordos estabelecidos no âmbito da Câmara resultaram no aumento expressivo da produção de veículos e indústria de autopeças, acompanhado do aumento no nível de emprego no país, tanto nas montadoras, quanto na indústria de autopeças (CONCEIÇÃO, 2001: 107).

A participação na câmara setorial é um exemplo de certa transição na forma de se fazer sindicalismo cutista que, como vimos, foi classificada até mesmo como práticas de *confrontação negociada.* Tal prática já demonstrava a predisposição em agir de modo propositivo com relação aos problemas estruturais que se apresentavam junto à categoria metalúrgica. Ao mesmo tempo em que questões relativas ao comércio exterior entravam na pauta das reuniões da Câmara, começavam a se fortalecer estratégias para a intervenção política por meio de canais sindicais internacionais. Isto ocorreu de duas maneiras principais: de um lado, o crescente grau de envolvimento junto a organizações internacionais como as FSI´s e confederações internacionais, expresso na filiação da CNM à FITIM e da CUT à ORIT; e de outro, por meio do relacionamento junto a sindicatos estrangeiros que se estabeleceu de distintas maneiras.

Com relação à diferença entre os contatos estabelecidos junto a organizações europeias e estadunidenses, Anner (2003: 623) mostra que ela decorreu da relativa inexistência, nos Estados Unidos, de uma tradição de intercâmbios

internacionais entre sindicatos. Drummond (2008) corrobora com tal ideia, argumentando que os contatos com a central sindical estadunidense AFL-CIO praticamente não se desenvolviam na década de 1980, em função do forte comprometimento do sindicalismo americano com os regimes militares, e por seu forte componente anticomunista. Neste sentido, segundo o autor os sindicatos canadenses se assemelhavam mais aos europeus do que aos sindicalistas do país vizinho. Os canadenses do *Canadian Autoworkers Union* (CAW) demonstravam se interessar pela solidariedade internacional e, nos anos 1990, se tornaram mais ativos internacionalmente, quando começaram a estabelecer contatos com os párias brasileiros, e a despender *staff*, orçamento e atividades com o trabalho internacional.

Segundo lideranças entrevistadas, as grandes greves ocorridas no ABC no final dos anos 1970 levaram a que diversos sindicatos metalúrgicos europeus, bem como as centrais sindicais deste continente, manifestassem solidariedade aos sindicatos brasileiros por meio de visitas ou declarações de apoio. Naquele momento, segundo uma liderança cutista: "o debate que estava ocorrendo sobre a redemocratização que ocorria em todo o mundo ajudava a sensibilizar para o que estava acontecendo aqui", muito embora a militância sindical internacional naquele período ainda fosse muito incipiente.

Conforme observa Kjeld Jakobsen, ex-secretário de relações internacionais da CUT, as relações internacionais eram fortes com as organizações sindicais europeias, mas, também, junto a organizações vinculadas à igreja católica. Conforme ele observa, alguns destes relacionamentos foram se estabelecendo mesmo antes da existência da própria CUT, já que antes da sua fundação havia sido estabelecida uma série de debates sobre os processos de redemocratização no Brasil. Com relação a organizações

internacionais estadunidenses como a AFL-CIO, ele observa que na década de 1980 não existiam muitas relações junto à CUT e seus sindicatos, dada a dicotomia entre ocidente e oriente imposta pela Guerra Fria. Segundo ele, naquele momento, tais relacionamentos internacionais no Brasil estavam voltados principalmente junto à CGT, sendo somente a partir dos anos 1990 que a CUT começaria a dialogar com maior força junto às organizações norte-americanas.

Segundo ele, ainda que a solidariedade internacional pudesse ter um componente baseado na autoproteção, em que "nos interessa evitar que na montadora brasileira se reduzam demasiadamente salários o que levaria toda a produção para lá" era visível que as organizações sindicais europeias tinham uma concepção de cooperação internacional baseada em elos de solidariedade e apoio que se constituíam por si só, sem interesses pragmáticos que serviriam como motores da solidariedade internacional.

Recorrente nos depoimentos das lideranças entrevistadas tanto cutistas como da Força Sindical, posturas anti-comunistas ou anti-esquerdistas provenientes da Guerra Fria eram comunmente atreladas a um sindicalismo internacional pragmático, enquanto que para aqueles sindicatos oriundos de países considerados sob estado de bem-estar social a solidariedade não somente se estabelecida "sob laços fraternais", mas estava vinculada também ao desenvolvimento de cooperações entre empresas e sindicatos, pois eles já haviam alcançado altos níveis de negociação.

Nesta conjuntura Anner (2003), avalia que os anos 1990 representaram um momento de transição para o sindicalismo internacional cutista, o qual, por meio de visitas de contato passou a ter acesso às transformações ocorridas em outros países. Mais especificamente, refere-se à visita de sindicalistas brasileiros aos Estados Unidos

em junho de 1991, em um momento em que a Ford havia comunicado sobre a sua intenção de fechar uma divisão da fábrica de São Bernardo, o que deixava incertezas quanto às possibilidades de a empresa também viesse a deixar o país. Segundo ele, a resposta imediata do sindicato estava vinculada àquelas características da década anterior: uma greve, que contou com o apoio dos governos locais. No entanto, passados 23 dias de mobilizações, chegou-se à conclusão de que elas haviam falhado em reverter a decisão da empresa.

No Brasil, o então o presidente do sindicato tomou uma decisão inédita para os padrões estratégicos do sindicalismo no país, quando decidiu viajar diretamente aos Estados Unidos, na tentativa de negociar diretamente com a matriz da Ford. Ainda que naquela época as relações com o sindicato estadunidense *United Autoworkers* (UAW) não fossem fortes, a entidade auxiliou no estabelecimento da reunião. Segundo Anner (2003: 620), neste encontro, a empresa afirmara estar priorizando empregos nos EUA, e considerava a economia Brasileira uma nebulosa, o que tornava o desenvolvimento da produção em países como o Canadá e o México mais interessantes. Assim, tal tentativa de negociação também falhou no sentido de reverter a decisão da empresa. Após o encontro, os dirigentes do UAW levaram os sindicalistas brasileiros para um *tour* pela cidade de Detroit, em que os brasileiros, mais do que a frustração de não terem conseguido sucesso nas negociações com a Ford, se deparassem com uma "cidade fantasma", repleta de fábricas fechadas, em uma região que anteriormente tivera grande capacidade industrial. Principalmente, ficaram com medo de que isso também pudesse ocorrer em São Bernardo.

De fato, para os sindicatos, os riscos da migração de empresas não é um fenômeno restrito à globalização e ao surgimento de empresas transnacionais. Segundo

Piven & Cloward (2000), isto já podia ser observado na época industrial, em que, em países sob estruturas federalistas, as companhias utilizavam da estratégia da constante ameaça de que se moveriam de um Estado para outro. Na contemporaneidade, a novidade reside, então, nas possibilidades de que empresas se movimentem entre distintos países, desloquem sua produção, façam fusões e aquisições.

Este foi o caso da mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, teve seu leilão anunciado. A venda da empresa resultou na sua internacionalização, no crescimento de suas exportações e compra de concorrentes internacionais (MARCENES, 2009; DALLA COSTA, 2009). Este processo, não deixou de ser acompanhado da internacionalização da ação sindical do setor, desenvolvida pelos sindicatos canadenses. Um exemplo disto ocorreu a partir de julho de 2009, quando se iniciou uma greve que afetaria as unidades da CVRD no Canadá. Em outubro de 2009 o *United Steelworkers* (USW) em conjunto com sindicatos de outros países organizou um protesto que impediu o descarregamento de cobre da empresa vindo do Canadá para o porto de Brunsbuttel, na Alemanha, deslocando-o para a Suécia. A paralisação das unidades canadenses durou aproximadamente um ano e foi encerrada depois que o USW aceitou a proposta de acordo coletivo apresentada pela empresa.

Outro exemplo desta movimentação de empresas entre distintas regiões também pode ser visualizado na indústria automotiva brasileira no final dos anos 1990. Segundo observa Anner (2003: 622-626), no ano de 1999 a Ford tomara a decisão de fechar a fábrica de São Paulo, passando-a para a Bahia (sem deixar de cogitar sua ida ao Estado do Rio Grande do Sul) em função de subsídios e isenções fiscais promovidas pelo governo do Estado baiano. Tal evento tornou explícita a necessidade de se pensar

em estratégias integradas, no plano nacional e, em setembro de 1999, se estabeleceu conjuntamente entre CUT e FS o chamado “Festival de Greves”, em que se alcançou relativo sucesso em termos de salários e novos benefícios sociais, entre eles o direito à representação no chão-de-fábrica. No entanto, segundo aponta o autor, as diferenças entre sindicatos cutistas e da FS dificultaram a realização de novas campanhas integradas. Para Anner (2003: 625-626), uma das diferenças entre as estratégias adotadas pela FS com relação àquelas adotadas pela CUT seria que naquele período, para a primeira, as negociações com as fábricas automotivas estavam pulverizadas pelo país, mostrando uma estratégia menos integrada.

Sobre o Comitê Mundial de Trabalhadores da Mercedes, pode-se observar que o início da internacionalização sindical brasileira na montadora é datado do ano de 1985, quando ocorre a criação da comissão de fábrica da Mercedes no Brasil. Ainda em 1985, uma época de intensos conflitos entre sindicatos e empresas na região do ABC, ocorre o chamado “ato de solidariedade dos trabalhadores da fábrica alemã” que implicou na visita de sindicalistas estrangeiros às lideranças brasileiras do SMABC e à montadora brasileira. Naquele período, tais manifestações de apoio eram, conforme observa um ex-secretário de relações internacionais da CNM *“muito mais atos de solidariedade por conta de greves que aconteciam do que uma coisa de organizar, de tentar buscar outros níveis de negociação”.*

Muito embora não sejam observados resultados substantivos quanto às negociações internacionais com a Mercedes até o final dos anos 1990, a internacionalização sindical foi ativa, mas resumiu-se a cursos de formação sindical e congressos que, no ano 2000, culminou em um grupo de trabalho internacional, o qual dois anos depois, reconhecido como o comitê sindical mundial, passando a,

formalmente, realizar negociações junto à companhia. Para Gray (2009: 72) as relações estabelecidas junto ao sindicato dos metalúrgicos alemão, o IG Metall, foram especialmente importantes para os metalúrgicos brasileiros, principalmente em se tratando de empresas como a Volkswagen e a Mercedes-Benz. Neste intercâmbio, o sistema alemão de conselhos de empresa e de representação de fábrica foram referências para as estratégias que seriam adotadas no Brasil e, em especial, a formação das comissões de fábrica.

Na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, avaliando a necessidade de que suas lideranças estivessem mais integradas a um contexto internacional e aos projetos de cooperação internacional que eram estabelecidos, o SMABC e a CNM passam a fomentar a aquisição de experiências e capacidades internacionais por parte de suas lideranças. A necessidade de integrar lideranças nacionais junto a um contexto internacional já era expressa no ano de 1995, quando a negociação entre o SMABC e a Mercedes-Benz incluiu, não apenas viagens de sindicalistas brasileiros à matriz na Alemanha, mas que, com o intuito de permitir a melhora no acesso a informações da empresa, ela também financiasse o aprendizado de alemão por parte de um deles.

No mesmo sentido, neste período, com o apoio de organizações de outros países, a CNM financiou viagens de intercâmbio de sindicalistas que, recebidos pelos sindicatos anfitriões, tinham aulas de línguas e vivenciavam as experiências sindicais locais. Neste processo, dirigentes brasileiros foram para Canadá, Alemanha e Espanha ampliando não apenas o domínio de idiomas, mas também suas redes de contatos e experiências internacionais. Como veremos posteriormente, tais viagens implicaram em certo tipo de capital cultural, entendido como um *capital internacional* que possibilitou a ocupação de posições tais como: a secretaria geral da FITIM; o departamento de

formação desta FSI para a América Latina; a participação de lideranças em comitês mundiais de empresa; e a participação no Conselho de Administração da Daimler.

Observa-se que a CNM e seus contatos internacionais serviram então para a própria *sociabilização internacional* de lideranças nacionais, já que possibilitou não apenas o trânsito internacional de sindicalistas, mas promoveu a captação e execução de projetos internacionais, fazendo a sua mediação junto à esfera nacional. Nos anos 2000 além de participar dos espaços promovidos pela FITIM, a CNM também desenvolveu projetos de cooperação[53] nas áreas de organização e política sindical, juventude, raça, gênero, construção de redes, por meio de relações estabelecidas junto ao IF Metall da Suécia, CAW do Canadá, FM/CCOO da Espanha, USW dos EUA/Canadá, Centro de Solidariedade da AFL-CIO dos EUA, FES da Alemanha, TIE Brasil. Mais que isto, segundo depoimento de lideranças já existe uma definição política interna à confederação em que se determina o uso de parte do seu orçamento para o desenvolvimento de projetos junto à América Latina.

Ainda que no ano 2000, o caso da internacionalização dos metalúrgicos tenha ganhado destaque com o estabelecimento do *Comitê Mundial de Trabalhadores* da empresa e a subsequente assinatura do Marco Internacional de Princípios de Responsabilidade Social em 2002, as tratativas internacionais dos sindicalistas não se resumiram ao caso da empresa. Entre as experiências vivenciadas, em março de 2001, o presidente do SMABC na época viajou para Detroit para negociar com a Ford e conquistou garantias de que manutenção de postos de trabalho até o ano de 2006 para os cerca de 3000 trabalhadores brasileiros na fábrica de São Bernardo. No mesmo ano, também foram realizadas negociações com a Volks em sua matriz e com o apoio do

[53] Para maiores detalhes, ver *Caderno de resoluções do 7º congresso nacional dos metalúrgicos da CUT.*

sindicato alemão. Logo depois, em 2002, é estabelecido o *acordo marco internacional de princípios de responsabilidade social* (ver ANEXO) na Mercedes e, em 2006, o acordo específico sobre saúde e segurança no trabalho[54].

Também nos anos 2000, as ações sindicais internacionais junto às ETN´s brasileiras como a Gerdau ganham força. No caso desta empresa, ela havia iniciado sua internacionalização desde a década de 1980, a compra da uruguaia *Laisa*, estendendo esta estratégia de expansão para as duas décadas seguintes. As suas primeiras aquisições na América do Norte foram a canadense *Courtice Steel* em 1989, em Cambridge, e a *MRM Steel*, em 1995, em Manitoba. Ao mesmo tempo, o grupo Gerdau continuou a sua expansão no Brasil através da aquisição de siderúrgicas privatizadas[55] já desde a passagem dos anos 1980 aos 1990. A crescimento da presenca da empresa para além das fronteiras nacionais continuou durante a década de 1990 com a compra da *AZA*, no Chile, em 1992, e *Sipar Aceros*, na Argentina, em 1998. Em 1999, se consolidaria um importante passo na estruturação da Gerdau nos Estados Unidos, com a participação como acionaista majoritário na *Ameristeel* e, nos anos 2000, entrariam no portfólio da companhia brasileira as colombianas *Diaco* e *Sidelpa*, e a espanhola Sidenor, em 2006.

No ano de 1997 sindicalistas brasileiros viajaram ao Canadá para iniciar contatos jutno aos sindicatos do país no intuito de constituir uma rede internaiconal de trabalhadores da Gerdau. A partir disto, um primeiro encontro internacional entre lideranças sindicais da empresa ocorreria em 1998, onde participariam lideranças brasileira, canadenses e chilenas. Entre os pontos levantados nas reunioes que se sucederam, esteve a identificacao da necessidade de que fossem criadas ferramentas que

[54] Vale notar que atualmente o vice-presidente do Comitê Mundial de Trabalhadores da Mercedes é brasileiro e ex-metalúrgico da empresa.
[55] Entre as diversas empresas siderúrgicas adquiridas pela Gerdau estão as empresas Cosinor e Piratini,privatizadas em 1991 e 1992, respectivamente.

possibilitassem aos membros da rede uma compreensão sistemática dos diferentes contextos políticos, legais e culturais nos quais cada sindicato opera[56].

Em 2005, em função de conflitos entre a *Gerdau Ameristeel*, e o sindicato USW, motivados pela denúncia de demissões ilegais, nos Estados Unidos, sindicalistas americanos e brasileiros desenvolveram uma campanha que incluiu ações de apoio, como visitas de lideranças do país da matriz da empresa à unidade estadunidense. No mês de agosto, lideranças do USW, da CNM e da central sindical brasileira Força Sindical foram aos Estados Unidos para entregar uma petição aos executivos da empresa. Conforme observa Gray (2009), este movimento de articulação se ampliou em diversas outras ações, entre elas, a criação do *Conselho Mundial de Trabalhadores da Gerdau* em novembro de 2006, na cidade de Porto Alegre (ver ANEXO 5), e tem buscado o seu reconhecimento perante a empresa, apoiando sindicatos de trabalhadores da Gerdau em suas localidades.

No que se refere à participação de lideranças metalúrgicas brasileiras em comitês mundiais de empresa, cabe destacar ainda que, no ano de 2007, uma liderança metalúrgica proveniente do ABC ingressou no *Conselho Mundial de Administração da Daimler-Chrysler*, fato bastante significativo para a influência do movimento sindical brasileiro em uma ETN europeia. A importância deste fato reside, não apenas na característica paritária do organismo – composta pela mesma proporção de trabalhadores e acionistas da empresa –, mas pelo fato de que, em tal espaço, se estabelecem debates sobre as estratégias a serem adotadas pela empresa.

[56] Informação adquirida em relatório elaborado a partir do encontro do *Grupo de Estudo da Gerdau*, de novembro de 2006 na Colômbia.

Concomitante a estes processos de inserção metalúrgica nos espaços internacionais, durante os anos 2000, destaca-se que o setor metalúrgico nacional passou por reconfigurações que dizem respeito à dualidade imposta na oposição entre as duas confederações nacionais, a cutista CNM, e a oficial, legalizada, a CNTM, filiada à Força Sindical, o que implicou em redefinições quanto à capacidade de tais organizações intervirem internacionalmente.

De um lado, tal divisão impunha, não apenas uma polarização política no setor, mas tinha reflexos no que dizia respeito ao recebimento de recursos provenientes do imposto sindical. Destinados por lei às confederações reconhecidas pelo Estado, processos judiciais relacionados à divisão política entre estas duas entidades, e que questionavam o destino dos recursos, implicaram no seu bloqueio. De outro, conforme alegam sindicalistas entrevistados, ambas as confederações vivenciara a piora de sua situação financeira no ano de 2002, em função dos impactos gerados pelo corte de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e que, em parte, eram administrados pelos sindicatos por meio da promoção de cursos de qualificação profissional. Este cenário gerou a necessidade de que lideranças de ambas as organizações buscassem um pacto referente às verbas bloqueadas pela justiça. Com isto, elas chegaram a um acordo que veio a colocar um ponto final no dissídio, reconheceu legalmente a existência da CNM e aumentou a capacidade financeira das duas organizações sindicais.

Segundo depoimentos de lideranças, a FITIM não deixou de cumprir um papel importante na aproximação entre as duas confederações. Ainda que houvesse divergências, os eventos promovidos pela federação internacional permitiram o estabelecimento canais de contato “constante e diplomático” entre as organizações brasileiras. Estes espaços criados pela FITIM tiveram diversos formatos e objetivos, e

tiveram destaque na promoção de debates sobre a busca da construção de consensos em torno de um contrato coletivo nacional, ou no fomento de redes sindicais internacionais. Neste último ponto, sindicalistas da FSI declaram como objetivo primeiro fazer com que sindicatos de distintos países possam se articular, ou então, que eles tenham acordos ou níveis de relacionamento nivelados com base em bons exemplos, tais quais os estabelecidos no interior de empresas alemãs como a Volkswagen.

No entanto, as lideranças entrevistadas não deixaram de apontar críticas com relação ao papel da FITIM, que estaria mais próxima de cúpulas sindicais do que da influência direta junto aos trabalhadores. Conforme observa um sindicalista entrevistado:

> *É lógico que, quando a FITIM patrocina um encontro mundial com o pessoal da FORD, aqui no Brasil tem um significado, porque tem a empresa brasileira, tem acesso a uma realidade mundial com os trabalhadores da empresa. Esse é um momento que ajuda, mas não é suficiente.*

Uma atual característica da FITIM, que foi apontada nas entrevistas, é que esta FSI está equilibrada em termos financeiros. Basicamente, observou-se que o pagamento de cotas realizado por seus sindicatos filiados a torna uma organização financeiramente sustentável e independente de projetos oferecidos por cooperantes europeus.

No caso brasileiro, o aumento no pagamento de cotas de filiação foi paulatino ao longo dos anos 2000 e esteve vinculado, tanto ao próprio aumento das receitas das duas confederações filiadas, como por uma mudança estatutária na FITIM que reviu o pagamento de cotas por parte de suas organizações filiadas. Tal participação das confederações brasileiras no pagamento de recursos à federação internacional pôde

ser observada por meio da multiplicação em cerca de dez vezes nos valores pagos em 2011, em comparação aos valores pagos no início da década. Outro fator relevante a ser destacado na relação entre a melhoria da situação financeira que foi originária da legalização da CNM e a sua participação no cenário internacional está vinculada ao desenvolvimento de relações internacionais independentes na federação internacional.

Neste movimento, as entrevistas junto a lideranças metalúrgicas que ocupam cargos internacionais destacaram um novo *status* da CNM no âmbito das relações internacionais ao longo dos anos 2000, quando, ao menos em termos financeiros, houve uma profunda transição na relação de um momento em que se recebiam diversos projetos ou financiamentos internacionais para outro, em que passam a ser grandes contribuintes em termos de cotas. A partir disto, segundo os depoimentos, os atuais projetos estabelecidos pela federação internacional na América Latina têm sido cada vez mais orientados a países como Colômbia, Peru e Chile, onde existiria uma maior demanda pela ajuda ao fortalecimento sindical ou ao apoio para a formação de novas organizações sindicais.

Ao mesmo tempo, as entrevistas apontaram para o fato de que as lideranças brasileiras organizaram comitês nacionais, estando em oito empresas onde há alguma forma de organização mundial, o que, segundo elas seriam uma importante ferramenta de organização. Isto poderia possibilitar o acesso às políticas internacionais de empresas e ao acesso aos dirigentes nacionais situados em outros países. Concomitante a isto, desenvolvido no interior das ETN´s, observa-se que a FITIM estabeleceu um grupo de trabalho sobre Política para a Rede de Comitês Mundiais, com o objetivo de apoiar com informação, comunicação e financiamento para viabilizar que trabalhadores se articulem e se organizem em níveis internacionais. Neste caso, a FSI serviria um potencializador,

um facilitador que, segundo uma liderança entrevistada “não tem que querer impor uma receita de bolo, com regras de como tem que fazer, cada um evolui de um jeito”.

Sendo assim, as experiências que se desenvolveram por sindicalistas do SMABC, da CNM e da CUT junto a organizações de outros países ao longo dos anos 1980 e 1990 vieram a consolidar os processos da internacionalização das práticas sindicais nos metalúrgicos, renovando o padrão de como as organizações nacionais deveriam se relacionar junto à esfera internacional. Elas promoveram a ampliação de demandas por sistematizar aqueles conhecimentos desenvolvidos em função dos contatos internacionais e de estratégias sindicais internacionais já adotadas ou em processo de construção.

Um exemplo disto é que, avaliando a necessidade de se consolidar informações sobre ETN´s que serviriam de base às estratégias sindicais internacionais, por iniciativa da CUT, foi criado o Instituto Observatório Social (IOS) no ano de 1997, com o intuito de pesquisar sobre ETN´s com base em reflexões junto às normas fundamentais da OIT. Além disto, foram criados mecanismos de registro e sistematização de informações sobre as experiências das redes sindicais que visavam a sua promoção. No mesmo sentido, ao longo dos anos 2000, foram estabelecidas iniciativas, como: a "Frente de Ação para as multinacionais", ou "CUT-Mult", que consiste em parcerias bilaterais da CUT junto a cooperantes europeus como a FNV, cujo objetivo é fornecer subsídios às confederações e sindicatos filiados para o desenvolvimento de suas políticas de relações internacionais. Entre os assuntos desenvolvidos em tal iniciativa estão as normas internacionais de trabalho da OIT, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o trabalho desenvolvido nas FSI´s e treinamentos em negociação junto a ETN´s.

Entre as ações internacionais desenvolvidas no âmbito local, cabe notar ainda que, destacaram-se ações que visam à sensibilização frente aos impactos locais de uma economia globalizada. Este foi o caso da campanha promovida pelo SMABC no mês de julho de 2011 junto ao Sindicato dos Metalúrgicos da cidade de São Paulo, em que trabalhadores representados por eles protestaram de modo contrário à compra de peças importadas da China para as montadoras da região. Neste ato, cerca de 30 mil trabalhadores pararam a avenida Anchieta, que interliga a cidade de São Paulo ao grande ABC. Entre as reivindicações do SMABC estava a constituição de câmaras que discutissem as importações, e que fosse promovida a nacionalização de determinados produtos a fim de incentivar a geração de empregos no país. No mesmo sentido, entre as propostas estavam a capacitação de mão de obra e a necessidade de que fossem criadas compensações para diminuir o efeito da valorização do real.

Desta forma constatamos que a internacionalização das organizações cutistas analisadas aqui mostrou-se como o resultado do desenvolvimento de práticas internacionais mais ou menos concomitantes, implementadas por sindicato, confederação e central. Primeiramente, isto pôde ser visualizado por meio dos significados possíveis advindos do fato de que lideranças metalúrgicas provenientes do ABC ocuparam posições de destaque tanto na CNM como na CUT, mas, também, pela simultaneidade ocorrida nas filiações da confederação e da central junto a organizações internacionais. Em segundo lugar, significou um acúmulo paulatino de intercâmbios internacionais expressos sob o domínio de informações, relações e estratégias sindicais, que se consolidou, mais como uma internacionalização orgânica, do que uma simples reação espontânea que poderia emergir em função de variáveis meramente contextuais. Por fim, deve-se assumir que a velocidade da expansão das atividades metalúrgicas

para além das fronteiras nacionais foi processual, também em função de que a própria novidade apresentada pelo movimento sindical do início dos anos 1980 por meio de movimentos tais quais as grandes greves no ABC e a formação da CUT coexistiram com a crescente internacionalização de empresas metalúrgicas.

Se os anos 1980, portanto, podem ser considerados como uma etapa inicial à internacionalização sindical metalúrgica no Brasil, já que as ações internacionais eram mais passivas do que ativas, nos anos 1990 elas passam a ganhar outro caráter. Durante esta década, a formalização de filiações internacionais, visitas de contato às matrizes das empresas em países estrangeiros, tendo em vista estabelecer estratégias nacionais com base em experiências de sindicatos de outros países e a preparação de lideranças que mais tarde viriam a ocupar cargos internacionais, constituiu-se num desenvolvimento processual, de amadurecimento das práticas e perspectivas orientadas à esfera internacional. Tal ciclo se completa a partir dos anos 2000, baixo uma inserção ativa dos metalúrgicos em espaços internacionais, que se efetivou por meio da promoção de redes sindicais internacionais, AMI´s e da ocupação por parte de lideranças metalúrgicas de cargos em organizações internacionais. A partir disto é que, no último capítulo da tese, analisaremos outra faceta da internacionalização sindical, a dizer, as implicações do cruzamento entre o crescente foco de estratégias sindicais para além da esfera nacional e a ocupação de posições em espaços internacionais.

Telecomunicações: os anos 1990 e 2000

Ao contrário da experiência vivenciada no ABC paulista, as relações internacionais desempenhadas pelo SINTETEL na década de 1980 não se desenvolveram de modo que viessem a servir de base consistente às estratégias desenvolvidas nas décadas seguintes. Inicialmente, isto pode ser entendido pelo fato de que o próprio contexto econômico das telecomunicações, controlado pelo monopólio estatal até o final dos anos 1990, tornou quase inexistente a presença de ETN´s do setor no país. Em segundo lugar, o fato de não ter sido encontrada uma influência significativa das práticas internacionais das centrais sindicais a que o SINTETEL esteve filiado no desempenho de suas práticas internacionais, bem como a ausência de relações bilaterais substantivas desenvolvidas por ele, tornaram pouco provável que o sindicato, na chegada dos anos 1990, estivesse previamente direcionado para a promoção de estratégias diferentes daquelas voltadas à negociação e à articulação de caráter local.

Nesta etapa inicial da internacionalização sindical nas telecomunicações, ainda que se possam verificar casos em que houve troca de experiências sindicais entre lideranças em espaços internacionais vinculados ao setor no período anterior às privatizações, elas ocorreram em uma escala bastante reduzida, quando comparadas às ocorridas junto aos metalúrgicos do ABC. Como veremos, nas telecomunicações, a reduzida experiência em espaços internacionais implicou no desenvolvimento de uma internacionalização sindical baseada principalmente na perspectiva de que era

necessário reagir às novas imposições provenientes da privatização das telecomunicações.

Sendo assim, no sindicalismo voltado às telecomunicações brasileiras, a partir do caso do SINTETEL, não se verifica de modo significativo uma passagem paulatina entre as duas décadas em termos de construção de alianças estratégicas e contatos internacionais que implicariam em ações articuladas posteriores. Pode-se dizer, portanto, que este sindicato teve até o final dos anos 1990 um papel distante daquele que se espera de um protagonista na arena internacional: uma atuação propositiva, em que se ocupe dos espaços disponíveis e se utilize de ferramentas internacionais para influenciar em negociações de caráter local. Pelo contrário, as lideranças do sindicato "consumiram" ações de solidariedade internacional assim como no SMABC, mas em uma escala bastante inferior e insuficiente para o desenvolvimento de um ciclo de internacionalização interno à organização, com contornos próprios, mais ou menos independentes de variáveis contextuais. Até os anos finais da década de 1990, as práticas sindicais internacionais eram essencialmente embrionárias nas telecomunicações brasileiras.

Até este período, os contatos junto à FSI do setor e a outros sindicatos europeus, por meio de cooperações bilaterais, ocorria em função de convites para reuniões ou para a participação em cursos de formação sindical que costumeiramente estavam restritos ao presidente da organização, ou a esporádicos convites a lideranças que se destacavam no interior do sindicato. Tradicionalmente, este envolvimento do SINTETEL junto a organizações sindicais internacionais ocorreu por meio da filiação[57]

[57] A data da filiação do sindicato à federação internacional do setor é tão antiga que não foi possível encontrar documentos com o registro com a data exata do início do vínculo. A informação não foi

junto ao IPCTT / IC que, posteriormente, passou a se chamar de IC (Internacional das Comunicações) e, após a fusão com outros setores no ano de 2000, ganhou o nome de UNI (*Union Network International*).

Anteriormente, nos referimos ao fato de que as transformações de natureza econômica por si só não se mostram suficientes para a transformação imediata das práticas sindicais. Isto porque existem variáveis relacionadas ao contexto intra-organizacional e às trajetórias experimentadas por sindicatos e suas lideranças, as quais impactam na em como tais oportunidades são percebidas. No caso das telecomunicações, a crescente inserção de corporações transnacionais que substituíram as estatais monopólicas do setor alterou um contexto em que, até então, servia como referência relativamente estável para os sindicalistas do SINTETEL, que focavam as suas negociações em um interlocutor bem conhecido, tal o caso da Telesp. O advento das privatizações ocorridas a partir de 1998 foi significativo para que o sindicato passasse por mudanças, ocorridas na mesma velocidade em que se desenvolviam os processos de reestruturação do setor. Neste processo, renovaram-se os quadros sindicais, o perfil das lideranças, e as estratégias sindicais para o setor. Principalmente, produziram-se distintos olhares e práticas frente às novas dinâmicas das telecomunicações.

A variável econômica, portanto, foi o elemento motor na promoção da passagem de um sindicalismo nacionalmente estabelecido para outro, em que os olhares se voltaram, também, para a concretização de práticas articuladas internacionalmente. Os anos 2000, dessa forma, se caracterizaram pela a emergência de uma ação internacional tardia, com uma militância sindical que não experimentara um passado de

---

conseguida com exatidão mesmo com as entrevistas realizadas junto a presidente e ex-presidentes do SINTETEL, que estiveram no comando da entidade de 1981 até os dias atuais.

atuação para além das fronteiras nacionais. Tal ação se realizou na participação do SINTETEL na criação de grupos internacionais que visavam aglutinar os sindicatos de ETN´s de telecomunicações, na adoção do pagamento de valores expressivos nas cotas sindicais para a UNI, na inserção de lideranças de seus quadros locais em cargos na federação internacional e na participação do monitoramento de Códigos de Conduta internacionais estabelecidos por ETN´s, tal o caso da *Telefónica*.

No mesmo sentido, quanto à diferença entre a inserção internacional observada anteriormente nos metalúrgicos e a observada, aqui, nas telecomunicações, em termos das influências das centrais sindicais em tais espaços, Anner (2003) observa que a FS, não desenvolvera até o final dos anos 1990, negociações diretas junto às matrizes de empresas estrangeiras, bem como não vivenciara experiências como a da construção de comissões de fábrica na indústria automobilística brasileira, a exemplo de experiências em experiências alemãs.

O vínculo entre SINTETEL e FENATTEL não se resume à filiação deste sindicato à federação nacional. Os seus laços históricos também estão expressos na composição de cargos, costumeiramente ocupados de modo concomitante entre as duas organizações, e que podem ser observados, atualmente, no fato de que o presidente do sindicato também ocupa o posto mais alto da hierarquia na federação[58]. Ao contrário do que ocorre com os metalúrgicos, em que as relações internacionais do SMABC se dão essencialmente via contatos bilaterais, sendo as filiações junto a organizações internacionais deixadas sob a batuta da CNM e da CUT, nas telecomunicações, tanto o sindicato como a federação são filiadas à UNI.

[58] O sentido de uma "federação nacional", aqui, é o mesmo de uma confederação. A razão da existência de uma federação nacional é que no caso das telecomunicações há diversos exemplos de sindicatos de base estaduais que impedem assim, a formação de federações estaduais. Neste caso, os sindicatos estaduais, ao se unirem nacionalmente estariam fundando uma federação nacional, e não uma confederação, que para se constituir deveria contar com federações estaduais.

Com relação à filiação do SINTETEL junto a uma central sindical, no final dos anos 1990, o sindicato estava vinculado à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), ligada a Luiz Antônio de Medeiros, que sairia desta central para fundar a Força Sindical no início dos anos 1990 levando a filiação do SINTETEL consigo (ROMBALDI, 2007: 95). Logo nos primeiros anos de existência, a FS posicionou-se a favor de processos de privatização de empresas estatais, o que mais tarde passou a incluir as empresas em telecomunicações e levou à desfiliação do SINTETEL junto a esta central. No ano de 1996, quando, por um lado, a FS se posicionou a favor das demandas do SINTETEL quanto a sua contrariedade à privatização da TELESP e, de outro, quando o sindicato percebia a inevitabilidade da efetivação das privatizações e a necessidade de sua modernização interna, consolidou-se um processo de reaproximação. Neste momento, o sindicato declarava-se uma organização sindical apartidária, não demonstrando a predominância interna de correntes políticas, tal qual ocorria em setores da CUT. Neste sentido, a Força Sindical mostrou-se um espaço passível de intersecções políticas, já que ela se definia, conforme observam Rodrigues e Moreira (1993: 17-18), não somente como apartidária e vinculada ao pensamento social-democrata, mas, também, oposta "ao 'capitalismo selvagem', estando em prol de uma 'sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista, livre de corrupção e do paternalismo estatal'".

Conforme indicam as entrevistas realizadas, ainda que a FS tenha estabelecido relações junto a centrais sindicais de diversos países como na França, na Itália e em Israel, este intervalo entre filiação/ desfiliação/ filiação, bem como o próprio nascimento da FS ocorrido apenas em 1991 – ainda que composta por sindicalistas provenientes de outras organizações, o que relativiza este caráter "novo" da FS – não se

observa uma participação significativa da FS na internacionalização no SINTETEL e FENATTEL.

O setor tradicionalmente esteve polarizado entre a FENATTEL, federação que não é filiada diretamente a nenhuma central sindical, e a FITTEL, filiada à CUT e que não está legalizada junto ao Estado. Em setembro de 2009, o congresso realizado em Serra Negra, São Paulo, constituiu-se como um marco histórico para os trabalhadores do setor, na medida em que grande parte dos sindicatos da FITTEL migrou para a FENATTEL (entre eles o segundo maior sindicato do país, do Rio de Janeiro) formando uma federação nacional que agrega a maioria absoluta dos sindicatos do setor de telecomunicações do país. A nova composição da federação passou a se caracterizar pela presença de sindicatos pertencentes a três centrais sindicais distintas, a FS, a CUT e a UGT.

Segundo o depoimento de sindicalistas, o movimento de unificação na FENATTEL foi impulsionado em função da fusão entre as empresas TELEMAR/RJ e a BRASIL TELECOM, as quais eram representadas pelos maiores sindicatos do setor no país, os sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo. Agora, segundo sindicalistas participantes do evento,o principal foco das estratégias a serem adotadas residia em: busca pela unificação de datas-bases e pautas de negociação; revisão dos Acordos Coletivos já estabelecidos; unidade ação frente a empresas de capital estrangeiro; e a busca por uma convenção coletiva nacional nos tele-centros e prestadoras de serviços. Outro fato significativo do congresso de Serra Negra foi a moção de solidariedade proposta por lideranças do SINTETEL junto à FENATTEL e à UNI, com relação aos trabalhadores da *France Telecom*, devido às denúncias e relatos de assédio moral na empresa e suicídios supostamente relacionados a isto. Nesta época, foi entregue um

documento à federação internacional, a qual tratou de promover o ato de solidariedade em suas redes de comunicação mundiais.

* * *

Historicamente, o setor de telecomunicações se caracterizou pelo controle monopólico de natureza estatal ou privada, bem como pelas intensas transformações em função de processos de reestruturação produtiva que estiveram atrelados à liberalização de mercados e privatização de empresas (LARANGEIRA, 1998). A retirada do Estado, como agente de controle e gerenciamento direto do setor por meio de empresas estatais, propiciou um contexto econômico que tornava a tendência à internacionalização dos sindicatos do setor mais provável do que em períodos anteriores.

No momento em que se iniciava o desenvolvimento das privatizações no Brasil, sindicatos do setor expressavam de maneira explícita a sua resistência em aceitar tais mudanças em função de críticas existentes quanto às consequências experimentadas em outros países[59]. Fato consumado, com a entrada de inúmeras empresas estrangeiras[60] em processos licitatórios para a compra de empresas estatais – na busca por concessões de serviços de telecomunicações –, a partir dos anos 2000, no desenvolvimento de fusões e aquisições, a internacionalização sindical passou a vigorar com maior força na perspectiva das organizações sindicais nacionais. Vivenciava-se a transição de uma

[59] Na época das privatizações o SINTETEL apresentou uma proposta de plataforma pública que fazia críticas aos modelo de privatizações que estaria sendo implementado no Brasil.

[60] A entrada de empresas estrangeiras nas telecomunicações brasileiras após as privatizações pôde ser observado por meio de empresas tais como a *Telefónica* (Espanha), Telecom Itália, Portugal Telecom, Telmex (México) e outras.

economia estatal/nacional para uma privatizada/internacional, de um sindicalismo voltado essencialmente a temáticas de caráter nacional para um sindicalismo que se abriria a questões vinculadas a uma economia internacionalmente integrada.

No Brasil e no mundo, a reestruturação do setor de telecomunicações esteve vinculada ao debate sobre a mudança na definição da natureza do Estado e o papel que ele deveria ter na intervenção e controle do desenvolvimento das sociedades. Como veremos, no entanto, os contornos assumidos pelos Estados tomam diversas formas e isto influencia na validade ou não de justificativas sobre os modelos de telecomunicações a serem adotados. Larangeira (1998) observa que a noção de reestruturação aplicada ao setor está vinculada aos conceitos de desregulamentação, privatização e liberalização. Embora estes conceitos sejam comumente tratados como sinônimos, ela observa que há diferenças significativas entre eles e a especificação conceitual permite ponderar sobre as opções que estão vinculadas às reformas executadas no âmbito das empresas estatais. Respectivamente, os termos correspondem a: 1) diminuição da intervenção estatal como regulador econômico; 2) transferência total ou parcial da propriedade do Estado para o setor privado; e 3) abertura do mercado à concorrência.

Sob a influência de tendências liberalizantes, diversos países, entre eles o Brasil, executaram um conjunto de medidas para a reforma do Estado que, orientadas para o mercado internacional, pautaram-se na liberalização financeira e comercial, em processos de privatizações de empresas estatais e na desregulamentação econômica. Na América Latina, isto ocorreu por meio do alinhamento dos governos à lógica da inserção nas dinâmicas da globalização econômica e à promoção da competitividade e da liquidez de capitais internacionais. Em destaque, foi proporcionada a entrada

expressiva de investimentos diretos estrangeiros, alocados, sobretudo, na aquisição de empresas estatais (UCHIMA, 2006).

No caso das telecomunicações, segundo Larangeira (1998), a predominância de empresas monopólicas no setor se justificava pela necessidade de grandes somas de investimentos que viabilizassem os sistemas de comunicação. Seria, então, a articulação entre opções ideológicas sobre o papel do Estado, a existência de *demandas reprimidas*[61] por serviços de telecomunicações e o surgimento de novas tecnologias, que tornaram os sistemas de transmissão mais baratos, que teriam impulsionado a reestruturação do setor e provocado a quebra destes monopólios[62]. A mudança na composição do setor seria caracterizada, a partir disto, pela transição de um modelo hegemônico por outro, em que se desenvolvem disputas por concessões de serviços de telecomunicações entre consórcios de empresas com capital de origem diversificada.

Com relação à justificativa para a transformação do setor, baseado no argumento da incapacidade das empresas de telecomunicações satisfazerem a demanda por serviços, Balbotín (2005) considera necessário problematizar a causalidade que estaria implícita nos processos de desregulamentação, privatização e liberalização, além do aumento de eficiência e produtividade, pois a reestruturação do setor assume diversas formas e resultados.

Segundo ele, no caso dos países latino-americanos, observa-se a inexistência de um padrão único para a estruturação das telecomunicações. Existiriam casos em que

[61] Embora para alguns, esta demanda reprimida possa ser considerada como o fruto da incapacidade das empresas estatais de telecomunicações ampliarem seus serviços; para outros, há fortes indícios que o crescimento desta demanda não é resultado da ineficiência estatal, mas sim, da falta de investimentos que foi o resultado de uma preparação intencional de uma justificativa às privatizações. Isso será observado com maior profundidade a seguir, no caso da privatização da Telesp.

[62] O movimento de quebra de monopólios no setor de telecomunicações foi iniciado em 1978, nos Estados Unidos, com a entrada da Microwave Communications Inc. no mercado de longa distância do país (Larangeira, 1998).

o monopólio estatal foi mantido, outros, em que houve a privatização integral ou parcial do setor[63]. A partir destas comparações, avalia que não seria a privatização do monopólio público ou a sua manutenção que permitiriam obter maiores níveis de crescimento e expansão de seus serviços. O desenvolvimento das telecomunicações ocorreria, então, por meio de diversas variáveis que vão desde o tamanho do país e do seu mercado, o nível prévio do desenvolvimento da indústria de telecomunicações e a aprendizagem com as primeiras experiências de privatização na região, até os objetivos dos governos com as telecomunicações (BALBOTÍN, 2005: 101).

No Brasil, a década de 1990 foi marcada por dificuldades fiscais sentidas no nível do Estado, tanto em termos do aumento da dívida pública, como em função de medidas que visavam à obtenção de superávits primários como forma de garantir segurança a agentes financeiros internacionais. As crescentes dificuldades estatais para que fossem realizados investimentos implicou no argumento que serviria à concepção que defende a retirada do Estado como interventor econômico. A privatização de empresas estatais ganhava, desta forma, dupla justificativa: além da defesa de argumentos neoliberais que previam a necessidade da modernização de empresas via privatização, encontrava-se uma forma de se financiar a dívida pública.

A abertura econômica que se desenvolveu no país por meio do incentivo a processos de desregulamentação, privatização e liberalização de setores econômicos implicaram em uma série de desafios relacionados aos quantidade de postos de trabalho, níveis de qualidade do emprego e às formas organizativas do trabalho para as quais, de

[63] Ainda, no que diz respeito à experiência internacional na reestruturação das telecomunicações, observam-se formas muito variadas de seu desenvolvimento, como pode-se perceber em uma análise comparativa entre os casos estadunidense, britânico, alemão e francês (Larangeira, 1998: 163).

forma geral, trabalhadores e sindicatos não estavam preparados para enfrentar (LEITE, 1997).

As atividades setor de telecomunicações foram alteradas, principalmente em função de novos produtos e serviços implicando em novas relações de trabalho. Segundo Rosenfield (2004), nas atividades associadas às Tecnologias de Informação e Comunicação – tais como o teleatendimento e o *telemarketing* – os trabalhadores passam a estar envolvidos em atividades que são reguladas pela combinação de situações de assalariamento tradicional com aquelas de assalariamento flexível. No mesmo sentido, se observam que o emprego no setor se torna mais instável, após as privatizações, já que diversas atividades correspondem a processos temporários, como o caso da instalação de redes para ampliação dos sistemas, ou de serviços de *call centers* que estão vinculados à demanda por produtos e serviços que tão logo deixem de ser oferecidos, reduzem-se as vagas de emprego. Por fim, contrasta-se a lógica entre uma empresa de cunho estatal e outra, de cunho privado, quanto à dinâmica de contração ou expansão de postos de trabalho, na medida em que a segunda está tendencialmente mais alinhada à necessidade de expansão do capital (NOGUEIRA, 2005: 78-88).

Com relação aos desafios passados pela organização sindical neste momento, a desterritorialização do trabalho que está vinculada à subcontratação e multiplicação de empresas em torno de uma empresa matriz – muitas delas ágoras ETN´s – acarreta em dificuldades para que trabalhadores se identifiquem com uma empresa em que realizam suas atividades, bem como para os sindicatos que se veem obrigados a ampliar o leque de negociações realizadas.

Na América Latina, observa-se que tais dificuldades referem-se não apenas a queda nos índices de sindicalização, mas, também, a multiplicação de entidades

sindicais, uma consequência direta da fragmentação de empresas e da emergência de novas atividades. Este foi o caso da Argentina, em que Walter e Gonzáles (1998) destacam como consequência da reestruturação do setor no país a subsequente fragmentação de empresas e a concomitante divisão da representação dos trabalhadores no setor que ocorreu devido à multiplicação de entidades sindicais[64].

A privatização da estatal de telecomunicações argentina ENTel foi concluída em 1990, passando aos domínios da Telecom da Argentina - com capital das empresas transnacionais France Telecom e Stet, da Itália – e da Telefônica de Argentina – com capital oriundo da Telefônica de Espanha. Ao mesmo tempo, neste período observa-se a entrada na Argentina de empresas concessionárias e prestadoras de serviços de telefonia móvel, bem como aquelas que operam no âmbito da instalação de redes de fibra ótica e que estão ligadas ao mercado de televisão a cabo e internet. (FIGARI, 1998; WALTER E GONZÁLES, 1998). Como consequência deste processo, os autores afirmam que surgem novos procedimentos de negociação coletiva que configuram um novo sistema de relações sindicais no setor de telecomunicações argentino acabando com a tradição de relações entre sindicato único e empresa monopólica. Neste sentido, assim como no caso brasileiro, o sindicalismo argentino, viu-se desafiado a encontrar alternativas entre elas, o trabalho sindical no nível global, já que as empresas que compõem o mercado argentino também estavam presentes em outros países. Para os autores, trata-se da necessidade de se tentar reverter o enfraquecimento no poder de barganha sindical, e, ainda, de buscar a manutenção

[64] A multiplicação de instituições sindicais representantes de trabalhadores em telecomunicações argentinas pode ser observada a partir da constatação da existência das seguintes instituições: FOETRA (Federación de Obreros y Empleados Telefônicos de La República Argentina – desde 1997 FOEESITRA), UPJET (Unión del Personal Jerárquico de Empresas de Telecomunicaciones), FOPSTTA (Federación de Organizaciones del Personal de Supervisión y Técnicos Telefônicos Argentinos), CPTEL (Sindicatos de Profesionales), SEC (Sindicato de Empleados de Comercio) (Walter e Gonzáles, 1998: 57).

daqueles benefícios conquistados pelos trabalhadores no período estatal[65] (WALTER E GONZÁLES, 1998: 65).

Nos Estados Unidos, Carvalho Neto (1998: 104) aponta que a reestruturação do setor teve início em 1984 com o desmembramento da AT&T em companhias regionais – as Baby Bells – e, a partir daí, se iniciou a implementação de um amplo processo de reorganização das empresas e introdução de inovações tecnológicas. Isso levou a implicações para o sindicalismo do setor, como a queda da sindicalização, a instabilidade no emprego e a diminuição dos postos de trabalho durante os primeiros anos que seguiram este processo (LARANGEIRA, 1999, 2003).

Larangeira (2003) observa que, a despeito do subsequente aumento do número de empregados no setor entre 1996 e 2000, o índice de sindicalizados foi reduzido em 30%[66]. Os principais motivos desta redução estariam relacionados à hostilidade das novas empresas à atividade sindical, e à entrada de empresas em regiões com pouca tradição sindical. Entre os impactos significativos sentidos pelo *Communications Workers of America* (CWA) destaca-se, ainda, a queda em suas receitas, motivada pela queda da remuneração dos trabalhadores do setor. Segundo a autora, a partir de então, o sindicato passou a abandonar a perspectiva baseada no dualismo entre cooperação e antagonismo nas relações entre sindicato e empresa, o que tem contribuído para elevar a eficácia da ação sindical.

A experiência brasileira quanto à reorganização do setor de telecomunicações teve como ponto de partida a privatização do Sistema Telebrás

[65] A perda de benefícios para trabalhadores de empresas públicas inicia com o decreto 1757/89, que estabelece a eliminação de gratificações sobre produtividade e eficiência das empresas (WALTER e GONZÁLES, 1998: 66).

[66] Larangeira (2002a) observa que o número de sindicalizados na AT&T reduziu ao longo de quatro anos: desde 1998 caiu de 46.445 filiados, em 1998, para 31.522, em 2001, e para cerca de 24.000, em maio de 2002. Ainda, nota-se que o índice de sindicalizados é muito heterogêneo entre empresas do setor.

concluída no ano de 1998. O sistema se caracterizava pelo monopólio estatal verticalmente integrado e estadualmente organizado por meio de empresas subsidiárias. Como principal justificativa para as mudanças que estavam sendo planejadas para o setor, o governo, por meio do Ministério das Telecomunicações, alegava a necessidade de adequar o país a um cenário de globalização econômica e à necessidade da diversificação e modernização das redes e serviços com o investimento em novas tecnologias que possibilitassem a universalização de serviços[67].

A implementação das transformações no setor esteve atrelada então, não a uma particularidade brasileira, mas a um conjunto de transformações em escala mundial, em que se destacam os debates acerca do papel do Estado, como agente de intervenção na economia ou como um mero regulador das relações de mercado. Ao mesmo tempo, no caso brasileiro, as dificuldades financeiras do Estado somadas a opções políticas tomadas sobre a definição do seu papel na intervenção na economia frearam os investimentos no setor, e implicaram no atraso na modernização da infraestrutura, bem como em dificuldades para a ampliação de sua rede. Desta forma, enquanto para alguns a desregulamentação, a liberalização e a privatização do setor brasileiro representaram a possibilidade da expansão dos serviços e a inserção das telecomunicações brasileiras à economia mundial, para outros, tal processo significou o abandono de um projeto de soberania nacional, às custas da vulnerabilidade do capital externo.

Segundo observação realizada em estudo anterior (ROMBALDI, 2007: 58-59), o SINTETEL foi fundado a partir da Associação Profissional dos Trabalhadores em

[67] No Brasil, início dos anos 1990, a densidade de linhas telefônicas por habitante era inferior à média apresentada pelos demais países da América Latina. Enquanto no país a densidade era de 8,4 telefones para cada 100 habitantes, a média do continente era de 11 telefones. Na Europa, a mesma densidade chegava a 15 linhas (SIQUEIRA, 2002).

Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo, transformada em sindicato em 19 de março de 1941, com reconhecimento concedido pelo Estado em 15 de abril de 1942. Desde a sua fundação até a abertura democrática da década de 1980, baixo os regimes de Getúlio Vargas e dos militares, a entidade caracterizou-se, sobretudo, por um sindicalismo de tipo assistencialista. Segundo Rubens Biasi, presidente do sindicato entre os anos de 1969 e 1981, as ações do sindicato foram caracterizadas, principalmente, por realizações na área social, tais como a aquisição de terrenos e a construção de um prédio para uma colônia de férias. Nas palavras do ex-presidente do sindicato, referindo-se a sua própria gestão no período, ela pode ser caracterizada como sendo "muito tranquila" [68].

Conforme analisado, as práticas sindicais até a década de 1980 eram marcadas essencialmente por funções administrativas, onde existia pouco enfrentamento junto à TELESP no que diz respeito a temas relativos à remuneração ou outros, objetos de negociação coletiva. No processo de abertura democrática dos anos 1980 – o que incluía o movimento pelo fim da intervenção nos sindicatos –, o sindicato passou a experimentar as possibilidades para exercer um sindicalismo de tipo reivindicatório. Segundo o jornal do sindicato Linha Direta, de 1992, este foi um período em que se iniciaram mobilizações por reposições salariais, aumentaram as visitas às bases e os cursos de formação sindical, o que implicaria no ingresso de novas lideranças sindicais no SINTETEL.

De fato, em 1984, a renovação dos quadros do sindicato pode ser observada por meio da unificação das chapas concorrentes à diretoria do SINTETEL, em que se juntaram lideranças sindicais provenientes de correntes políticas opostas, tais quais

[68] Jornal Linha Direta, do SINTETEL, edição especial de abril de 1992.

dirigentes filiados à recém criada Central Única dos Trabalhadores, dirigentes simpáticos ao MR-8, PC do B e PCB. É neste período, então, que o sindicato se filia à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Com isto, no entanto, se o SINTETEL passa de um momento assistencialista para outro, reivindicatório, isto pouco se assemelha às reivindicações que ganharam força no início dos anos 1980 na região do ABC paulista com o "novo sindicalismo". Enquanto, nas telecomunicações, as mobilizações enfatizavam principalmente reajustes salariais, no ABC, além das questões salariais, demandava-se, também, por questões mais amplas, vinculadas à luta por direitos sociais (RODRIGUES, 1997).

Ainda que se observe esta passagem entre dois momentos do SINTETEL, as novidades mais expressivas nesta organização sindical ocorreriam após a segunda metade dos anos 1990, com o advento das privatizações e a subsequente fragmentação do setor. A partir disto, observa-se que se desenvolve uma abrupta renovação dos sindicalistas que compõem a entidade, onde se destaca uma nova configuração dos quadros do sindicato, formados, a partir de 1998, por lideranças sindicais mais jovens e escolarizadas, as quais acompanharam o novo perfil dos trabalhadores do setor[69]

[69] Conforme observa Rombaldi (2007: 43-45) com relação aos representantes sindicais que entraram após a privatização das telecomunicações, 58,3% têm entre 20 e 40 anos, ao passo que entre aqueles dirigentes que entraram antes do ano de 1998, 81,9% têm entre 41 e 60 anos. Ainda que se deva ponderar que aqueles dirigentes ingressantes antes de 1998 dificilmente teriam entre 20 e 30 anos na data da pesquisa (em 2007), passados quase 10 anos, observa-se que o número de dirigentes na faixa de 31 a 40 anos não é expressivo frente aos valores totais. Sobre a relação entre o ano de ingresso nas telecomunicações e a escolaridade dos dirigentes sindicais, observa-se que a tendência ao aumento da escolaridade dos trabalhadores nas telecomunicações é acompanhada de uma maior escolarização dos novos dirigentes sindicais ingressantes no Sintetel. Conforme se observa no estudo, pode-se notar que antes da privatização da telefonia no Brasil, o sindicato era composto por 12,1% de dirigentes com apenas ensino fundamental completo ou incompleto. Com relação aos dirigentes que ingressam após a privatização, este mesmo índice se reduz para 2% ao passo que o percentual de dirigentes com ensino médio completo ou incompleto aumenta 6,9% quando comparado este mesmo índice com o daqueles que ingressaram antes da privatização. Com relação às faixas terceiro grau incompleto e terceiro grau completo nota-se que, quando somadas, os dirigentes que ingressaram após a privatização têm uma leve vantagem sobre os que ingressaram anteriormente. Quando somadas estas duas faixas, os novos dirigentes alcançam o percentual de 38% frente aos 34,8% dos dirigentes mais antigos. Nota-se que esta diferença se torna ainda mais expressiva quando considerado o fato de que os dirigentes

(ROMBALDI, 2007). Passaram a coexistir então, gerações de sindicalistas com distintas experiências nas telecomunicações: de um lado, a estabilidade da carreira e a centralização dos trabalhadores que era proporcionada pela Telesp; e de outro, a fragmentação de empresas pós-privatizações, as novas práticas exercidas no trabalho e a instabilidade do emprego. Para os sindicalistas remanescentes no sindicato desde a época estatal, observa-se a evocação dos símbolos que constituíram a identificação de trabalhadores em função do apego ao trabalho na estatal, da formação profissional vinculada ao emprego e a sociabilização desenvolvida durante os anos de convivência com os colegas dirigentes. Para estes sindicalistas, conjuga-se então a valorização do passado e das práticas sindicais apreendidas no cotidiano do sindicato a uma nova competência requerida no presente, tal qual uma capacidade de realizar negociações para além de uma "queda de braço" com as empresas de telecomunicações.

> *Para os novos sindicalistas, ingressantes após 1998, nota-se que a experiência no emprego nas telecomunicações – mais curta e instável – está vinculada à formação de uma carreira sindical muito mais rápida, diferente do gradual percurso traçado pela geração anterior e a uma diferente relação de apego ao trabalho desenvolvido no sindicato, bem como à valorização dos conhecimentos adquiridos pelos meios prático e formal* (ROMBALDI, 2007: 109).

Mesmo passados mais de 10 anos das privatizações do setor, pôde-se observar que, no SINTETEL, os mais altos cargos da direção do sindicato – o presidente e os diretores – continuam a ser preenchidos predominantemente por aqueles dirigentes ingressantes antes de 1998. Isto poderia ser uma indicação de que mesmo passada a

---

ingressantes após a privatização – mais jovens do que aqueles que já estavam no sindicato – tiveram menos tempo para se escolarizar, o que significa que ainda podem alterar os resultados de tal índice.

renovação dos quadros do sindicato, não apenas as relações de poder estariam mantidas, mas que o *savoir-faire sindical*[70] e as relações sociais adquiridos entre lideranças sindicais estabelecidas no período anterior à reestruturação do setor teriam sido suficientes para manter a dinâmica social que definiria o acesso a determinadas posições. Como veremos posteriormente, isto também pode ser observado no acesso aos cargos sindicais internacionais.

No que se refere ao modo com que se estabeleceram as negociações com as empresas do setor de telecomunicações pós 1998, a nova composição do setor passou a estar caracterizada por novas lógicas de ação. Enquanto as estatais de telecomunicações serviam como eixo estável às negociações, no período posterior à privatização, as negociações passaram a estruturar-se por meio dos referenciais que seguiam a especificidade das dinâmicas empresariais. O sindicato conta atualmente com mais de cento e trinta acordos coletivos firmados somente no Estado de São Paulo, e ele passa, nos anos 2000, a negociar com empresas com matrizes situadas em outros países.

Neste ponto, observa-se, também, um fato curioso: apesar de as lideranças sindicais das distintas federações de telecomunicações passarem a, recentemente, partilhar a mesa de negociações com os representantes da matriz da empresa transnacional espanhola *Telefônica*, entre a centena de acordos firmados estadualmente com empresas presentes em diversos Estados brasileiros, poucas negociações foram realizadas em conjunto, nacionalmente. Neste contexto, observa-se um significativo poder de influência da *Telefônica* sobre os parâmetros de negociação entre as empresas

[70] Por *savoir-faire* sindical, nos referimos a um conjunto de saberes apreendidos no desenvolvimento das experiências sindicais e que podem ser expressos a partir de um conhecimento prático das negociações sindicais – como o conhecimento de termos técnicos, o domínio sobre as leis trabalhistas, procedimentos negociativos etc.

subcontratadas, o que passa a se constituir como tema nas mesas de negociação entre ela e os sindicatos. A ETN, portanto, surge no cenário de negociações como um ator-chave para a unificação de determinadas demandas junto a uma diversa gama de empresas contratadas por ela.

Desta forma, se por um lado esta ETN é acionista de parte das terceirizadas, de outro, ela também detém o poder de uma empresa contratante que pode definir os padrões e procedimentos a serem seguidos nas empresas subcontratadas. A negociação com empresas contratantes se torna estratégica aos sindicatos. Se por um lado, portanto, a reestruturação das telecomunicações e sua internacionalização implicaram em certa fragmentação das negociações coletivas centradas no estado ou em monopólios privados, por outro, o surgimento de ETN´s permite, não apenas, um novo reagrupamento sindical, mas permite vislumbrar acordos que visem estruturar as relações junto à diversidade de empresas subcontratadas.

Com relação à entrada da espanhola *Telefónica* no Brasil, via participação no processo de privatizações, lideranças do SINTETEL apontam para o fato de que a primeira reunião em que eles participaram junto à empresa, para debater sobre os impactos para os trabalhadores pela ampliação de sua participação em países externos à Espanha, foi realizada em 1997 no mesmo país. No ano seguinte, no Brasil, houve a primeira reunião formal entre sindicalistas do país e o presidente mundial da *Telefónica*. Segundo o depoimento do presidente do SINTETEL naquele período, a empresa, recém estabelecida no país, se negava recebê-lo para abertura de canais de diálogo. No entanto, em função da vinda do presidente mundial da empresa e de um acerto internacional feito entre sindicalistas brasileiros e espanhóis por meio das reuniões do grupo internacional

de sindicatos da empresa que se formava, a gerência nacional mudou seu comportamento aceitando a realização de uma reunião.

Em 1999, seria criado o primeiro grupo internacional de sindicatos de uma mesma empresa, do qual o SINTETEL participaria, abrindo um novo período para o sindicato em termos de relações internacionais. Mais especificamente, neste ano, criou-se o *Grupo Ibero-americano de Trabalhadores da Telefónica* (GITT), que reúne anualmente os sindicatos espanhóis junto aos sindicatos que representam os trabalhadores da empresa em suas subsidiárias espalhadas ao redor do mundo, proporcionando um canal de intercâmbio institucionalizado com relação às práticas adotadas pela empresa nos diversos países.

Na segunda metade dos anos 2000, com a expansão da empresa para fora da América Latina, este grupo passou a compreender sindicatos de mais de 20 países, entre eles Inglaterra, Suécia e a República Tcheca. A partir disto, passou-se a questionar a denominação do grupo, o que culminou na mudança de GITT para *Grupo Aliança*. Nas reuniões do Grupo, em que os sindicatos se reúnem junto ao presidente mundial da *Telefónica*, as organizações com maiores dificuldades de financiamento de viagens, como os sindicatos peruanos e chilenos, são custeadas pela empresa. Também, sob as expensas da empresa, estariam certos os custos de logística, como traduções e parte da alimentação durante os encontros. Tal apoio oferecido pela empresa indica, não apenas o seu interesse em manter um relacionamento com grupo de organizações sindicais, como também a relativa dependência que elas têm com relação a ela.

O primeiro Código de Conduta internacional firmado entre a empresa e sindicatos ocorreu em março de 2001 (ver ANEXO 1) e, desde então, tem sido objeto de controvérsias entre dirigentes sindicais de diferentes países. Enquanto que no Brasil,

lideranças afirmam que o acordo teria servido para melhorar o relacionamento com a empresa, para outros, como os mexicanos, veem o código de conduta como um acordo insuficiente para atender as demandas dos trabalhadores da *Telefónica*. Segundo o depoimento de uma liderança do SINTETEL "funcionou no Brasil, também na Colômbia e na Argentina (...) as relações mudaram a partir do código. O que eles [os mexicanos] não entendem é que o acordo nunca será nem o céu nem o inferno". Segundo o depoimento de uma liderança do SINTETEL que ocupara uma posição dentro da UNI, as relações entre a ETN e a os sindicatos na Colômbia eram bastante conflitivos em função das negativas da empresa em negociar junto às organizações sindicais locais, o que levava a ações antissindicais, como a proibição da simples panfletagem nas portas da empresa. A própria federação internacional, segundo ela, não era recebida pela gerência da empresa, fato que mudaria após a implementação do Código de Conduta e das reuniões do GITT / Grupo Aliança.

No entanto, conforme apontam as lideranças brasileiras entrevistadas, o código de conduta teria dificuldades em obter resultados positivos no relacionamento entre a empresa e os sindicatos de países como a Argentina e o Peru, onde ela não reconheceria determinados sindicatos para realizar as negociações coletivas. No primeiro país, pôde-se identificar a atuação internacional do SINTETEL, no sentido de apoiar o reconhecimento dos sindicatos locais, o que era negado por parte da *Telefónica* após a fragmentação do setor pós-privatizações. Naquele momento, os sindicatos de telecomunicações argentinos não eram reconhecidos por parte da empresa como representativos dos trabalhadores após a fragmentação ocorrida no setor, momento em que a ela passou a negociar junto a sindicatos de trabalhadores do comércio[71]. Neste

[71] Este tipo de problema foi em parte evitado no caso do SINTETEL, pois no momento em que o setor se fragmentara, a partir das privatizações, o sindicato realizou uma mudança estatutária em que ampliou

caso, como o presidente do sindicato brasileiro tinha um histórico de relações com interlocutores da empresa – funcionários brasileiros que haviam sido promovidos para funções na matriz na Espanha –, ele pôde servir como intermediador na resolução do conflito e reconhecimento sindical. Intervenções semelhantes por parte do SINTETEL ocorreriam, também, junto à brasileira *Ability*, em que os brasileiros interviram para apoiar organizações chilenas.

Atualmente, o sindicato participa de organismos tais como a FSI do setor, a UNI, e, deste modo, das respectivas ramificações para as Américas chamadas de UNI-Américas e UNI-Américas Telecom. Conforme observado no primeiro capítulo, esta federação internacional foi criada no ano 2000 a partir da fusão entre outras preexistentes. Composta por diversas ramificações do setor de telecomunicações, a UNI compreende um setor de telecomunicações muito mais amplo que o original, mudança também vivenciada pelo SINTETEL no âmbito nacional, quando passa a incorporar trabalhadores vinculados a novas tecnologias, como equipamentos de telecomunicação e serviços de teleatendimento, sistemas de internet e outros.

Com relação às transformações vivenciadas no setor de telecomunicações e no interior do SINTETEL, desenvolveu-se uma nova configuração na organização institucional do sindicato[72], que foi acompanhada pela intensificação da participação em organismos internacionais (ROMBALDI, 2007). É neste momento que o sindicato

alista das categorias profissionais que representara (ROMBALDI, 2007: 102). Esta ação diminuiu a possibilidade de ações legais direcionadas ao questionamento de sua representatividade junto a trabalhadores de *telemarketing* ou em equipamentos de telecomunicações, por exemplo.

[72] Por um lado, após 1998, departamentos e secretarias do sindicato são expandidos, o quadro de dirigentes do sindicato aumenta significativamente – de cerca de cem sindicalistas passa a ter duzentos no ano de 2007 – e é renovado com a entrada de lideranças com perfil mais jovem e escolarizado , acompanhando a mudança no perfil dos trabalhadores do setor . Por outro, os dirigentes ingressantes no sindicato após as privatizações passam a compor cargos internacionais, tais como o da presidência da UNI-Américas , a vice-presidência da secretaria UNI-Américas Jovem, a liberação da diretora executiva da secretaria de mulheres do SINTETEL para a UNI-Américas, em sua sede no Panamá, e soma-se a isto o envio de jovens sindicalistas provenientes das empresas de *call centers* para congressos internacionais destinados, tanto a jovens trabalhadores, como àqueles do segmento de tele-atendimento.

passou a enviar um maior contingente de sindicalistas para participação de congressos e para a ocupação de cargos em posições internacionais. Ainda que tradicionalmente o SINTETEL tenha participado do cenário internacional com cargos, eles eram restritos ao presidente do sindicato na época, e resumiam-se a uma ocupação quase que automática, pelo fato de haver a necessidade do preenchimento de uma "cota" para os representantes brasileiros.

O processo de ascensão a espaços internacionais a partir de 1998 foi significativo. Se, antes das privatizações, os cargos e as participações internacionais restringiam-se quase que exclusivamente à figura do presidente da organização, depois disso, lideranças do SINTETEL passaram a se inserir de modo mais proeminente nos espaços sindicais internacionais. De um lado, pode-se observar a ascensão internacional do presidente do sindicato, que passa a acumular posições internacionais a partir dos anos 2000, ocupando diversos cargos, entre eles os mandatos de vice-presidente para o setor de telecomunicações da UNI-Américas entre 2004 e 2008, e de presidente e vice-presidente do comitê regional executivo da UNI-Américas, respectivamente entre 2005 e 2007, e entre 2007 a 2012. Ainda, cabe notar que, atualmente, ele é membro titular executivo do comitê mundial da UNI, com mandato previsto para o intervalo entre 2010 e 2014. De outro lado, observa-se que a responsável pelo departamento de mulheres do SINTETEL passou a ocupar, no ano de 2006, o cargo de Diretora Regional para o Setor de Telecom, Postal e Logística, no escritório regional da UNI, situado no Panamá.

CAPÍTULO 3 – **Entre a internacionalização *gradativa* e a *reativa*: diferentes relacionamentos junto à esfera internacional**

Como vimos nos capítulos anteriores, os setores metalúrgico e de telecomunicações foram amplamente afetados por processos de globalização econômica, destacando-se, aqui, tanto o incremento de ETN´s, as quais passaram a ampliar sua presença em diferentes países, quanto as transformações produtivas que estiveram relacionadas. Dadas as particularidades de cada caso, observou-se que estes processos estiveram acompanhados pela inserção de lideranças sindicais em espaços internacionais, seja por meio de atividades de intercâmbio que promoveram o trânsito de sindicalistas, ações de solidariedade sindical internacional estabelecidas via contatos bilaterais, ou em função do desenvolvimento de projetos de cooperação internacional que propiciaram um cotidiano de relações junto a organizações sindicais estrangeiras, com destaque para as federações sindicais internacionais.

Nesta dinâmica de internacionalização, as organizações sindicais brasileiras estudadas, acostumadas a focar suas estratégias e práticas no plano nacional, passaram a perceber as possibilidades de ampliar suas ações para o plano externo. Com isto, passaram a estabelecer estratégias direcionadas para além da esfera nacional e, neste ínterim, as histórias da internacionalização destas organizações sindicais, não apenas estruturaram a trajetória de lideranças sindicais, mas também foram estruturadas por elas. Considerado isto, é a partir das particularidades dos trajetos sociais estabelecidos que se avalia, aqui, os diferentes graus de abertura ou fechamento à adoção de

novidades ou rearranjos nas práticas sindicais nacionais já tradicionalmente estabelecidas. Com isto, observa-se, aqui, que por meio da internacionalização sindical ampliam-se as perspectivas dos possíveis caminhos a serem tomados por lideranças em suas carreiras sindicais.

Com relação às diferenças entre as referências sindicais que orientaram as práticas nas duas organizações analisadas, elas vão além daquelas inerentes ao vínculo que se dá na filiação a uma ou outra central sindical. No caso do setor de telecomunicações, até pouco tempo estatal, o sindicalismo fora tradicionalmente orientado à negociação com os governos estadual e federal e não com empresas de caráter privado. No setor automobilístico, a internacionalização de empresas já era uma realidade bastante conhecida na década de 1990, a exemplo da produção de automóveis no país, notadamente marcada pela presença de montadoras estrangeiras. Isto significa considerar que, a despeito do que foi discutido anteriormente sobre o fato de que ambas as organizações sindicais estudadas estão consolidadas dentro de uma estrutura sindical nacional atrelada ao Estado, as distintas trajetórias dos sindicatos e de suas lideranças sugerem a coexistência de condicionamentos sociais que são semelhantes, mas, também, distintos e, desta forma, implicam em diferentes canais de acesso aos espaços sindicais internacionais.

Ao mesmo tempo, as oportunidades estruturais em termos de práticas sindicais internacionais – que têm origem, principalmente, na intensificação do surgimento de corporações transnacionais no Brasil – colocaram-se aos sindicatos sem que a entrada deles em uma arena de disputas internacionais já estivesse estabelecida, ou que, a partir de então, se desenvolvesse uma percepção sobre a existência de tais oportunidades de maneira imediata e automática. No entanto, pode-se considerar que

estas corporações oferecem possibilidades à constituição de um circuito mais amplo para a ação sindical do que aquele oferecido por empresas geograficamente restritas a uma localidade. A utilização de estratégias sindicais articuladas entre diferentes países, como observamos, se desenvolve em distintas velocidades e trajetórias.

O contexto econômico de um país ou setor, as experiências sindicais anteriores, o sucesso ou fracasso na adoção de estratégias – que interferem na memória sindical –, a capacidade de mobilização e organização de cada sindicato, as características da composição dos quadros de dirigentes e o *status* do jogo de alianças nacionais e internacionais são exemplos de variáveis que, combinadas, interferem, não apenas nas escolhas políticas a serem adotadas por organizações, mas, também, nas *perspectivas sobre as possíveis escolhas a serem tomadas* tanto em termos coletivos como individuais.

Antes que resultado de escolhas individuais, a entrada no campo político internacional está relacionada à estrutura do processo político, isto é, conforme observa Keida (2006), a fatores estruturais exógenos ao grupo e que, em conjunto com a avaliação da probabilidade de sucesso, se consolidam como incentivos para a ação. Isto pode se relacionar ao conceito de *oportunidade política*, em que Sidney Tarrow (1998) define como aquilo que está ligado às dimensões do ambiente político que oferecem incentivos para a ação coletiva, afetando as expectativas das pessoas para o sucesso ou fracasso.

Se as organizações sindicais brasileiras estudadas passaram pela transição de um período em que suas práticas estavam direcionadas quase que exclusivamente ao cenário nacional – salvo as manifestações que ocorriam *de fora para dentro* – para uma fase em que passaram a buscar um maior protagonismo na esfera internacional, restaria

perguntar sobre quais seriam as dinâmicas experimentadas, bem como, quais seriam as variáveis que influenciariam nestes movimentos. Reconhecendo-se o significativo peso da variável econômica na promoção de uma arena potencial ao sindicalismo internacional, restaria questionar sobre o que explicaria as diferentes velocidades e opções estratégicas quando adotadas por sindicatos e suas lideranças, bem como, sobre a intensificação de suas práticas internacionais? Em termos institucionais, quais seriam as condições sociais que permitiriam que, em cada organização sindical, não apenas as percepções estivessem voltadas à arena internacional, mas que lideranças passassem a valorizá-la e buscar o acesso a ela? Para responder a estas perguntas, por meio do cruzamento entre histórias institucionais e experiências vivenciadas por sindicalistas, entre o plano macro-histórico e as trajetórias individuais é que este capítulo se desenvolve.

Como vimos no capítulo anterior, em ambos os setores estudados, nos anos 1980, as práticas sindicais internacionais desenvolvidas no país eram caracterizadas, mais pela recepção de ações originadas por sindicatos de outros países, do que produzidas por lideranças brasileiras rumo ao exterior. O período pode ser considerado como uma etapa inicial à internacionalização sindical. Durante os anos 1990, no entanto, desenvolve-se uma segunda etapa, em que, sob distintas configurações, as práticas internacionais brasileiras entre sindicalistas metalúrgicos e das telecomunicações passam a se intensificar tendo em vista as transformações econômicas que sucediam no país.

No mesmo sentido, observou-se que, do lado dos metalúrgicos, a passagem entre estas duas etapas foi originada pelas transformações nas dinâmicas econômicas e produtivas, bem como por um processo em que os relacionamentos internacionais se

desenvolveram de forma paulatina desde os anos 1980, com base na articulação entre SMABC, CUT e CNM. A organicidade da internacionalização sindical, demonstrada nesta articulação entre entidades sindicais de diferentes níveis, influenciou no fato de que metalúrgicos passassem a institucionalizar a sua internacionalização por meio de filiações internacionais e alianças junto a organizações sindicais de outros países. Mais do que isto, permitiu que eles ingressassem ativamente no campo internacional nos anos 2000, ao ocuparem cargos em FSI´s, em Comitês Mundiais de Empresa, ao estabeleceram redes sindicais – inclusive voltadas a ETN´s brasileiras – e desenvolverem inúmeros projetos de cooperação. O acúmulo de experiências internacionais iniciadas nas décadas anteriores, portanto, fez com que o processo de internacionalização ocorresse de modo paulatino e influenciasse, como veremos, na forma como as organizações sindicais metalúrgicas e, sobretudo, suas lideranças, passaram a se relacionar com as organizações internacionais.

Como já explanado, as relações internacionais desempenhadas nas telecomunicações na década de 1980, no entanto, não se desenvolveram de modo a servir de base consistente às estratégias desenvolvidas nas décadas seguintes. De um lado, isto ocorreu em função de que, por um longo período, o contexto econômico das telecomunicações foi caracterizado pelo controle estatal que impedia a internacionalização econômica do setor. De outro, a ausência da influência de organizações como as centrais sindicais no desenvolvimento de práticas internacionais por parte do SINTETEL e da própria inexistência de relações bilaterais substantivas desenvolvidas por ele tornaram pouco provável que ele estivesse preparado para as transformações ocorridas no setor a partir da venda de empresas estatais de telecomunicações em 1998 e da subsequente entrada de ETN´s do setor no país. Neste

caso, a internacionalização das práticas sindicais se desenvolveu de forma mais abrupta, ocorrida, sobretudo, como uma reação sindical às privatizações do final desta década.

Sendo assim, são as passagens entre as etapas da internacionalização sindical que evidenciam os diferentes ritmos assumidos pelas organizações sindicais estudadas. Tais movimentos provocaram diferenças quanto à forma com que os sindicatos e suas lideranças se relacionaram com o campo internacional. E é sobre elas que este capítulo estará debruçado com especial atenção.

A partir da análise das trajetórias sociais de militantes, que têm ou tiveram relações com o campo sindical internacional, buscou-se apreender o modo com que se constituem suas percepções do mundo social, mais especificamente, em se tratando das relações políticas internacionais. É dizer, trata-se de avaliar como sindicatos e suas lideranças, ocupando diferentes posições no campo sindical nacional, relacionam-se com os possíveis descompassos entre as "tradicionais formas de ser sindicalista" e a emergência de novas possibilidades de se desempenhar a militância.

Tal militância assume forma naqueles momentos em que o sindicalista age em função de sua posição na hierarquia da organização sindical: quando participa de negociações entre sindicato e empresa, no momento em que ele pede a palavra em uma assembleia, ao conversar no local de trabalho com os trabalhadores representados, ou até mesmo no momento em que entra na sede do sindicato e cumprimenta seus "companheiros". Tudo isso se refere às ocasiões em que o dirigente sindical age de acordo com aquele conjunto de símbolos que, úteis à orientação prática, encontram-se disponíveis e permitem que ele se considere enquanto sindicalista. Neste sentido, o ato

de “militar sindicalmente” constitui-se num processo composto por infinitas situações em que a ação e o engajamento da liderança mostram-se mais ou menos prováveis[73].

Observa-se que o grau de relações internacionais acumuladas pelas organizações sindicais brasileiras nas décadas de 1980 e 1990 influenciaram na produção de diferentes capitais simbólicos, vistos aqui como certo tipo de capital político, ou capital internacional. Implicaram, não apenas em diferenciações nas trajetórias das lideranças que serão alçadas ao campo internacional, mas, também, no perfil delas no que diz respeito a sua formação escolar e, sobretudo, nas experiências internacionais que permitem apreender de forma prática o *savoir-faire* deste espaço de relações políticas, bem como estabelecer uma rede de relações internacionais extremamente útil à composição de alianças, redes e projetos sindicais. Basicamente, o que se demonstra, aqui, é que as formas com que lideranças se engajam ao campo internacional reproduzem um estado de relações sociais anteriores, estabelecido na conjugação entre as estruturas sindicais nacionais e internacionais e os percursos individuais.

A partir da análise das entrevistas que seguem, observa-se o vínculo entre o desenvolvimento internacional nas organizações sindicais estudadas e os graus de restrição ou abertura para que determinados perfis ascendam internacionalmente. Ao mesmo tempo em que este campo impõe a necessidade de um *savoir-faire* sindical, bem como de competências especificas necessárias ao desempenho de atividades, tais capitais simbólicos não deixam de ser um produto de uma formação socialmente planejada, desenvolvida de modo estratégico pelas organizações e indivíduos. Esse

[73] Sobre o ato de militar e o engajamento, ver FIILLIEULE, Olivier. *Propositions pour une analyse processuelle de l’engajement individuel*. Revue française de science politique, vol. 51, nº 1-2, février-avril, 2001, p. 199-217. Presses De La Fondation Nationale Des Sciences Politiques.

processo reforça, então, a ideia de uma seleção social que contribuiria à conjugação entre as concepções de “militantes legítimos” e de “militantes capazes”.

Em relação à formação de “elites internacionalizadas”, Dezalay (2004) observa, justamente, a relação entre as condições sociais que prepararíam os indivíduos, desde a sua infância, ao acesso a um universo estrangeiro, em que os meios culturais e as aprendizagens linguísticas seriam as ferramentas que impulsionariam ao trânsito internacional, reforçariam e dissimulariam o caráter socialmente seletivo de tais práticas.

No intuito de buscar estabelecer um *elo* entre as possibilidades estruturais e a motivação para a entrada em outras arenas, avalia-se, a seguir, a peculiaridade dos dois setores estudados. Para isso, analisou-se de como militantes vivenciaram as transformações econômicas e como elas se incorporaram a um cenário de intervenção sindical internacional.

* * *

Para a análise da influência das estruturas sociais na subjetividade das lideranças sindicais, utiliza-se como referência o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1989), que instrumentaliza a relação entre as determinações objetivas e as práticas desenvolvidas no plano individual. Segundo o autor, enquanto um momento pré-reflexivo, o *habitus* antecede a ação, mais em termos de inconsciência do que de consciência. Basicamente, significa referir-se à incorporação das estruturas objetivas às predisposições existentes para se “perceber o mundo”. Segundo esta perspectiva, tais

disposições variam no decorrer do tempo e no curso de nossas experiências, além de transponíveis, já que têm efeitos sobre diversos momentos da experiência social.

Os processos de entrada no campo político internacional teriam então uma relação entre um espaço social nacionalmente estabelecido e a forma com que sindicatos e sindicalistas se internacionalizariam – de forma mais paulatina ou de forma mais abrupta e reativa. Para Offerlé (1996), não haveria condições de acesso previamente codificadas para a entrada no campo político, mas, sim, pré-requisitos que configuram o jogo de competição ali estabelecido. Tal competição, segundo argumenta o autor, estaria direcionada à luta por posições, pelo valor das posições ocupadas e, até mesmo, à luta pelo valor das qualidades requeridas para se ocupar determinada posição. Isto significa ponderar sobre o fato de que, a despeito das imposições impostas pelas estruturas sociais, existiria certa flexibilidade inerente ao campo político, e que ele seria definido tanto por meio de regras pré-existentes, como pelo estado da competição por posições.

Considera-se, aqui, a "entrada na política" como a entrada na política profissional encarada como carreira, no sentido weberiano de indivíduos que vivem da e para a política. No caso estudado, destaca-se que as formas de socialização política de trabalhadores ingressantes sejam casos típico-ideais, em se tratando de mecanismos pelos quais os agentes mais desprovidos de recursos simbólicos ou materiais pertinentes ao campo político encontram, nas organizações, os recursos coletivos que lhes permitem entrar no jogo político (LÉVÊQUE, 1996: 174).

A militância sindical seria, então, o resultado de um conjunto de variáveis oferecidas pela estrutura sindical, a qual se relacionaria tanto com as trajetórias desenvolvidas individualmente por lideranças, como com a peculiaridade dos contextos

que se imporiam de forma externa a elas. Conforme observam Tomizaki e Rombaldi (2009: 96):

> *O trabalho sindical, como todo trabalho ligado ao campo político, constitui uma ação instável que requer um aprendizado do conjunto de regras de funcionamento desse campo específico. Pode-se dizer que o acúmulo de aprendizagens específicas conjugadas a certas características pessoais dos sindicalistas constitui uma espécie de capital militante e político, que permite ao seu detentor ocupar um espaço legítimo no interior da entidade da qual participa.*

Tanto a estrutura do campo político, como as possibilidades abertas à sua modificação, delimitariam as possibilidades das formas assumidas pelas práticas sindicais. Segundo Bourdieu (1989: 165), "o campo político oferece um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente". As diferenças entre evocar símbolos internacionais frente a outros, nacionais, portanto, podem significar o mesmo que evocar o passado em relação ao futuro, a rigidez à mobilidade, o fechamento à abertura.

Isto constitui, não apenas as lutas simbólicas que permeiam o jogo de oposições e distinções internas aos sindicatos, mas contrapõe aqueles posicionamentos – estruturantes e estruturados – que se referem à forma de se fazer sindicalismo e que diferenciam organizações sindicais. A valorização de certas práticas e organizações internacionais – bem como a ocupação de cargos em seu interior – estaria, neste sentido, relacionada à capacidade de que dirigentes possam agregar, junto a velhos símbolos da militância que tradicionalmente os legitimaram –, outros, diversos, e úteis a um novo contexto das relações sindicais. As possíveis conexões e desconexões entre os

tradicionais métodos de negociação e as novas possibilidades oriundas do campo internacional trazem, então, ao âmbito sindical, diferenciações vinculadas às trajetórias sociais que implicam na continuidade ou abandono de uma carreira sindical tradicionalmente estabelecida no contexto nacional, e no domínio ou falta de recursos simbólicos que podem ser reconvertidos junto a novas características da ação sindical. Há, portanto, distintas condições sociais para a constituição das formas específicas do desempenho da militância[74], bem como ao acesso a posições internacionais.

Vale destacar, conforme observa Bourdieu, a percepção da experiência social é o resultado de uma dupla estruturação que se relaciona com as trajetórias dos agentes: pelo lado *objetivo*, ela é estruturada porque há autoridades legitimadoras que exprimem o estado das relações de força simbólicas, do lado *subjetivo*, a estruturação ocorre porque os esquemas de percepção e de apreciação também são produtos das lutas simbólicas anteriores. Com isto, o curso das experiências leva os agentes a se posicionarem em função de sua ascensão ou declínio social, o que possibilita avaliar certo movimento dos esquemas de percepção que vai para além das imposições objetivas. Sendo assim, analisar as práticas sindicais sob esta perspectiva, corresponderia a tratar aquelas imposições estruturais que definem não somente uma condição social, mas que tal condição, sob determinadas circunstâncias abriria certos espaços para reconfigurações dos esquemas de percepção.

Em se tratando de um campo relativamente novo para as organizações sindicais brasileiras, a arena internacional revela-se com um espaço composto por

[74] Sobre a constituição histórica das práticas sociais o conceito de *habitus* de Bourdieu (1989) se mostra bastante útil, por permitir a análise da relação entre as estruturas sociais e a constituição subjetiva dos agentes sociais, neste caso, os dirigentes sindicais. No mesmo sentido, é por meio da constituição de *campos sociais* – enquanto um espaço social que funciona como um sistema de desvios em que os discursos, atos e instituições definem-se relacionalmente – que a posição dos agentes tende à constituição de *habitus* específicos.

algumas incertezas, as quais propiciam a emergência da conjugação entre práticas moldadas no espaço nacional e aquelas que na esfera internacional são demandadas ou consideradas possíveis. Se, conforme observa Offerlé (1984: 693), certas regras do jogo não são dadas de uma vez por todas, sendo elas, então, objeto de diversas transações e ajustes no quadro de concorrências, pode-se considerar que a reconversão de capitais políticos torna-se uma estratégia significativa de readequação nestes novos espaços. Com isto, ao se depararem com dinâmicas estrangeiras, sindicalistas "moldados" sob lógicas locais tradicionais podem ser considerados menos atrativos ou, em certa medida, marginais nos processos de internacionalização.

Com relação às *práticas utilizadas no cotidiano sindical*, pode-se indagar sobre em que medida a construção de legitimidades – o que inclui a valorização de certos perfis de lideranças sindicais – se relaciona com a inserção sindical na esfera internacional. Entende-se que a valorização de uma liderança – a ponto de que permita que ela ascenda a cargos internacionais – ocorre quando ela é reconhecida a partir de variáveis sociais singulares que se relacionam. Seriam, principalmente, as características pessoais vinculadas à trajetória social do sindicalista, a propensão à mobilidade geográfica, ao aprendizado de idiomas e à administração de projetos internacionais que acabariam por se mostrar como ferramentas de suma importância ao acesso a espaços e cargos em organizações internacionais.

Tais características alinham-se àquilo que é observado por Wagner (2004:19), ou seja, a antiguidade dos sindicalistas aumenta a capacidade de que eles identifiquem os seus interlocutores, conferindo certa segurança e o sentimento de estar no seu lugar. Um lugar que, no caso dos meios internacionais, poderia tornar-se desorientador. Para a autora, isto demonstra certo contraste entre os recursos simbólicos

adquiridos simplesmente através de meios acadêmicos e os adquiridos nas práticas cotidianas. Segundo ela, o fator "pessoal" é construído como um recurso social e simbólico central, que regularmente é oposto ao anonimato dos especialistas. Neste caso, as capacidades requeridas para tornar-se "um grande sindicalista" no âmbito internacional legitimam-se, não tanto em função dos percursos acadêmicos, mas, sobretudo, quando são adquiridas de modo original, comumente relacionadas à trajetória de militância (WAGNER, 2004: 19 – 21).

A partir disto, são enfocadas algumas fases específicas da trajetória dos sindicalistas, entre elas: o recrutamento para o movimento sindical nacional e a trajetória de ascensão, tanto em termos da ocupação de cargos nacionais, como no que se refere àqueles cargos que tenham algum vínculo com a esfera internacional; a formação escolar das lideranças e a sua relação com o aprendizado das práticas sindicais locais; e, finalmente, as situações de estabelecimento ou de exclusão no jogo político.

No caso das telecomunicações, em função das privatizações ocorridas em 1998 e da subsequente renovação dos quadros sindicais, lideranças remanescentes do período estatal passaram a desempenhar suas atividades em conjunto com aquelas recém-ingressantes, oriundas de uma nova composição do setor. A partir disto, como observado em estudo anterior (ROMBALDI, 2007), a desconexão entre as interpretações sobre as formas em que o desempenho da militância deveria ocorrer para ser valorizado, desenvolveu-se na conjunção entre elementos simbólicos já tornados legítimos no interior do SINTETEL e as transformações no setor de telecomunicações e que requereram a sua modernização. Neste caso, o conceito de geração se mostrou conveniente para a análise das lideranças do sindicato em função de que permitiu

avaliar em que medida os diferentes grupos de sindicalistas se relacionaram com a emergência de um campo sindical internacional.

A abordagem geracional é útil para a análise de como se relacionaram certos grupos metalúrgicos, tal como bem observado no estudo desenvolvido por Tomizaki (2007) sobre a constituição de uma cultura operária no ABC paulista. No entanto, para a avaliação de como esta categoria profissional se internacionalizou no Brasil, tal abordagem implicaria em dificuldades no estabelecimento da composição de unidades geracionais. A principal razão disto reside no fato de que, como vimos anteriormente, ainda que os metalúrgicos do ABC tenham um papel significativo na dinâmica de internacionalização metalúrgica de modo mais amplo, ela esteve vinculada a diversos grupos sociais nacionais que se articularam, o que poderia trazer certa vulnerabilidade a uma análise com esta característica. No entanto, cabe uma ressalva. Tendo em vista que os sindicalistas metalúrgicos estiveram vinculados a contextos, acúmulos históricos e condições sociais que moldaram tanto aqueles que *consumiram*, como aqueles que passaram a *protagonizar* na arena internacional, não se pode desconsiderar a formação de certos grupos e perfis que permearam estes processos de internacionalização.

Sobre as gerações, a autora, utilizando a obra de Karl Mannheim faz a distinção entre as concepções de contemporaneidade e de proximidade de idades em que o pertencimento a distintas gerações etárias faz com que as interpretações sobre os tempos presente e passado bem como sobre as expectativas para o futuro se deem de maneira distinta. No entanto, a autora sublinha que o pertencimento a uma mesma faixa etária não necessariamente implica no estabelecimento de um conjunto geracional. Antes, tal pertencimento significa a potencialidade para a participação em experiências capazes de criar laços de solidariedade. Para tanto, segundo ela, para o estabelecimento

de um conjunto geracional há a necessidade da partilha de uma *comunidade espacial*, ou ainda, de uma *comunidade de destino* que oriente a significação e assimilação da experiência vivida. Com isto, incorporam-se à ideia de geração aquelas imposições espaciais concomitantes às trajetórias específicas de cada grupo social. Sendo assim, no presente estudo, propõe-se a utilização do conceito de *unidades geracionais*, em que tais unidades constituem certa *ressonância em comum*, organizada de maneira análoga entre indivíduos ligados entre si (TOMIZAKI, 2007).

Constata-se, assim, que as diferenças entre os grupos de dirigentes sindicais das telecomunicações – seja em função da mudança do perfil dos sindicalistas ou da diferença entre experiências vivenciadas no trabalho – permitam pensá-los enquanto unidades geracionais que estão relacionadas à posse de saberes, bem como à predisposição em adquiri-los. Como apresentamos a seguir, dirigentes que estavam bem posicionados na hierarquia das organizações sindicais estudadas durante o processo de "abertura sindical" estiveram em vantagem no que diz respeito às possibilidades de se inserirem nestas novas esferas de ação. Destaca-se, principalmente, que aqueles dirigentes provenientes do período estatal e que se mantiveram no sindicato foram capazes de conjugar velhos símbolos e práticas sindicais a outras, vinculadas a uma reconfiguração do setor.

Para ambos os setores estudados, neste caso, avalia-se que a conjunção entre saberes adquiridos por sindicalistas – em períodos anteriores à intensificação da internacionalização das relações sindicais nos anos 1990 – e àquelas experiências internacionais apreendidas durante este processo permitiu que eles pudessem ocupar um papel protagônico na inserção dos sindicatos junto a outras esferas. Em outras palavras, esta articulação entre saberes e experiências implicou em um ciclo virtuoso, em que a

posse de capitais simbólicos anteriores resultou no apossamento de capitais políticos entendidos como *capitais internacionais*. Como veremos, eles são expressos, por exemplo, por meio de redes de contatos internacionais, na distinção social provocada por viagens a diferentes países e no domínio de diferentes idiomas. Assim, demonstram a ampliação, não apenas da valorização de certas características sociais que não necessariamente detinham valor de uso no espaço sindical nacional, mas, também, ainda que de modo restritivo, aumentaram as possibilidades para as carreiras sindicais.

As lideranças destacadas a seguir, em ambos os setores estudados, foram selecionadas em função de terem se relacionado com esfera internacional por meio do acesso a cargos internacionais, seja em secretarias de relações internacionais em organizações nacionais, ou diretamente nas organizações sindicais de caráter internacional. Neste sentido, foram analisados os vínculos entre a composição dos percursos individuais e das organizações que rumaram ao campo internacional.

Lideranças internacionalizadas entre os metalúrgicos

Conforme observado anteriormente, o desenvolvimento de um protagonismo internacional metalúrgico esteve vinculado ao crescimento paulatino de sua inserção nestes espaços, principalmente desde a década de 1980 até os dias atuais. Inicialmente, pôde-se observar que o desenvolvimento das relações internacionais entre metalúrgicos se sucedeu por meio de contatos estabelecidos com sindicatos estrangeiros que se solidarizavam com os brasileiros em casos de greves, faziam visitas e os convidavam para cursos e reuniões no exterior, principalmente na Europa. Neste caso, as práticas internacionais desenvolvidas por metalúrgicos desde a década de 1980, foram estabelecidas de modo independente da FSI do setor. No Brasil, em um primeiro momento, elas se basearam nos contatos estabelecidos de maneira bilateral, ou com o apoio da central sindical. Aos poucos, tais contatos foram possibilitando que metalúrgicos do país se integrassem a espaços internacionais de maneira mais ampla, por meio de estratégias articuladas, comitês por empresa, cursos de intercambio e visitas, bem como através da ocupação de espaços internacionais por parte de suas lideranças.

As novidades da internacionalização

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, nasceu em 1957 no interior do Estado do Rio Grande do Norte, tendo migrado para o estado de São Paulo com 19 anos de idade. Em 1977, associou-se ao sindicato e, logo depois, nos anos de 1979 e 1980, já estava participando das grandes greves metalúrgicas ocorridas no ABC, em que fez parte da Comissão de Mobilização. Em 1981, foi eleito vice-presidente do SMABC, sendo cassado em 1983. Posteriormente, em 1987, Vicentinho foi eleito presidente do sindicato e reeleito nos anos de 1990 e 1993, afastando-se no ano de 1994 para assumir a presidência da CUT. Desde 2002, ocupa a posição de deputado federal.

A primeira viagem internacional realizada por Vicentinho foi realizada com a FITIM em 1982 para a cidade de Berna, na Suíça. Ainda no começo de sua carreira sindical, ele já se destacava a ponto de viajar representando o sindicato. Naquela viagem, em que o objetivo era participar de um seminário internacional sobre "máquinas e ferramentas", Vicente se recorda de que o debate promovido estava relacionado aos impactos da utilização de novas tecnologias no mundo do trabalho, e observa que, na Suíça, teve os seus primeiros contatos com as ideias de normas internacionais do trabalho. Ele nunca havia saído do país até aquele momento.

> *Depois das greves de 1980, o nosso sindicato era muito convidado para visitar o mundo inteiro, dada a repercussão das greves.*
>
> *A minha segunda viagem internacional foi também nos anos 1980, não sei bem o ano (...) fomos para a Alemanha, era uma viagem*

> *programada e patrocinada pela igreja evangélica luterana na Alemanha e vinculada a uma oposição metalúrgica de lá. Esta reunião era com três companheiros da Mercedes, três da Volks, três da GM, e três da pastoral operária. Fomos em 12 e passamos mais de 30 dias lá visitando muitas fábricas. Esta viagem foi marcante, pois descobrimos os direitos que os trabalhadores tinham lá e que nós não tínhamos aqui, como a comissão de fábrica, por exemplo. Disto foi criado um grupo de solidariedade entre trabalhadores alemães e brasileiros. É um grupo que continua existindo.*

Para o entrevistado, as viagens internacionais eram algo novo, especial. Era o momento em que se conheciam novos "companheiros", estabeleciam-se laços de solidariedade que em certos momentos aparentavam naturais, afinal, eram trabalhadores de fábrica, sindicalistas. E entre a dificuldade em datar os anos de suas participações em tais atividades, nota-se que elas serviram como porta de entrada para o intercâmbio internacional. E o protagonismo alcançado pelo SMABC nas greves do final dos anos 1970 e começo dos 1980, em um período em que se buscava a redemocratização do país, foram elementos que chamaram a atenção para o sindicato.

Conforme aponta o depoimento de Vicente, os intercâmbios internacionais nem sempre estavam ligados a estratégias objetivas a serem aplicadas localmente, já que parte das atividades tinha um caráter de formação sindical. No entanto, ainda que não se possa indicar que tais atividades visassem ao estabelecimento de estratégias de ação articuladas, tal como passou a acontecer nas décadas seguintes junto a ETN´s, o depoimento indica que os contatos internacionais foram de suma importância para a consolidação do movimento sindical brasileiro, entre eles, para a construção da CUT. Segundo ele, isto era expresso em

grande medida por meio da realização de constantes visitas de apoio e do envio de recursos para a realização de atividades sindicais nacionais.

> *Eu me lembro que na greve de 1980 vieram dois companheiros dos EUA que nos ajudaram, eles vinham aqui, participavam das assembleias. Depois eles continuaram a participar conosco, quando a democracia já estava acontecendo. Eu não me lembro o nome dele... mas plantamos uma árvore em homenagem a ele, ao apoio que ele deu para gente na época. Ele era dos metalúrgicos dos EUA. Acho que tinha cargo na secretaria de relações internacionais... mas não era o presidente não.*
>
> *Houve uma campanha nos EUA para mostrar da nossa luta aqui, e o Steiner – que hoje ele está na OIT – organizou a agenda do Lula nos EUA para contar a nossa luta aqui. Foi no período pós-greve... era em 1981, por aí.*

Esta entrevista demonstra não apenas uma memória rica em experiências sindicais, mas lembranças carentes de detalhes sobre o passado das relações internacionais experimentadas por ele. Sintomático de um período em que as práticas sindicais internacionais eram realizadas por meio de demonstrações de solidariedade que não deixou de contribuir para a internacionalização do movimento sindical nacional. O saudosismo direcionado à época e aos "companheiros de luta" é marcante no depoimento de Vicentinho, na imagem que projeta de si e do grupo a que pertencia. O seu depoimento é repleto de registros emotivos, que relembram uma história de sucesso no movimento sindical e que se misturava com o reconhecimento por parte de lideranças de outros países.

> *Vicentinho: Mauricio, tá vendo aquela máscara?! Eu ganhei da central sindical da África do Sul... da...*
>
> *Mauricio: Da COSATU?*

> *Vicentinho: Sim, da COSATU. Quando eu ganhei estava no sindicato, nem estava na central, eu ganhei em 1982. Em 1983 nós fomos cassados pelos militares e falaram para pegar as coisas pessoais correndo porque o exército estava chegando. Eu levei a máscara, e quando eu voltei para o sindicato, eu trouxe a máscara de volta.*

Na época em que participou de atividades internacionais, a formação de Vicentinho se resumia ao ensino médio concluído no final dos anos 1970, além de cursos técnicos, como o realizado no SENAI em 1978. O percurso social ascendente no meio sindical fez com que ele identificasse, talvez, não uma necessidade, mas um querer voltar aos estudos. Eram saberes que estavam incompletos em sua trajetória. Foi no final dos anos 1990, que ingressou no curso de direito em uma faculdade em São Bernardo do Campo "com a autorização da CUT", nas suas palavras, e concluiu o curso no ano de 2003. Sobre a o aprendizado de idiomas estrangeiros e o seu uso junto a sindicalistas de outros países, Vicentinho relata:

> *Eu quis fazer o curso de inglês porque a primeira coisa que me incomoda é, quando eu vou viajar para outro país, sentir aquela barreira muito grande, uma paredona. Você é um analfabeto quando está lá fora. O outro tem que falar para você, tem que ler para você e eu sempre tive vontade de falar inglês. Então, eu ia estudar, fazer o curso de inglês. Não me lembro qual era o ano. Não sei se foi em 1994. Só sei que resolvi estudar ainda na presidência do Sindicato. Então, discuti com a diretoria e comecei a estudar. Eu estudei até um certo ponto de maneira que, hoje, eu não passo fome quando vou lá fora, mas não sei conversar. Às vezes, eu faço uma pergunta e o cara me dá a resposta e aí é que é duro: o cara fala muito, mas podia dizer só sim ou não (risos).*

Para onde vamos com a internacionalização

Kjeld Jacobsen, secretário de relações internacionais da CUT por quase dez anos (1994-2003), nasceu na Dinamarca em 1955, teve a sua primeira grande viagem internacional logo aos nove anos de idade, data em que a família migrou para o Brasil. Sendo o mais velho de quatro irmãos, atualmente, é o único da família a permanecer no país. Ele mesmo avalia que, embora fosse o filho mais velho, foi quem se adaptou melhor, fincou raízes. A razão desta adaptação, segundo relata, seria o ingresso no movimento sindical brasileiro que perdura desde os anos 1980. A naturalização brasileira ocorreu em 1987 em função de que era necessária para que ele pudesse se candidatar na chapa do sindicato.

De forma clara e pausada, relata que teve seu primeiro emprego no ano de 1975 em uma empresa metalúrgica na cidade de São Paulo. No entanto, afirma que a sua vida sindical se iniciou quando estudava em uma escola técnica industrial na cidade de Campinas. Era uma escola salesiana em que, segundo ele, havia a influência da *teologia da libertação* e onde "surgiu a primeira oportunidade de se discutir a ditadura militar, de ser contrário a ela e de ver o que era a esquerda e o que era a direita". Em 1976 Kjeld começaria a trabalhar na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), uma empresa estatal de energia em que se interessava por discussões políticas que ocorriam, mas ainda não se envolvia ativamente. O final dos anos 1970 foi marcante para ele, principalmente pelas grandes greves no ABC. Naquele momento, o sindicato que representava os trabalhadores da estatal teve sua composição política dividida, "foi um racha", e um dos candidatos se

apresentara como o candidato da mudança, algo “bastante tentador em uma época em que havia os interventores... mas no final, vimos que era um pelego”. Naquele momento, Coen já era associado do sindicato, pois havia ingressado sem que soubesse, durante o seu registro na empresa.

O entrevistado relembra que, neste período, houve uma liderança que tentara articular uma chapa de oposição ao sindicato no final dos anos 1970, “esta sim autêntica”, mas que acabara demitida pela empresa durante o governo Maluf. Naquela época, ele recorda que não era possível a ele participar da chapa, era estrangeiro. Assim, seu trabalho sindical se concentrava em apoiar participando de assembleias e processos eleitorais. Em 1981, esta chapa ganha as eleições do sindicato e, com eles, relata ter se inserido de vez no movimento sindical.

Quatro anos mais tarde, Kjeld foi eleito como representante sindical na empresa, uma espécie de delegado sindical, em que não havia problemas pelo fato de que ele fosse estrangeiro, e é neste momento que identifica a sua entrada definitiva no movimento sindical. A partir disso, aprendera a militar, a participar do jogo político. Era o momento em que se iniciavam os preparativos para as eleições sindicais de 1987. Nesta época é que ele relata tomar a decisão de se naturalizar, já que ele já se destacava como uma das lideranças mais atuantes na CPFL.

O grupo de Kjeld foi eleito neste momento, assim, ele passa a assumir o cargo de secretário geral do sindicato e a participar de reuniões da CUT a quem o sindicato havia se filiado. Estavam lançados os pilares para que esta liderança passasse a vivenciar experiências na central e a se inserir no meio internacional.

> *Naquela época eu ainda não pensava na área internacional, mas eu olhava um pouco, começava a participar de reuniões da CUT.*

> *Em 1991 eu fui eleito para a executiva da CUT como 2º secretário. E tinha algumas viagens para o exterior. E foi a segunda vez que eu saí do país, antes eu havia ido apenas ao Paraguai – não estou contando a viagem de vinda ao Brasil – e esta viagem foi para a Dinamarca, uma delegação da CUT visitando a LO. E o cara que trabalhava na área internacional lá era meu conhecido, ele veio ao Brasil e sugeriu que eu fosse incluído na delegação. Como eu tinha acabado de entrar na executiva, foi meio que natural que eu fosse. E eu fui.*

Pelo fato de ser estrangeiro, desde início, este sindicalista demonstrava ter a posse de elementos valorizados na esfera internacional, seja o domínio de outros idiomas além do português, seja o trânsito internacional que um sindicalista "estrangeiro/brasileiro" podia aparentar, pela rede de contatos prévia na central sindical dinamarquesa. Relata que, quando percebera a possibilidade de que fosse aberto um espaço na secretaria de relações internacionais da CUT é que decidiu buscar a posição em tal espaço:

> *Eu falava dinamarquês e português... e o inglês um pouco para me comunicar. E essa coisa de ter contato com sindicalistas de outros países foi o que me interessou desde o começo. Eu tive inglês no colegial, sete anos direto, o que ajudou muito com vocabulário, com a estrutura. Eu sempre me dei bem nas aulas de inglês, eu tinha facilidade. Quando eu decidi que ia disputar o cargo internacional, eu comecei a fazer um curso de conversação de inglês, em 1993. Em 1994 eu fui eleito na CUT e comecei a viajar para caramba, e daí eu aprendi na prática. Eu fiquei até 2003 neste cargo.*

Ele assume o cargo de Secretário de Relações Internacionais da CUT em 1994, em um momento em que a internacionalização da central estava latente. Filiada desde 1992 à CIOLS/ORIT, Kjeld observa que um dos seus objetivos no cargo, naquela época era o de

desenvolver políticas da central, não apenas com relação a sua filiação internacional, mas com relação às políticas para a área de um modo mais geral. Nas palavras dele "isso só acontece participando, entendendo a lógica das posições, o funcionamento da OIT, por exemplo". Ainda segundo Kjeld, a entrada da CUT no campo internacional foi embasada por um processo de amadurecimento interno, resultado de relações bilaterais junto a países como Suécia, Holanda, Alemanha, França, Itália, Espanha, África do Sul, Canadá e outros países da América Latina, além de debates e processos formativos no interior da central:

> *Tem um programa de formação sindical da CUT que era ´ práxis e concepção sindical ´ e que tinha um módulo que era de sindicalismo internacional, até 1991, e que falava: ´ aqui tem três centrais sindicais mundiais, esta aqui é comunista, esta aqui é socialdemocrata, esta aqui é cristã ´ e explicava então porque nós éramos autônomos. Era uma capacitação para explicar porque éramos autônomos. Isso muda já no começo dos anos 1990, sobre o que era a CIOSL, o que ela representa, a posição dela com relação a isto e aquilo, quais são os aliados que podemos buscar.*

Entre os principais desafios assumidos em 1994, ele observa o início de uma proposta sindical em que se estabelecesse uma articulação entre organizações do hemisfério sul, bem como aprofundasse o acompanhamento das políticas desenvolvidas no nível da CIOSL. Dois exemplos imediatos de tais ações foram o acompanhamento das mudanças na secretaria geral da CIOSL em 1994 e a reunião estabelecida em 1995 entre CUT, COSATU e KCTU na Coréia do Sul.

Para Jacobsen, as possibilidades de se ocupar um cargo sindical internacional não estão relacionadas à formação escolar de determinada liderança. No mesmo sentido, com base na sua experiência, identifica que em diversas organizações sindicais

internacionais estabelecidas no exterior, determinadas posições são ocupadas por funcionários contratados e não dirigentes oriundos de sindicatos de base, o que, segundo ele, seria questionável por poder tornar o sindicalismo internacional menos sensível às necessidades de trabalhadores nacionalmente estabelecidos:

> *Existem situações piores, há casos em que alguém que ocupa uma posição de destaque na organização internacional de grande porte nunca foi sindicalista na vida. No sindicalismo de outros continentes, é muito comum que o advogado vire tesoureiro e depois vire presidente.*

A valorização de suas cerca de três décadas dedicadas ao movimento sindical, baseadas em uma ascensão que pouco esteve relacionada à formação escolar em nível superior, faz com que ela seja convertida na interpretação daqueles que ocupam cargos internacionais semelhantes àqueles que ele mesmo ocupara. Tendo concluído o curso técnico no ano de 1974, é entre 2006 e 2009 que Kjeld completa o curso universitário de relações internacionais. Naquele momento, ele já havia saído da CUT.

Convém, aqui, fazer uma analogia entre o papel dos sindicatos e aquilo que fora observado por Bernard Pudal (1989) com relação aos partidos políticos. Segundo ele, os partidos podem ser considerados como um caminho contrário àquele "natural" aos operários, possibilidades de ascensão restritas aos de um operário-modelo que seguiria carreira na empresa. O autor avalia operários franceses que, sem a posse de capitais sociais que lhes permitissem romper barreiras sociais, percebiam as dificuldades de desenvolver estudos superiores, desistindo, assim, de ingressar em espaços alheios a eles. O autor observa que, desistindo de realizar tais estudos, eles centrariam seus esforços em se tornarem operários técnicos qualificados, mas que, em determinados casos, não deixaria de

ser algo “doloroso”. Assim, o engajamento político se apresentaria como uma perspectiva possível.

Sim, somos internacionais

Valter Sanchez, o atual secretário de Relações Internacionais da CNM, relembra que fora um militante desde os tempos de adolescência e observa que o engajamento sindical não deve ser visto sob a perspectiva de carreira. Conforme ilustra, algumas vezes, existe a necessidade de que se assumam funções no sindicato que não representam a linearidade de uma carreira. Este é o caso dele, quando também passa a assumir um cargo na Secretaria de Comunicação do SMABC nas últimas eleições.

Além do cargo internacional, o entrevistado é o atual Diretor de Comunicação do SMABC e, com isso, responsável pelos projetos de TV e de rádio do sindicato. Na confederação, ele assumiu a posição de secretário geral em 2007, quando o secretário anterior transferiu-se para a FITIM, em Genebra, no final do ano anterior. Desde 2008 Santos é membro do Conselho Mundial de Administração da Daimler, um espaço previsto pelas leis alemãs para a gestão empresarial dialogada, em que trabalhadores escolhem a metade dos representantes do conselho diretivo da empresa. Tal fato foi bastante significativo, dado que é o primeiro e único brasileiro eleito para participar deste conselho.

Com pais paulistas, ele nasceu em 1964, no interior do Paraná, dada a migração da família para lá com o objetivo de que o pai trabalhasse como contador na no setor cafeeiro do norte daquele estado. Quando a produção cafeeira diminuiu naquela região, a

família retornou para o estado de São Paulo. Foi nesta época, quando ainda era criança, que ingressou em uma escola pública vinculada à Universidade de São Paulo, por meio de um sorteio. Lá, Santos realizou o ensino fundamental completo, mudando de escola somente no ensino secundário em função da opção pelo ensino técnico.

Metalúrgico desde o ano de1981, Santos conta que começou a militar desde o ensino secundarista. Começou a trabalhar em fábrica desde os 17 anos, como estagiário, mas afirma "naquela época já trabalhava na produção". Quando foi efetivado na empresa, é que ele começa a militar junto aos metalúrgicos na oposição sindical de São Paulo. Depois disto, no ano de 1985 ele vai para São Bernardo do Campo, na Rolls-Royce. Três anos depois, ele vai para a Mercedes, onde realiza um caminho muito comum entre dirigentes sindicais: é eleito para a CIPA, entre 1989 e 1990, onde adquire estabilidade no emprego. Em 1992 foi eleito membro da Comissão de Fábrica.

A relação deste sindicalista com os estudos foi casual. Na época em que trabalhava na Rolls-Royce, na metade dos anos 1980, ele ingressou no curso de Geografia da USP. Mesmo sem que ele tenha exercido a profissão de geógrafo, durante aquele período, ele comenta que cogitou realizar pós-graduação e sair da fábrica. No entanto, ele afirma que suas raízes junto aos metalúrgicos foram mais fortes.

Pode-se supor que a escolha feita por esta liderança em manter-se em um percurso direcionado ao interior da categoria metalúrgica e sindical esteja relacionada às críticas que ele destina àqueles perfis sindicais que foram moldados a partir de uma trajetória em que a formação escolar foi a base principal e que ocupam cargos estratégicos dentro de organizações internacionais. Ele se refere principalmente à observação de que em determinadas FSI´s, existiriam políticas de profissionalização de certas áreas, em especial as orientadas às relações internacionais, o que poderia vir a burocratizá-las.

Santos observa que, para ele, a comissão de fábrica fora uma espécie de iniciação às atividades internacionais, as quais viria a desempenhar posteriormente. Na época da comissão, eles recebiam sindicalistas de outros países que visitavam a fábrica, no entanto, na metade dos anos 1990 é que os intercâmbios sindicais teriam ganhado força. Relata que, ao redor de 1995, houve dificuldades em negociações com a empresa, momento em que ele servia como intermediário entre as lideranças de outros países e a comissão de fábrica. Santos observa que havia estudado inglês apenas na escola, mas que tinha se tornado fluente no idioma devido ao fato de que na Rolls-Royce, uma empresa inglesa, o idioma era utilizado constantemente.

Neste mesmo ano, os trabalhadores que compunham a comissão de fábrica passaram a debater sobre a necessidade de que alguma liderança aprendesse o idioma alemão, já que o inglês era insuficiente nos contatos que eram estabelecidos junto aos alemães. Foi neste momento que Santos se ofereceu como voluntário, e, através de um acordo, a empresa pagou por um curso em uma escola no próprio ABC paulista. Foi a partir de então, que o seu papel nas relações internacionais entre trabalhadores na Mercedes, bem como no sindicato, passou a se aprofundar. No entanto, conforme salienta o próprio Valter, "o idioma ajudou, mas se você tem o idioma e não tem a militância, não adiantaria".

Ele observa, ainda, que a partir dos anos 1990, as relações entre trabalhadores brasileiros e alemães passaram a se intensificar:

> *Nos anos 1980, o intercâmbio era entre dirigentes sindicais. Nos anos 1990 ele foi mais intens,o porque estava havendo a reestruturação produtiva e, na Alemanha, o processo aconteceu uns dois ou três anos antes que no Brasil. E a empresa dizia que o sindicato de lá havia gostado. Então, se era tão bom, pleiteamos*

> *que a empresa custeasse que nós fôssemos lá na Alemanha ver a experiência deles (...). Fomos em dois grupos grandes para lá em 1993 e1994. Eu estava no primeiro grupo. Aquilo foi determinante pra estabelecer um processo de negociação pra reestruturação.*

Naquele momento, o alemão desempenhou um papel estratégico na apresentação das transformações que a reestruturação da organização produtiva na empresa traria. Fato curioso é que a volta ao Brasil foi marcada, não apenas por um processo de negociação, mas, porque o acordo realizado entre sindicatos brasileiros e a empresa, foi avaliado por sindicalistas brasileiros como superior ao estabelecido na Alemanha, considerando as garantias para os trabalhadores durante a implementação das transformações na produção. Segundo observa Valter, a partir de 1998, quando a Mercedes realiza o processo de fusão com a Chrysler é que sindicalistas perceberam a necessidade de que se constituísse um mecanismo mais orgânico para o acompanhamento das transformações que se desenvolveriam na empresa. Com isto, no ano 2000 foi criado o Comitê Mundial da Empresa.

Em 2004, Valter Sanchez ingressa na CNM como Secretário de Organização, passando a ter atribuições relativas ao campo internacional, principalmente no que se referia à indústria automobilística e à Mercedes. Nas palavras dele: "como eu tinha experiência com a empresa e muitos contatos, eu acabava fazendo trabalho internacional". A partir de 2007, com a saída de Fernando Lopes da Secretaria Geral da confederação para a FITIM, Santos passa a ser o responsável pelas relações internacionais da CNM. Em 2008 ele se torna membro do Conselho de Administração da Daimler, onde, por meio de reuniões anuais, passa a ter acesso a informações estratégicas da empresa – o que permite, por parte do sindicato do ABC, antecipar movimentos estabelecidos por ela –, bem como participar do próprio processo de definição do planejamento produtivo.

Segundo o sindicalista, a FITIM ainda teria como característica ser eurocêntrica, em função da força dos sindicatos europeus, as organizações que fazem as maiores contribuições em termos de pagamento de cotas de filiação. A influência brasileira na federação internacional estaria mudando. Nas suas palavras:

> *Na formação da CUT nos anos 1980, era época da ditadura militar, período que precisávamos de muita solidariedade internacional, era praticamente uma coisa unidimensional, a gente precisava de dinheiro, teve dos italianos, dos americanos, cotas sindicais... foi de mão única. Não foi de troca como é hoje, tanto que muitos tinham uma visão de que éramos pobres coitados que dependíamos da ajuda deles, que eles vinham pra nos ensinar ou íamos lá pra aprender. Temos que ver que é um processo, que eles têm uma realidade, nós temos outra e podemos cooperar pra os dois ganharem. Mas tem gente que ainda pensa assim.*
>
> *Hoje, temos multinacionais brasileiras, por exemplo, a Gerdau e que nós demos ajuda aos americanos. Temos a Embraer, a Marcopolo... e temos condições de ajudar os companheiros de outros países.*

As palavras de um sindicalista internacional acostumado a ocupar altos cargos da hierarquia sindical, escolarizado e com experiência de militância em um setor e região marcados por inúmeras histórias de mobilização bem-sucedidas depõem em favor de uma valorização de si e do coletivo a que pertence de forma a contrastar com uma visão de "dependência de uma ajuda exterior". O perfil desta liderança e a trajetória sindical em que brasileiros passam a ocupar cargos em comitês mundiais de empresas se somam a uma nova conjuntura econômica do país. Agora, são os brasileiros os que negociam diretamente com matrizes de inúmeras ETN´s brasileiras que se internacionalizaram.

Santos nota, ainda, que a visão que os sindicatos estrangeiros têm dos brasileiros já mudou bastante. Ele relembra que houve um congresso metalúrgico, no qual estiveram presentes 42 sindicalistas de cerca 20 países, em certo momento pode-se escutar "como é que vocês sabem de tanta coisa?!".

Com relação ao desenvolvimento de relações internacionais na CUT e ao processo de filiação na ORIT, no começo dos anos 1990, ele se intitula como uma pessoa pragmática:

> *A relação internacional não pode ter o viés ideológico, tem que ser pragmática. Uma coisa é a relação internacional do partido político, eu sou do PT, já fui do PCB. Agora, uma central sindical tem que ultrapassar a barreira ideológica, tem que tratar com todos. Teve uma época que era muito forte esta coisa da AFLCIO, que tinha uma posição muito complicada (...) Tinha financiado sindicato amarelo. A social-democracia também fazia a mesma coisa, a Europa financiava sindicatos anti-comunistas. Isto poluiu muito.*

Para Válter, o término da guerra fria e o esfriamento das oposições entre Ocidente e Oriente foram sinais de novos tempos, de uma época em que o sindicalismo brasileiro deveria intensificar a sua inserção no cenário global. Para ele, "a opção da CUT com relação à filiação foi pragmática, correta".

CNM, de ponto de chegada a ponto de partida

Desde 2007, Fernando Lopes ocupa o cargo de secretário geral adjunto da FITIM, função que deixou de ser definida por nomeação, quando passou a entrar nos

processos eletivos da federação no 32º congresso mundial de Gotemburgo, na Suécia, em 2009. Antes de ser nomeado, ocupara a posição de Membro do Comitê Executivo da federação internacional entre os anos de 2003 e 2005.

Lopes apresenta a trajetória comum de um dirigente sindical bem sucedido, o qual migra de um sindicato municipal para organizações sindicais de maior abrangência no centro do país. Engenheiro mecânico nascido em 1960 no Maranhão, filho de pai dentista e de mãe assistente social, migrou para a Bahia em 1987 após ter sido demitido em duas empresas por ter participado de greves, o que implicara, afirma, na sua entrada na "lista negra das empresas", o que lhe impedia de encontrar novos empregos. A saída encontrada por ele foi mudar de região para trabalhar como engenheiro em uma empresa estatal, a Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) em 1987, privatizada em 1989 através da venda para a Gerdau.

Sua militância política se inicia na União Nacional dos Estudantes (UNE), na participação da fundação do PT e no sindicato dos engenheiros do Maranhão, do qual foi diretor na metade dos anos 1980. Na USIBA, ingressa na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA) e passa a participar das atividades desenvolvidas pelo sindicato dos metalúrgicos da Bahia. Em 1991 foi eleito para a direção do sindicato baiano e, em 1992, para a diretoria da recém criada CNM onde assume diferentes cargos até a sua saída para a FITIM.

Quando assume a secretaria de formação na confederação em 1995, conta que passou a perceber a necessidade de que dirigentes sindicais tivessem o domínio de idiomas estrangeiros. Naquele momento, Fernando não apenas passava a desenvolver projetos canalizados pela secretaria de formação da CNM, mas passava a vivenciar, ele mesmo,

tanto o crescimento de articulações sindicais junto a organizações de outros países, como o desenvolvimento da participação da própria confederação no interior da FITIM.

Relata que foi a partir disto que a CNM passou a liberar suas lideranças e funcionários para o aprendizado de idiomas e a promover viagens de intercâmbio. Tais viagens eram coordenadas junto a sindicatos espanhóis, canadenses e alemães, os quais receberiam, não apenas Fernando Lopes, mas também outros dirigentes da confederação brasileira, sendo eles Marino Vani e Tarcísio Secoli. O acordo com estas organizações era de que o sindicato hospedeiro financiaria a hospedagem e o curso de idiomas, enquanto que a CNM se responsabilizava pela compra de passagens aéreas e as diárias do participante. A experiência de Fernando foi junto ao CAW, no Canadá, onde, durante o período do programa, estudava inglês diariamente e cumpria um cronograma de formação sindical proposto pelo sindicato.

No entanto, para Fernando Lopes, o domínio de idiomas não era propriamente uma novidade. Desde os tempos em que cursara engenharia, iniciou o aprendizado de inglês técnico, que era necessário à leitura de manuais. Ainda, por meio de atividades sindicais internacionais da confederação é que desenvolveu o aprendizado do espanhol, do italiano e do francês, estes dois últimos que, segundo ele, “dão para o gasto”.

Para o dirigente, porém, existiria certa indisposição por parte de alguns sindicalistas com relação à valorização dos estudos de idiomas:

> *Tem um programa para estudar inglês, mas lá [na CNM], os dirigentes não se interessam e apenas os funcionários utilizam. Faltam voluntários. Na minha época ninguém dominava idiomas, era uma necessidade da CNM. Agora, é uma necessidade de longo prazo, porque é sanada atualmente. É um erro não pensar nisso para o longo prazo. É um erro não cuidar disso. As decisões são*

> *em bares, em café-da-manhã. E não há como carregar o tradutor 24hs por dia.*

Lopes afirma que, antes de ingressar na confederação, jamais planejara ocupar uma posição sindical internacional. Foi a partir do momento em que assumira a Secretaria de Formação da entidade e, posteriormente, a Secretaria Geral, em 2001, que passara, aos poucos, a assumir responsabilidades internacionais. No entanto, o início da sua trajetória como sindicalista esteve atrelado a uma dinâmica de inserção de empresas aos processos de globalização. Já no começo de sua carreira, Fernando não apenas trabalhara em uma empresa que foi privatizada, mas em uma empresa brasileira que passava a se internacionalizar. O seu olhar já tinha boas razões para se voltarem rumo ao exterior.

Contudo, a despeito do crescente relacionamento que desenvolvia junto à esfera internacional, Fernando relata que, no momento em que surge a oportunidade de assumir um cargo na FITIM, os seus planos individuais estavam voltados para o retorno à Bahia:

> *O plano era, em 2007, voltar para a Bahia, até porque o PT havia ganhado as eleições lá. Eu fui convidado para a FITIM em 2006, para ir em 2007.*

Entre os quadros que compõem a FITIM em sua sede mundial em Genebra, observa-se a preponderância absoluta de pessoas oriundas da Europa, cuja a exceção consistia na existência de um secretário adjunto com origem sul-africana. Foi com a sua aposentadoria, em 2007, que a opção de uma substituição por alguém proveniente do hemisfério sul ocorrida com a indicação de Fernando Lopes. Tal substituição se contrapôs a outra lógica presente no interior da FSI: a da predominância de pessoal contratado para a execução de projetos de cooperação sem histórico de militância no chão de fábrica. Entre as quatorze pessoas que compunham os quadros da federação no ano de 2010, apenas duas

eram provenientes do movimento sindical, tendo como formação principal, cursos de jornalismo, sociologia ou economia.

A partir do momento em que ele passa a se dedicar aos trabalhos no interior da FITIM, os aprendizados adquiridos desde a militância em um ambiente nacional "internacionalizado" passam a estar orientados a questões que já eram objeto na CNM, mas agora ampliadas ao nível internacional – a construção de redes, a busca pela ampliação e respeito a direitos sindicais, o apoio ao fortalecimento de sindicatos –, bem como a temas que em certa medida fugiam do escopo de ação metalúrgica nacional, por exemplo, intervenção na OMC, na rodada de Doha e intervenções sobre mudanças climáticas em organismos internacionais multilaterais. Esta ampliação de seu foco de ação corresponderia a certos "temas transversais" da ação política sindical:

> *O caminho da solidariedade internacional é mais ou menos um caminho natural, porque os trabalhadores têm direitos comuns, digamos assim. As dificuldades que têm é que as estruturas sindicais dos diferentes países são diferenciadas. Não é fácil você convencer os sindicatos que têm que participar de redes e que na FITIM tem problema de língua, tem o problema de cultura e, às vezes, tem problema de divisão no próprio país. Às vezes, você não consegue fazer uma unidade nacional. Tem o problema de recursos também. Mas, pouco a pouco as coisas estão avançando. No geral, as internacionais têm avançado na sua capacidade.*
>
> *Eu creio que tem uma marca concreta pra discutir solidariedade quando você começa a discutir a situação de trabalhadores de vários países e que o patrão é o mesmo.*

Conforme observado anteriormente, a quantidade de redes e comitês mundiais de trabalhadores permite considerar a significativa relevância dada pelas FSI´s à construção de articulações que envolvam ETN´s. A pulverização de sindicatos, neste caso,

corresponderia a uma realidade comum entre países, em especial aqueles desfavorecidos pela legislação trabalhista, tal o caso do Chile, onde não seria permitida a negociação por ramo de atividade. Sendo assim, a ampliação do alcance das ações das FSI´s em diferentes países seria um dos eixos de ação, pela qual as estratégias sindicais seriam desenvolvidas e a forma como elas se relacionariam com as dinâmicas econômicas e sociais dos países também ganhariam vigor:

> *Os projetos da FITIM e seus cooperantes têm sido para fortalecer sindicatos nacionais fracos ou criar organizações em países onde os sindicatos não existem. Estamos focando, na América Latina, na Colômbia, no Peru e no Chile. Nós não temos nenhum projeto com financiamento externo da FITIM no Brasil. Nós temos atividades políticas no país, por exemplo, para que no país se coordene uma rede latina- americana de multinacionais com AMI.*
>
> *Nos anos 1980, no Brasil, quando se desenvolviam atividades, eram de formação sindical, de administração, de comunicação, de matemática sindical. Era basicamente educação, formação de formadores. É daí que surgiram as escolas da CUT, a escola sul foi com dinheiro dos alemães, a escola sete de setembro com dinheiro dos italianos, teve a nordeste... até os anos 2000 foi assim. Depois mudou, com a política dos sindicatos contribuírem mais com a CUT, e com o imposto sindical que passou a entrar a partir do ano passado. Foi depois do Lula que isso começou a mudar, não foi exatamente a partir do ano 2000.*

A partir dos anos 2000, para países como Brasil, em que o desenvolvimento do sindicalismo metalúrgico, em grande parte, deixa de carecer de apoio internacional à organização e formação de lideranças no interior dos sindicatos de base, um dos principais focos estratégicos da FITIM passa a residir nas ETN´s. Contando com cerca de 20 AMI, a federação internacional, porém, não conseguiu estabelecer um acordo com as ETN´s

brasileiras e nenhum comitê mundial de trabalhadores no interior destas empresas foi reconhecido. A maior dificuldade junto às ETN´s brasileiras, segundo Fernando, seria a falta de uma tradição, de uma cultura de diálogo tendo em vista a busca por acordos.

> *Teve o caso da Gerdau, por exemplo, que ficou sete meses parada. Eles acharam que o sindicato ia ficar de joelhos, mas o sindicato tinha um fundo de greve enorme e a empresa teve que voltar atrás. Teve uma campanha internacional para apoiar os sindicatos de lá e teve um desgaste grande. As empresas estão aprendendo que é melhor ter um relacionamento bom com o sindicato.*
>
> *Tem duas formas de se aprender né?! Em uma delas é mais barato. (risos)*

Os metalúrgicos internacionalizam

Desde 2008, Marino Vani é o assistente do Representante Regional para a América Latina da FITIM e o responsável pelo departamento de formação da entidade. Desde a sede regional da federação internacional no Uruguai, coordena e desenvolve projetos internacionais para todo o continente sul-americano. Na época da entrevista residia em Montevidéu desde que assumiu o posto. Do Brasil, levou a família, mulher e filhos, “mas somente após estar adaptado e falando o castelhano”.

Nascido em 1968 na cidade de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Marino demonstrou o significado que a categoria metalúrgica tem para ele no relato: “tenho origem em uma empresa pequena, nacional, de Erechim”. Iniciou sua a militância sindical já no movimento estudantil, a qual consegue datar no ano de 1988, época de eleições

municipais e para presidente, nas quais apoiara os candidatos do PT. Mas um fato decisivo para que ingressasse no movimento sindical ocorreu em função do sentimento de injustiça "provocado pelos patrões" na empresa de autopeças no interior do Rio Grande do Sul. Naquela época, lembra que, em conjunto com outros trabalhadores, decidiu-se por pedir aumento para o chefe direto na empresa. Era um episódio que não envolvia greve nem alguma mobilização de grande impacto. Como resultado desta solicitação, horas depois, dois trabalhadores estavam demitidos. Foi quando ele decidiu que não apenas iria acionar o sindicato da região, mas participaria na organização de uma assembleia na fábrica e de reuniões com "os companheiros do sindicato". Logo após o episódio, em 1989, ingressa na organização dos metalúrgicos da cidade já como segundo secretário. Nos dois mandatos subsequentes, iniciados em 1992 e 1995, assume o cargo de presidente. Em 1998 entra para direção executiva da CNM, onde ele se torna secretário nacional de formação, ficando lá até o ano de 2008.

Marino observa que não tinha planos para o desempenho de uma carreira internacional. "Da CNM eu já estava voltando pro meu Estado e pra Erechim", onde planejava se inserir em atividades do Partido dos Trabalhadores. Filiado desde 1988 ao partido, pretendia candidatar-se para deputado estadual em 2010. Foi nesta época que, no interior da FITIM, surge a possibilidade de ocupar um cargo na sede em Montevidéu. Para tanto, o peso político da organização brasileira foi determinante:

> *Tinha também um nome pra indicar pra oficina regional, que era uma alemã que falava português e conhecia toda a América Latina. Ou seja, tinha outros nomes da América Latina, da Alemanha. A Argentina tem um peso, o Brasil tem um peso pelo que contribuímos [em termos de cotas de filiação] na FITIM, mas também pelo peso político e a posição política que nós exercemos. Então, a minha indicação foi desde Genebra, mas como a disputa*

> *política é muito forte, eu só aceitei vir pra FITIM, a partir do momento em que a Força Sindical me apoiou 100% dentro do meu país. Se houvesse alguma dúvida eu não viria pra Montevidéu (...). Teve o apoio das duas Confederações, tem documento assinado, firmado no ABC paulista, numa Assembleia onde o Lula estava para fazer um debate.*

Para este sindicalista, a CNM não apenas o apoiou na sua entrada na federação internacional, mas antes disso, foi o espaço em que ele passou a se relacionar com o campo internacional, a estabelecer relações e a transitar junto a sindicalistas e organizações de outros países. Durante o período em que fez parte da direção da entidade, participou e desenvolveu atividades em diversos países, entre eles: Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Suécia e Suíça. As viagens internacionais para este sindicalista são vistas com orgulho, são reconhecidas como uma oportunidade pouco comum, diferente das experimentadas por um metalúrgico oriundo de uma pequena cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul.

É na experiência vivenciada no interior do próprio ambiente sindical que esta liderança desenvolveu aprendizados que lhe serviram à execução e à avaliação de projetos internacionais. Como responsável pela formação sindical na confederação metalúrgica, representou a CUT em reuniões internacionais que lhe possibilitaram, inclusive, desenvolver projetos internacionais no nível nacional. Relembra que, em uma atividade nos Estados Unidos, realizou um contato junto a um metalúrgico estrangeiro que lhe permitiu realizar uma parceria de intercâmbio, em que lideranças passaram a visitar o Brasil para atividades de intercâmbio.

Se o cotidiano de uma série de sindicalistas é permeado por muitas viagens, pela necessidade do trabalho cotidiano, que implica em visitas a trabalhadores em fábricas

e sindicatos localizados em distintas regiões, tal mobilidade é requerida com ainda mais força de um militante internacional. Tais deslocamentos foram impostos na trajetória sindical de Marino e, em especial, na mudança do Brasil ao Uruguai. Esta, no entanto, não foi realizada sem o consentimento da família. Mudou-se a partir de um acordo familiar em que a esposa e os dois filhos – um de nove anos e outra de sete – também iriam. Passar a residir no Uruguai, contudo, não resolveria a questão das viagens. Durante a entrevista, ele comenta em tom de quem alia a naturalidade à resignação: "nos últimos quarenta dias, viajei trinta e oito... se você não tem uma família organizada, é complicado".

Marino observa que os critérios de seleção daqueles que trabalham na FITIM, geralmente, são o resultado de indicações políticas, em que se analisam a trajetória da pessoa e o país de origem. Neste caso, a formação escolar seria um segundo critério de avaliação. De fato o caminho social traçado por ele nos leva a refletir, inclusive, sobre a não linearidade dos percursos formativos que são desenvolvidos por teorias pedagógicas que criticam a educação eminentemente escolar. Em certo momento, a trajetória social deste sindicalista pouco aparentava aproximá-lo de questões relacionadas a processos educativos, tal como se consolida no momento em que ele passa a ocupar cargos na CNM e na FITIM, em que sua posição tinha como principal objetivo a promoção da formação de trabalhadores e lideranças.

Ele relembra que, durante a época de sua juventude, trabalhava durante o dia e estudava à noite. Em certo momento, tomou a decisão de parar de ir à escola: "não por excesso de trabalho, mas eu ia para a escola e a educação que me passavam não me satisfazia, achava que aquilo não tinha sentido nenhum e era muito fraca, não servia pra mim". Somente depois de adulto, em um debate com um professor, um sociólogo, avaliou

que era importante concluir o ensino médio. Voltou para a escola, “não pelo conteúdo, mas pelo diploma”.

Para o sindicalista, a sua relação com os estudos aparentemente se transformou na mesma medida em que galgava posições na carreira sindical. Segundo ele, enquanto na juventude chegara a largar a escola, quando adulto, a experiência no movimento sindical foi acompanhada pelo desejo de ingressar em um curso universitário. Contudo, desta vez, o tempo consumido pela militância o impedia de estudar.

A entrada na CNM foi significativa para que Marino começasse a desenvolver atividades internacionais por meio dos projetos desenvolvidos junto a cooperantes de outros países. Com muita facilidade, relembra projetos desenvolvidos junto a suecos, canadenses, espanhóis e outros. Antes da confederação, relata, tinha suas atividades voltadas principalmente para o sindicalismo nacional.

É por meio dela que teve a oportunidade de se aprofundar em idiomas estrangeiros. Do mesmo modo em que a CNM promovia a inserção de sindicalistas em espaços internacionais – por meio dos inúmeros projetos que desenvolvia, no final dos anos 1990 –, ela passou a promover a qualificação de suas lideranças por meio de programas de intercâmbio sindical. Segundo Marino, os critérios de escolha destas pessoas estavam vinculados ao cargo que ocupavam e o consequente nível de relações internacionais que era estabelecido ali. Naquele momento, Fernando era o secretário de Relações Internacionais da confederação e Tarcísio Secoli era uma liderança do SMABC, que tinha relações junto aos sindicatos e empresas alemães e ele próprio, em função de que naquele momento já começava a estabelecer seus contatos internacionais e também representava a “juventude” na organização nacional.

Sobre a viagem realizada, Marino diz:

> *Antes de ir para a Espanha eu não sabia nada de espanhol. Na Espanha aprendi na rua e no sindicato. Agora, também, vim pra cá* [Uruguai] *sem fazer nenhuma aula. Eu não falo o espanhol perfeito, mas me comunico muito bem, Não planejo estudar espanhol, só vou fazer alguma correção, porque quando vou para o Chile é outro espanhol e quando vou pra Colômbia é outro.*

Com relação ao uso idiomas posterior à viagem, ele comenta:

> *Agora tivemos um seminário de avaliação (...), tinha dez convidados internacionais (...) da África, do Chile, da Colômbia. Eu coordenei todo programa, toda a atividade com meu portunhol, meu castelhano sem problema nenhum, uma ou outra palavra eu ainda tenho dificuldade.*
>
> *Quando eu comecei a organizar os seminários* [quando assumiu o cargo no escritório regional no Uruguai] *eu organizava o texto, o conteúdo, organizava a agenda e toda a dinâmica do trabalho em grupos, as sessões que íamos discutir. Enviávamos tudo pela internet e pedia pra secretária fazer a correção. Nas primeiras vezes, tinha 40% de erros, hoje já não chega a 15% num texto escrito, ou seja, eu vou aprendendo...*

Tanto a aceitação por parte dos diferentes filiados da FITIM com relação à indicação de Marino para a ocupação de um cargo na sede do Uruguai – classificado por ele como um consenso entre diferentes tendências políticas –, como o paulatino aperfeiçoamento no desempenho de atividades de cooperação internacional e em idiomas estrangeiros, apresentam-se como traços comuns às lideranças sindicais internacionalizadas, os quais são foco deste estudo. Basicamente, referem-se a competências que se mostram necessárias para o desempenho das atividades práticas,

cotidianas, para que um sindicalista internacionalizado possa transitar entre diversas organizações e espaços políticos abrangidos em uma lógica internacional.

Se, por um lado, a concretização de alianças internacionais ou redes de solidariedade se realizam, entre outras formas, por meio de atividades de cooperação sindical, de outro, tais atividades se desenvolvem de modo a contemplar o relacionamento entre organizações com particularidades inerentes às realidades nacionais, as quais requerem o desempenho de habilidades políticas específicas. Neste caso, estas competências também se relacionam àquilo que foi observado anteriormente, ou seja, como o desenvolvimento de um discurso "internacionalista diplomático" que se consolida, principalmente após o término da Guerra Fria, visando à diplomacia entre sindicatos de diferentes tendências.

> *Aqui não estou representando a CNM, estou fazendo um trabalho pra FITIM e pra América Latina, principalmente para os países mais pobres. Não represento os interesses do Brasil e tampouco o movimento sindical. Se não fosse assim, eu ficaria no Brasil, na CNM.*

No entanto, ainda que representantes da FITIM reafirmem este caráter pluralista da federação, com o qual ela se constituiria enquanto um espaço aberto a diferentes tendências políticas sindicais, vale lembrar que, segundo o testemunho de lideranças, durante a Guerra Fria, esta FSI fora marcada por um posicionamento "social democrata", em que apoiara sindicatos que se contrapunham aos comunistas. Neste caso, em se tratando de alguns países como o Chile, as idiossincrasias de certas organizações sindicais ainda reverberariam este passado da FITIM.

Para Marino, existe a percepção de que os processos políticos nacionais, antes ou depois da Guerra Fria, também foram influenciados pelos posicionamentos do movimento sindical internacional. Nas palavras dele:

> *Se o Brasil tem partidos e um governo democrático é fruto do apoio e do aporte internacional dos anos 70 e 80. A relação vem mudando, primeiro porque passamos de um país que recebe apoio para um país que começa a apoiar outros países. Em relação aos países de terceiro mundo, por exemplo, nós brasileiros ficamos mais ajudando esses países, não só com relação às empresas que estão saindo e indo para esses países, mas também porque tivemos um acúmulo, uma capacidade. E, agora, temos um poder econômico e político que antes não tínhamos e agora podemos contribuir e ajudar outros países, na América do Sul, por exemplo.*

Sendo assim, como se pôde observar nas entrevistas realizadas, em geral, os sindicalistas que se internacionalizaram tiveram percursos sociais semelhantes. Suas trajetórias de militância foram marcadas por: (a) a militância política anterior ao movimento sindical – em geral vinculada ao movimento estudantil –, o que demonstra certa predisposição à ação política anterior à entrada nos sindicatos; (b) o ingresso nas CIPA´s das empresas que trabalhavam como fato relevante ao início de suas atividades políticas sindicais; (c) o percurso sindical que, iniciado no sindicato municipal local, é sucedido pela ascensão para a CNM, onde passam a acompanhar e desenvolver projetos internacionais, estabelecer redes de contato junto a lideranças de outros países e a receber apoio para que desenvolvam o aprendizado de idiomas.

Outro ponto relevante à análise reside no fato de que, para os sindicalistas entrevistados, as atividades internacionais não se mostraram como um objetivo inicialmente

traçado para suas carreiras sindicais, estabelecidas originalmente nos meios nacionais. Pode-se supor que isto seja explicado pelas próprias restrições existentes à entrada no campo internacional: as poucas posições disponíveis em organizações internacionais, a necessidade do domínio de idiomas estrangeiros e a falta de experiência de militância nestes níveis. Estas restrições mostraram-se como empecilhos à propensão de se planejar a ocupação de um cargo internacional. Para todos os entrevistados, o entendimento sobre a entrada no campo internacional é a de que ela "simplesmente aconteceu". Tal acontecimento seria, assim, a ampliação da divisão do trabalho no campo sindical, em que as carreiras sindicais se estenderiam para aqueles que já haviam alcançado posições de destaque no interior das hierarquias sindicais nacionais.

Lideranças Internacionalizadas nas telecomunicações

Em comparação à inserção internacional dos metalúrgicos, o desenvolvimento da intensificação das práticas internacionais nas telecomunicações ocorreu de modo mais abrupto, como reação à entrada de ETN´s que ocorreu a partir das privatizações do setor em fins dos anos 1990. Ainda que a filiação do SINTETEL à IC/UNI seja anterior à filiação da CNM na FITIM, observa-se que, antes da reestruturação do setor, as práticas sindicais internacionais nas telecomunicações foram marcadas quase que exclusivamente por participações pontuais em eventos fora do Brasil, não sendo observados no país exemplos de ações sindicais internacionais que pudessem servir como base a uma ampliação posterior das práticas sindicais nacionais. Observa-se, ainda, que as práticas internacionais desenvolvidas nas telecomunicações até 1998 estiveram em grande parte associadas às iniciativas da FSI a que estavam filiados, e não a contatos bilaterais, o que implicou em que a intensificação das práticas internacionais desempenhadas por suas lideranças estivessem ligadas principalmente a UNI.

As entrevistas abaixo permitem observar que, de modo geral, os sindicalistas que se internacionalizaram nas telecomunicações após as privatizações, foram aqueles que desenvolveram o início da militância no período anterior às privatizações. Ocupando posições na diretoria do SINTETEL, eles passaram a acompanhar e desenvolver atividades internacionais do sindicato junto à UNI, onde conjugaram a tais práticas aquelas competências militantes adquiridas anteriormente no ambiente nacional. Assim como no

caso dos metalúrgicos, a militância internacional não se mostrou como um objetivo inicialmente planejado às carreiras sindicais.

* * *

Tanto na metalurgia, como nas telecomunicações, as transformações produtivas resultaram nas transformações das condições sociais experimentadas pelas lideranças sindicais. No caso das telecomunicações brasileiras, no entanto, tais mudanças seriam ainda mais impactantes, resultado das profundas reconfigurações do setor, provenientes dos processos de passagem de uma estrutura empresarial estatal, para outra, privada. Neste contexto, os sindicalistas ingressantes após as privatizações são inseridos em novo cenário, passando a vivenciar uma realidade mais fluida, em que a emergência de empresas transnacionais veio acompanhada da instabilidade e da desterritorialização do emprego[75]. Somam-se a estas novas experiências vivenciadas no mundo do trabalho o fato de que os sindicalistas que passam a ingressar no sindicato são mais jovens e têm um índice de escolarização superior ao dos antigos líderes. Neste caso, como veremos, as novas configurações simbólicas que se estabelecem no interior do sindicato também se refletem nas formas como as lideranças se relacionam com as transformações de ordem econômica e com as perspectivas quanto ao desenvolvimento de práticas sindicais internacionais.

[75] Sobre a desterritorialização e o aumento da instabilidade no emprego que emerge pós-privatizações, alguns indicadores podem ser apontados: em primeiro lugar, a privatização da Telesp acompanhou a multiplicação de empresas prestadoras de serviços; em segundo lugar, atividades tais como a modernização de redes de comunicação correspondem a um processo transitório já que tão logo estas redes tenham sido instaladas, o contingente de trabalhadores automaticamente é reduzido. Nos *call centers*, a instabilidade do emprego está vinculada à demanda por produtos e serviços comumente temporários. Nestes casos contrasta-se a lógica entre uma empresa de cunho estatal e outra de cunho privado quanto à dinâmica de contração ou expansão de postos de trabalho, na medida em que a segunda está tendencialmente mais alinhada à necessidade de expansão do capital (NOGUEIRA, 2005: 78-88).

Em estudo anterior (ROMBALDI, 2007), pôde-se observar que, após as privatizações no país, os trabalhadores representados pelo SINTETEL seriam mais jovens, em função de uma renovação causada tanto por uma maior adaptabilidade deles com relação à utilização de novas tecnologias, como por uma possível maior aceitação do recebimento de salários inferiores – outra característica do setor de telecomunicações a partir de 1998. Ao mesmo tempo, nota-se que estes trabalhadores seriam mais escolarizados, explicado não apenas pelo fato de que o setor passou a se transformar em um mercado de trabalho mais especializado em função da introdução de novas tecnologias, mas, também, porque a introdução de jornadas de trabalho reduzidas permitiu que trabalhadores conciliassem ao desempenho de atividades remuneradas o incremento de sua escolarização (ROMBALDI 2007: 37-45).

Estas alterações no perfil dos trabalhadores do setor, também foram acompanhadas por transformações no perfil das lideranças que compunham o SINTETEL. Em estudo anterior, observou-se uma grande renovação dos quadros sindicais por meio de dados referentes à data de ingresso das lideranças no sindicato (IDEM). Em termos gerais, avaliou-se que a renovação de sindicalistas ocorrera em proporções relativamente homogêneas nas três décadas anteriores à privatização, sendo que, depois dela, há um crescimento abrupto no número de novos dirigentes que ingressam no sindicato. Enquanto que nas décadas anteriores à privatização o percentual de renovação de dirigentes esteve em índices que variam entre 11 e 15%, na década posterior, os novos sindicalistas passaram a corresponder a cerca de 62,1% dos quadros sindicais. Observou-se também que, a despeito do expressivo ingresso de novos dirigentes, a diretoria executiva do sindicato e as suas secretarias – consideradas como espaços de expressiva importância na

tomada de decisões do sindicato – continuaram a ser ocupadas predominantemente por dirigentes ingressantes no período anterior a 1998[76].

Ainda, sobre a relação entre o *ano de ingresso nas telecomunicações* e a *escolaridade dos sindicalistas*, pode-se observar que, se houve aumento da escolaridade dos trabalhadores no setor, ele foi acompanhado pela maior escolarização dos novos dirigentes sindicais ingressantes após 1998. Conforme observado (IDEM) antes da privatização da telefonia no Brasil, o SINTETEL era composto por 12,1% de lideranças com apenas ensino fundamental completo ou incompleto, enquanto que para aqueles dirigentes que ingressam após a privatização tal índice se reduziria para apenas 2%. No mesmo sentido, os percentuais de dirigentes com ensino médio completo ou incompleto e terceiro grau completo ou incompleto aumentam 6,9% e 3,2%, respectivamente, quando comparados estes índices com os daqueles que ingressaram antes da privatização. Neste sentido, a inserção de novas lideranças sindicais e as alterações nas características dos trabalhadores representados sugeririam a conjugação de novas formas de atividade sindical que se colocariam frente àquelas já estabelecidas, desempenhadas por aqueles que já estavam no sindicato e permaneceram até o final da década de 1990.

[76] Segundo fontes do próprio sindicato, na diretoria executiva, 100% das lideranças que fazem a sua composição entraram no SINTETEL no período anterior a 1998.

Ritmos da internacionalização em tempos de estatal

Osvaldo Rossatto nasceu em 1947, filho de pais apenas alfabetizados, migrou do interior do Estado de São Paulo para a capital. Nas telecomunicações, ingressou com dezenove anos como técnico de rede e desenvolveu uma carreira linear no interior da TELESP. Realizou os cursos de formação promovidos pela empresa e, com o passar do tempo, subiu posições, chegando a alcançar o posto de supervisor de projetos Sobre o tempo dedicado à TELESP e ao sindicato, responde de bate pronto: "trinta e três anos no setor, dezoito na TELESP e quinze no sindicato". Em 1979, quando ainda trabalhava na estatal, ingressou no curso de direito, obtendo o diploma em 1984, pouco antes de ingressar na diretoria do sindicato. Para ele, teria sido difícil concluir a graduação posteriormente "na diretoria do sindicato é mais difícil de seguir uma carreira acadêmica (...), não temos tempo para mais nada (...)".

Entre os anos de 1984 e 1987, Osvaldo foi diretor assistente do sindicato. Neste último ano, inicia a sua trajetória como presidente do SINTETEL, momento em que ele assume o primeiro de três mandatos na liderança da organização. Manteve-se no cargo durante os dez anos seguinte, saindo justamente às vésperas da privatização da TELESP em 1997. Sua saída, no entanto, não ocorreu sem que houvesse um rompimento doloroso com o sindicato, no qual ele não apenas passara quinze anos de sua vida, mas que forjara o seu caráter, a sua personalidade. Sobre tal saída, Rossatto avalia:

> *Onde está a possibilidade do sindicato mobilizar hoje?! Da maneira que eu fui dirigente?! Não, assim ele não faz nada, ele vai se arrebentar e não vai conseguir fazer nada. Eu fiz sucesso. Eu até me emociono e deixo a modéstia de lado, mas eu fui um presidente que conseguiu muitas conquistas. (...) Agora, o padrão de ação do sindicato mudou, é um outro estilo. Um estilo que eu até acho que se ajusta melhor. Eu não sei, eu não deixo de acreditar em mim, mas eu acho que eles [os dirigentes que me sucederam] até conseguiram conviver melhor do que eu conseguiria nessa conjuntura. Eu não sei, pode ser que continuando com o meu estilo eu tivesse me dado mal... acho até que isso é bem provável.*

O depoimento acima demonstra um sentimento de desajuste entre aquelas práticas adotadas por ele e as mudanças passadas pelo sindicato em função da privatização das telecomunicações. Demonstra o quão contraditória pode ser a convivência entre o orgulho por uma trajetória de sucesso no interior de um sindicato em que passara dez anos como presidente e o sentimento de impotência que se origina na percepção de que a sua forma de militar estaria "ultrapassada". Assim, ao invés de considerar este depoimento como o testemunho de um sindicalista magoado em função do seu afastamento do sindicato, avalia-se que ele expressa o descompasso existente entre certas práticas sindicais que marcaram um período do SINTETEL, as transformações econômicas vivenciadas no setor e as transformações das práticas sindicais que as acompanharam. As palavras de Geraldo Vilhena, outro ex-presidente do sindicato, falecido no começo deste estudo, corroboram o argumento. Segundo ele, os sindicalistas da sua época, como Osvaldo: "estavam cansados, sem ideias novas".

As transformações no sindicato, no entanto, não foram exclusivas do furacão provocado pelas privatizações de 1998. Os anos 1980 foram marcados pela abertura

política no Brasil, durante os quais as possibilidades de negociação entre o sindicato e a gerência da TELESP tornaram-se relativamente mais abertas. Para Rossatto, foi um período em que os sindicalistas passaram a não ser mais taxados como subversivos no caso de enfrentamentos com a gerência da empresa. Neste sentido, as inovações sentidas no SINTETEL naquela época apontam para uma relação mais profunda com as alterações no campo propriamente político do que no econômico.

O perfil da geração de trabalhadores que se tornaram sindicalistas no SINTETEL antes das privatizações era similar, o que sob condições sociais semelhantes possibilitou que coexistissem certas propensões a se perceber os sentidos da existência social: estes trabalhadores eram em grande parte migrantes de primeira ou segunda geração, filhos de pais pouco escolarizados, com uma formação escolar vinculada quase que exclusivamente aos cursos promovidos no interior da própria TELESP e que, por fim, vivenciaram a revitalização do sindicalismo nacional como um movimento para além do tradicional assistencialismo com que estava marcado até então (ROMBALDI, 2007).

Como resultado da observação dos dados biográficos dos sindicalistas entrevistados em Rombaldi (2007), este grupo de sindicalistas caracterizou-se majoritariamente pela composição de trabalhadores que migraram para o Estado de São Paulo em busca de emprego. O emprego na TELESP, desta forma ganhava um significado de enraizamento em terras desconhecidas, da constituição das redes de amizade, de laços de identidade com os trabalhadores do setor e, até mesmo com a empresa. A solidariedade entre companheiros ganhava contornos bem definidos, sabia-se quem eram e onde estavam os *companheiros* e a empresa.

O ex-presidente do sindicato demonstrou nas diversas entrevistas realizadas que seu perfil não se descola de suas origens italiano-brasileiras. Emotivo, não foram

poucas as vezes em que Rossatto enchia os olhos de lágrimas para lembrar dos tempos de sindicato, tempos em que não apenas liderara a categoria no Estado, mas que conhecera diversos países do mundo através de viagens de representação sindical. A reflexão que realizara sobre o seu modo de agir, sobre como via o sindicalismo nacional e internacional na sua época, conjugada em primeira pessoa, demonstra um caráter personalista com uma fala que se justificava antes em função de valores éticos do que por decisões racionalmente explicadas.

Rossatto era membro do Conselho Deliberativo Interamericano da IC, a organização sindical internacional do período e que somente posteriormente viria a se chamar UNI. Era um cargo que "normalmente os presidentes ocupavam", diz o sindicalista. Ele observa que não recorda desde quando o sindicato estava filiado à federação internacional das telecomunicações. A participação dele em espaços internacionais ocorrera "de modo natural": eram "os presidentes dos sindicatos filiados nos países que ocupavam os cargos na internacional (...). Normalmente a participação na internacional, nos congressos, é realizada pelos presidentes".

É com dificuldade que relembra de casos em que o IC tenha intervido nacionalmente. Quando indagado sobre que tipo de ações de solidariedade ou de articulação de estratégias internacionais eram desenvolvidas no tempo em que desempenhava funções no sindicato, com frequência fazia alusão à ideia de que "sempre que fosse necessário, havia o apoio internacional". Tal apoio estaria principalmente resumido a declarações de solidariedade ou cartas para autoridades nacionais, em casos de empresas que realizavam comportamentos anti-sindicais.

Entre as principais atividades internacionais de que participou, ele relembra que havia, principalmente, aquelas vinculadas à formação sindical ou ao intercâmbio de

informações, bem como aquelas de caráter deliberativo sobre a própria estruturação da organização. Foi no decorrer destas atividades que, recorda, aprendeu a falar, o italiano e espanhol. Eram atividades em que "o IC apoiava as organizações nacionais com cursos e intercâmbio (...) eram as nossas demandas na época", comenta. Com orgulho, relembra a realização viagens de formação sindical na Itália e em Israel, bem como os congressos mundiais que ocorriam a cada cinco anos, o congresso interamericano e as reuniões do comitê executivo.

Com relação à forma com que tais congressos eram realizados, relembra com um sentimento que mistura admiração e estranheza:

> *Os congressos são todos feitos com planejamento, se respeitam os horários, tudo certinho, é uma coisa até engraçada.*

Até a segunda metade dos anos 1990, as demandas internacionais provenientes do sindicalismo desempenhado nacionalmente pelo SINTETEL não eram maiores que aquilo que era oferecido pela IC e que a reestruturação do setor impactaria profundamente. Conforme observado anteriormente (ROMBALDI, 2007), para sindicalistas provenientes do período estatal, a centralidade que a TELESP oferecia à ação sindical se apresentava como uma referência estável e relativamente previsível. Em um novo cenário que emergia, fragmentado, composto por empresas transnacionais, era compreensível que sindicalistas como Rossatto não estivessem preparados e viessem a se sentir desajustados. Eram novos tempos que emergiam.

Novidades entre o passado e o presente

Como foi observado em estudo anterior, a partir do final dos anos 1990, ainda que tenha ocorrido renovação da composição de lideranças no SINTETEL, ela não foi completa, pois, sindicalistas provenientes do período estatal se mantiveram na diretoria do sindicato. Enquanto que para uns, o novo contexto nas telecomunicações significou o descompasso com aquelas experiências vivenciadas em tempos de estatal – implicando, em certos casos, na sua saída do sindicato –, para outros, implicou na adaptação a um novo cenário, baseada na reconversão de capitais simbólicos adquiridos em tempos de estatal e na decorrente ressignificação das práticas esperadas de um dirigente sindical.

Considerando aquelas lideranças sindicais remanescentes no sindicato, as quais tiveram suas experiências de militância acumuladas ao longo do tempo, no decorrer do trabalho sindical, elas passaram a se relacionar com as reconfigurações passadas tanto no setor como no interior da organização sindical. Neste contexto, o processo de "modernização" do SINTETEL viu emergir o desafio da internacionalização das telecomunicações que era vivenciada pela entrada de empresas estrangeiras no país: exacerbava-se a necessidade de novos objetivos para a ação sindical e de novas competências para suas lideranças.

Para este grupo de sindicalistas ingressantes no setor, antes do final dos anos 1990, a conjugação entre a evocação de velhos símbolos utilizados no período estatal e o estabelecimento de novas práticas sindicais permitiu não somente a permanência destes dirigentes no sindicato, mas, principalmente, consolidou suas posições no alto da

hierarquia sindical. Isto se explica principalmente pela não adaptação por parte das lideranças da mesma geração a uma nova realidade e pela incapacidade de sindicalistas ingressantes, mais jovens e sem um passado sindical, em alcançar posições de destaque no sindicato. No mesmo sentido, nota-se, ainda, que ao contrário do que se poderia pensar dos sindicalistas com uma menor escolarização, aqueles que permaneceram na diretoria do SINTETEL após o processo de privatização e que não têm ensino universitário completo foram bem sucedidos na ascensão a cargos da entidade. Tal acesso aparece, sobretudo, como resultado da conjunção de uma competência militante à aquisição de conhecimentos específicos que tradicionalmente são apreendidos em bancos escolares, tais como os conhecimentos jurídicos (ROMBALDI, 2007: 74).

As clivagens entre sindicalistas ingressantes no setor antes e depois das privatizações podem ser percebidas por meio das desconexões que se constituem em função de experiências distintas, tanto no trabalho no interior das empresas, como no do sindicato e implicam em distintas percepções sobre as definições sobre o pertencimento a uma ou outra geração. Isto pode ser observado, também, na diminuição de momentos para a sociabilidade entre os próprios dirigentes sindicais. Como indicado em estudo anterior, não raramente os sindicalistas mais jovens partilham o seu tempo entre as atividades do sindicato e cursos de graduação não necessariamente relacionados às atividades de telecomunicações. Isto pode ser observado no depoimento André, um sindicalista da mesma geração de Osvaldo:

> *Muitas vezes, após o fim do expediente no sindicato, nós íamos para o bar da esquina para beber ou comer alguma coisinha e acabávamos conversando sobre política, sobre as coisas do sindicato. Agora eu praticamente não vejo isso acontecer. Quando acaba o expediente, cada um vai cuidar da sua vida.*

Almir Munhoz faz parte desta geração que ingressou nas telecomunicações trabalhando na TELESP, sindicalizou-se em tempos de estatal, seguiu no sindicato em uma posição de destaque mesmo após as privatizações, quando passou a participar mais ativamente na arena internacional na qual o SINTETEL se inseria. Ele é atual presidente do SINTETEL, cargo que ocupa desde 1997. Nascido em 1960, ingressou nas telecomunicações como funcionário da TELESP em 1981, migrando do setor metalúrgico: em São Bernardo do Campo foi desligado da FORD devido a sua participação em uma greve de quarenta e cinco dias na empresa. A mobilização acabara com um acordo em que trabalhadores teriam a estabilidade de seis meses na empresa. Depois disso, aqueles que participaram do protesto foram demitidos, e André estava entre eles. Não conseguiu mais emprego no setor automobilístico na região. No ano seguinte à sua entrada nas telecomunicações ele já estava filiado ao sindicato. O setor era outro, mas sua vocação para a militância parecia igual a dos tempos de metalúrgico. Sobre o seu ingresso no sindicato, ele afirma: "comecei como grevista". Em 1987, já estava na diretoria eleita do sindicato e seis anos depois, se tornou o vice-presidente. Atualmente, além de presidente do sindicato, ocupa a mesma posição na FENATTEL.

Os conhecimentos apreendidos durante o percurso profissional e sindical são marcantes na trajetória social de Almir. Para ele, de um lado, os sete cursos técnicos realizados a partir dos convênios entre as empresas que trabalhou e o SENAI são motivo de orgulho, não lamentando a falta de tempo que o teria impedido de realizar uma formação universitária. De outro, afirma que foi nas mesas de negociação entre sindicato e empresas que aprendeu sobre o funcionamento da legislação trabalhista e sindical brasileira. Foi também em meio ao percurso sindical que realizou o aprendizado de idiomas como espanhol e italiano, ocorrido principalmente por meio de atividades como cursos de formação realizados no exterior.

Quando se tornou presidente do SINTETEL em 1997 é que identifica que se abriram as portas para que alcançasse cargos internacionais. Ele afirma que foi neste momento que pode mostrar a sua liderança para sindicatos de outros países: *"não é qualquer um que consegue três ou quatro mandatos a frente de um sindicato do tamanho do SINTETEL".* Além de participar do *Grupo Aliança* desde que se chamava *GITT*, Almir passou a acumular cargos sindicais internacionais desde 2004, conforme pode-se ver abaixo:

> 1º) Vice-presidente do setor Internacional de Correios Telégrafos e Serviços da UNI-Américas / período entre 2004 e 2008;
> 2º) Presidente do Comitê Regional da UNI-Américas / período de 2005 a 2007;
> 3º) Vice-presidente do Comitê Regional Executivo da UNI-Américas / período de 2007 a 2012;
> 4º) Segundo Vice-presidente do setor do setor Internacional de Correios Telégrafos e Serviços da UNI-Américas / período de 2008 a 2013;
> 5º) Membro titular executivo do comitê mundial da UNI / período de 2010 até 2014;

Ainda que para este sindicalista, a inserção no campo sindical internacional tenha ganhado velocidade nos anos 2000, os seus olhares para as práticas sindicais internacionais passaram a se moldar antes mesmo que ele se tornasse presidente do sindicato. Sua primeira viagem internacional ocorreu em 1989, quando uma delegação do sindicato participou de um congresso IC na Inglaterra, quando foi possível visitar a *British Telecom.* Naquela época, foram conhecer as novas tecnologias que estavam sendo implementadas nas telecomunicações daquele país. Este dirigente realizou alguns cursos internacionais, entre eles, destaca um:

> *Logo no começo da minha carreira sindical, nos anos 1990 fiz um curso de três meses na Rússia (...). Lá eu vi que o totalitarismo não*

funcionava. Quando eu voltei, estava com uma carga de conhecimento tremenda, porque foi ´in locu´. Estas coisas foram me moldando para a vida. Era [um curso] promovido pelo sindicalismo russo. Era uma vaga do grupo do DIEESE, em que o sindicato era filiado. Eu estava começando no sindicato. O perfil era uma pessoa jovem, de liderança e com potencial (...). Era com tradução que utilizava o português de Portugal.

É provável que as participações esporádicas de Almir em eventos internacionais na época em que fazia parte da diretoria do sindicato tenham influenciado na importância do campo internacional percebida por ele quando se tornou presidente do sindicato. O sindicalista observa que foi a confluência entre a adoção de práticas no âmbito nacional as orientações políticas da UNI que contribuíram para que o sindicato passasse a ser reconhecido na esfera internacional:

Almir: O nosso exemplo é que faz com que tenhamos destaque internacional. Por exemplo a UNI pede que tenha integração de jovens e mulheres nas diretorias dos sindicatos, a UNI pede que haja mobilização para as várias áreas como nos call-centers... isso é um trabalho que na verdade todo o sindicalista deveria fazer, deveria ser natural. Se não fizemos isso, as gerações de sindicalistas se tornam velhas e o sindicato está fadado ao fracasso. Estas pessoas têm que estar nas diretorias.

Maurício: então a inserção de jovens e mulheres foi importante para a inserção internacional do sindicato?

Almir: Com certeza, porque quando a internacional pede que os sindicatos façam as suas mobilizações e um país vai fazendo, ela começa a perceber que este sindicato tem capacidade de mobilização. Nos call-centers, por exemplo, nós fizemos assembleias para tratar dos temas dos acordos coletivos no Estado em que 12.000 trabalhadores assinaram as atas, ou seja, não

apenas compareceram e votaram. Então você é reconhecido pelo trabalho, pelo que você executa.

Com relação ao desenvolvimento das relações internacionais tanto no SINTETEL como na FENATTEL, observa-se que até 2011 ambas as organizações não tinham uma secretaria específica voltada ao tema das relações internacionais. Novidade do último congresso da federação é o cargo de relações internacionais recém-criado, em que, a partir de 2012, haverá uma liderança eleita encarregada especificamente do tema. Conforme nota o sindicalista, as relações sindicais internacionais desenvolvidas pelas duas organizações, até o momento, não estava profissionalizadas. A percepção quanto à carência de uma atenção específica para o tema só ocorrera, como informa, após diversos anos participando do ambiente internacional. A ideia, segundo testemunha, é passar a participar de eventos internacionais com delegações previamente preparadas para as reuniões.

Cenise Monteiro foi diretora do departamento de mulheres do SINTETEL até o ano de 2006, quando passou a ocupar o cargo de diretora regional para o Setor de Telecom, Postal e Logística no escritório regional da UNI, situado na cidade do Panamá. Em 2011 ela retorna ao Brasil, quando passa a se dedicar a um projeto de "profissionalizar" a área de relações internacionais da FENATTEL. Em 2012, ela assume oficialmente a responsabilidade da área, até então pulverizada entre lideranças da federação e do sindicato.

Antes desta mudança para o Panamá, ela já apresentava uma característica comum àqueles que ocupam cargos internacionais: a disponibilidade à mobilidade. Nascida em Limeira, ingressou na TELESP em 1977 na mesma cidade, depois mudou-se para Piracicaba e Campinas, seguindo as reestruturações que ocorriam na empresa. A

mudança para São Paulo em 1999 e para o Panamá em 2006 foram consequências das atividades sindicais que desempenhava.

> *De Limeira eu fui para Piracicaba, pois estavam diminuindo os centros de atendimento. Limeira começou a ser atendida por Piracicaba. Lá trabalhei de 1980 a 1998. Daí fui para Campinas, fiquei cinco meses. Em 1998 começaram a reunir vários escritórios de serviços. Foi uma coisa bastante brusca pra todos. Chegaram assim pra gente e disseram: "a partir de tal dia vocês tem que estar em Campinas (...) até sexta feira vocês deixam todas as coisas juntadas num canto, prontas para a mudança, e alguém vai recolher. As coisas pessoais levem na mão. Se apresentem a tal hora".*

Antes de entrar para o Sindicato, Cenise não militara em nenhuma organização política. Foi associada a ele desde que começou a trabalhar na empresa. Era período de ditadura militar, mas o sindicato se mostrava atraente por oferecer colônia de férias e dentista aos seus associados. Naquela época, relembra, "não entendia bem o que era o movimento sindical". Com o passar dos anos, movimentos sociais iam emergindo no processo de redemocratização do país, e esta sindicalista foi se engajando aos poucos nas atividades desenvolvidas pelo sindicato. Ingressa nele como delegada de base no ano de 1984 e, em 1990 é passa ao cargo de diretora no sindicato, em Piracicaba. Afirma que era um contexto em que os movimentos políticos que pipocavam pelo Brasil e, em especial no ABC, a contagiaram:

> *Eu me engajei, porque as coisas estavam mudando e tinha todo o movimento sindical do ABC e a gente questionava: porque não também a gente?! Por que é que aqui não tem um representante sindical? O movimento sindical dos anos 1980 foi uma inspiração, porque a gente via que tinha problemas que não eram resolvidos,*

> *tinha injustiças, se trabalhava demais. Não que a gente não ganhasse, no começo das estatais, no Brasil, se ganhava muito bem. Eu não tinha nenhum diploma e ganhava bem. Fiz um monte de cursos técnicos na TELESP.*

Liberada pela empresa para o desempenho de atividade sindicais, se mudou para São Paulo em 1999 e, a partir das eleições de 2001, assumiu a Secretaria da Mulher, onde ficou até 2006. Durante o período em que esteve na secretaria, foi presidente do Comitê de Mulheres da UNI, em 2004, mas alerta: "Nunca passou pela cabeça trabalhar dentro do escritório da UNI".

A primeira vez que entrou em contato com uma organização sindical internacional foi em 1992, em que participou de um seminário promovido pelo IC na Europa, dos processos de privatização que já se iniciavam por lá: "sabíamos que havia um plano do governo brasileiro para fazer isso no país desde 1989, mas não se sabia quando isso poderia ocorrer, mas sabíamos que era num futuro não muito distante". O envolvimento de Cenise com o sindicalismo internacional, no entanto, começou a ocorrer com mais força quando ela era diretora do sindicato na cidade de São Paulo.

> *Em 2003, fomos organizar um seminário com recursos da AFLCIO com Ribeirão Preto, Campinas, São José dos Campos, São Paulo e ABC. Eram os lugares onde tinha os prédios da Atento e que tinha bastante gente. Se eu pedisse para realizar a atividade o Almir deixaria, mas havia oposição dentro da diretoria e, por isso, eu tinha que ter o patrocínio da AFLCIO. Eu não tinha nenhum contato com a AFLCIO naquela época, mas sabia que podiam patrocinar.*

A rede de contatos pessoais estabelecida pela sindicalista foram fundamentais para que ela iniciasse sua carreira internacional. Naquele momento, ela afirmou que

conhecia outra liderança que ocupava um cargo de destaque no comitê mundial de mulheres da UNI e que a ajudara a captar financiamento necessário para a atividade. Os recursos vieram em 2003 por meio de um projeto estabelecido na parceria entre a AFLCIO e o SINTETEL. Sobre isto, ela relembra:

> *Juntei 100 mulheres. O programa era no sábado, para explicar o que era o sindicato, veio gente falar com elas, fazer apresentações etc. e, no domingo, era para ir à praia de manhã e vir embora à tarde. Mas, ninguém foi à praia, ficaram lá todo o tempo (...).*
>
> *Então eu fiz esse seminário e foi um sucesso, porque eu lancei um desafio pra elas: aquela que me trouxesse maior número de associados iria ganhar uma viagem pra colônia de férias e elas compraram minha ideia (...). Dito e feito, na semana seguinte elas começaram a telefonar: posso passar aí? E no final de tarde elas iam no sindicato para conhecer. Eu as levava pra cima e pra baixo, e elas me traziam fichinhas. Trouxeram 600 fichas de sócios para filiação numa semana. Eu não acreditava.*

Assim como para Almir, em que afirma que as orientações da UNI foram seguidas com práticas sindicais nacionais bem sucedidas, servindo então para a promoção tanto do sindicato como dele mesmo enquanto liderança internacional, o trabalho realizado por Cenise nesta atividade internacional permitiu que ela tivesse uma experiência de sucesso que seria divulgada junto aos cooperantes internacionais.

> *Eu fiz uma propaganda bem feita desse meu trabalho pra UNI, levei fotos do Seminário, levei cópias das fichas (...) e falei no Comitê de Mulheres, em julho de 2003, do sucesso que foi. A Bárbara estava lá, eu a agradeci a ela, também ao Philip James - o secretário geral da UNI. (...) fizeram uma entrevista comigo, publicaram uma matéria e o Philip fez propaganda disso.*

> *Eu sempre fazia uma propaganda grande, marketing mesmo, dentro da UNI, mandava notícias, mensagens, com o apoio do Almir, claro. E eles colocavam no site. Mesmo não tendo cargo internacional, eu me metia neste viés.*

A trajetória de Cenise chama a atenção, pois a formação de uma rede de contatos e o reconhecimento internacional de trabalhos realizados nacionalmente não foram se estabeleceram de modo "tão automático" como no caso daquelas lideranças metalúrgicas que ingressavam na CNM e lá tinham o respaldo de uma organização já habituada às relações internacionais. O sucesso da ascensão internacional de Cenise teve nas iniciativas individuais um componente significativo para o aproveitamento das oportunidades estruturais que emergiam.

Naquele momento, tais iniciativas internacionais desenvolvidas por sindicalistas não seguiam uma linha política previamente planejada pelo SINTETEL nem pela FENATTEL. Até 2012, ambas as organizações não tinham nem uma secretaria de relações internacionais, nem um caro específico para tratar desta pauta.

No ano de 2004 ela é eleita para o cargo de presidente do Comitê de Mulheres da UNI-Américas, em uma conferência realizada na cidade do México. A partir de então os convites para a participação em atividades internacionais se tornou mais frequente, entre elas, em reuniões com as cúpulas internacionais do setor de telecomunicações, tal como a do Comitê Executivo da UNI. Em uma destas reuniões foi que se mencionou sobre a necessidade contratar uma um funcionário para trabalhar na sede da UNI no Panamá. Na entrevista realizada para esta pesquisa, Cenise comentou que para a vaga teriam sido entregues mais de 300 currículos, no entanto, ela, que não havia enviado o seu teria sido selecionada. O trânsito internacional desta sindicalista já havia se consolidado a ponto de que permitisse sua ascensão a esta esfera.

Cenise: No fim do mês, o Philip veio pra cá, e foi falar com o Almir e eu não sabia de nada. No dia seguinte, o Almir me chamou pra me dizer que eu estava sendo convidada pra trabalhar na UNI...

Mauricio: Você aceitou na hora?

Cenise: Eu fiquei meio tonta, porque não esperava, claro. Eu tinha que conversar com a minha filha e minhas irmãs, escutar a opinião da família, daí eu aceitei.

Ainda que a sindicalista relembre a surpresa no convite para assumir o cargo no escritório da UNI, ela já buscava, antes disso, aprimorar-se em competências requeridas em atividades internacionais. Um exemplo disto é a decisão por estudar inglês, em 2004, no mesmo ano que assumira a presidência da UNI Mulheres – interrompido logo depois, segundo ela, por falta de tempo. Conscientemente ou não, ela buscava se preparar para as funções internacionais Quando ela ingressa na UNI, relata que passou a aprender espanhol por meios práticos, no dia-a-dia. Para Cenise, este aprendizado significava completar uma vontade não satisfeita anteriormente. Em 1978, em Piracicaba, ela iniciara o curso universitário de letras, abandonado pela falta de recursos financeiros. Assim, para esta sindicalista, em certa medida, a carreira internacional com suas demandas e possibilidades, ofereceram a chance da conclusão de projetos inacabados anteriormente por ela.

O campo internacional, para os sindicalistas das telecomunicações analisados representa, portanto, não apenas as possibilidades de extensão das carreiras sindicais nacionalmente constituídas, mas oportuniza a conjunção dos saberes apreendidos no cotidiano do sindicato em tempos de estatal com as demandas das atividades sindicais internacionais. A antiguidade dos sindicalistas foi responsável por sua capacidade em identificar os interlocutores, permitindo assim, não apenas o desenvolvimento de ações de solidariedade internacional junto a sindicatos de outros países, como no caso de Almir, mas

a conquista de ferramentas úteis à entrada no campo internacional, como no caso de Cenise. Em certa medida, os saberes sindicais apreendidos nos tempos de estatal substituíram aqueles conhecimentos técnicos que os sindicalistas não detinham e que eram demandados na esfera internacional. A partir disto, as lideranças que desempenhavam sua militância desde o período anterior às privatizações puderam passar a utilizar conhecimentos internacionais de forma prática, no decorrer do desenvolvimento atividades junto a organizações de outros países.

Destaca-se que os sindicalistas que se internacionalizaram nas telecomunicações tiveram percursos sociais semelhantes. Suas trajetórias foram marcadas pela militância política anterior à militância sindical no período que antecedeu às privatizações – o que demonstra certa predisposição à ação política anterior à entrada nos sindicatos – e pela influência dos movimentos grevistas no ABC na década de 1980 para que o interesse pela militância sindical aflorasse. Assim como para os metalúrgicos, para as lideranças do SINTETEL, as atividades internacionais não se mostraram como um objetivo inicialmente traçado para suas carreiras sindicais, estabelecidas originalmente nos meios nacionais. Portanto, pode-se afirmar que isto se explique, tanto pelas restrições existentes à entrada no campo internacional, mencionadas na análise do caso dos metalúrgicos, quanto pela influência do abrupto processo internacionalização do setor de telecomunicações no Brasil, no final dos anos 1990.

Considerações finais

A internacionalização de organizações sindicais nos setores metalúrgicos e de telecomunicações no Brasil foi inevitável. As dinâmicas impostas pelo capital com sua crescente capacidade de deslocar-se entre distintos países afetou em cheio a organização dos processos produtivos em ambos os setores. Para os sindicatos, foram sentidas, não apenas as dificuldades em se negociar com empresas que têm suas matrizes estabelecidas fora do Brasil, mas, também, o receio de que as decisões estratégicas tomadas por elas ocorressem sem que houvesse a sua participação. Porém, na mesma medida em que a transnacionalização de empresas ganhava força, acentuavam-se os vínculos entre trabalhadores, independentemente do país em que estivessem.

O presente estudo tratou de responder à questão sobre se, para as entidades sindicais estudadas, a internacionalização de suas práticas se manteria embrionária, ou se ela teria fôlego para transformar-se por meio da promoção de novas ações desenvolvidas desde o país rumo ao exterior. Como se observou, a constatação de Sylver (2005), em que a hipermobilidade do capital foi acompanhada por reações por parte de trabalhadores e de suas organizações foi confirmada. Para as organizações sindicais metalúrgicas e das telecomunicações, a internacionalização sindical passou a ser vista e sentida como potencialidade e a se transformar em uma realidade no cotidiano sindical nacional. Seja por um princípio de solidariedade pura e simples, ou de

uma solidariedade pragmática, em que a articulação e o apoio internacional ocorrem a partir do princípio de autodefesa, as organizações sindicais brasileiras passaram a atualizar suas ações frente às novas formas assumidas pelo capital.

A abertura econômica vivenciada com a implementação de medidas liberalizantes pelos governos brasileiros nas duas primeiras décadas e a intensa expansão da economia brasileira, nos anos 2000, a inseriram a economia nacional em um cenário global jamais vivenciado. No país, tanto o setor de telecomunicações como o metalúrgico passaram por processos de reestruturação e, ao mesmo tempo em que testemunharam o ingresso de ETN´s, vivenciaram a proliferação de empresas brasileiras atuando no exterior. Para os sindicatos estudados, intensificavam-se desafios e tensões em uma arena que extrapolava os limites impostos pelas fronteiras nacionais.

Este contexto, no entanto, não significou a entrada sindical em uma arena de militância global de modo imediato, homogêneo e sincrônico. Pelo contrário, o processo desenvolveu-se em diferentes ritmos e características, em que se identificou a passagem entre uma etapa em que, nos anos 1980, os sindicatos *consumiam* relações internacionais – expressas em manifestações de solidariedade de organizações de outros países, em convite para visitas e para a realização de cursos de formação sindical no exterior, e no apoio financeiro internacional para a realização de atividades locais – para outra, nos anos 2000, em que os sindicatos passaram a ter um papel mais ativo, de protagonismo, em que passam a intervir em políticas estabelecidas por organizações sindicais internacionais, contribuir de modo significativo nas cotas de filiação bem como a apoiar sindicatos nacionais em problemas enfrentados em outros países.

Entre as principais razões que explicam a diversidade na forma e na velocidade com que as organizações sindicais se internacionalizaram estão: a de origem

econômica, que reside nas diferentes formas com que os dois setores estavam estruturados – em termos de sua inserção nas lógicas econômicas internacionalizadas; e a que tem origem nas configurações internas da organização sindical nos dois setores, as quais resultam no modo como estas entidades sindicais se relacionaram com sindicatos de outros países. Em outras palavras, o que se pôde ver é que a internacionalização de práticas e percepções sindicais se constituiu como o resultado da confluência entre o contexto econômico e o contexto sindical, este último, observado por meio da posição do sindicato dentro do campo de disputas políticas e de aspectos vinculados com aquilo que há de incerto nas estruturas sociais e que se consolidam, neste caso, nos sindicalistas, com seus perfis e trajetórias sociais.

Para ambas as organizações estudadas, os anos 1990 significaram o momento de *transição* entre um período marcado por certa passividade com relação à arena sindical internacional, para outro, mais ativo. No entanto, por um lado, para as organizações metalúrgicas, esta década foi caracterizada como o início da consolidação de aproximações e alianças internacionais que se iniciaram nos anos 1980. Por outro, nas telecomunicações, sem uma forte tradição de intercâmbio sindical internacional na década anterior, é somente após as privatizações da segunda metade da década de 1990 e subsequente entrada de empresas transnacionais que o sindicato passa a se orientar ativamente para a esfera transnacional.

No mesmo sentido, observou-se que, para os metalúrgicos, entre os anos 1980 e 2000, a expansão das atividades sindicais nacionais para fora do Brasil ocorreu de modo paulatino, em que a internacionalização do SMABC, da CNM e da CUT estiveram relacionadas entre si, processo no qual se destaca o papel significativo da CNM no desenvolvimento de relações internacionais após a sua filiação à FITIM no

início dos anos 1990. A organicidade da internacionalização das entidades cutistas, no entanto, não foi experimentada nas telecomunicações, na qual a internacionalização do SINTETEL se desenvolveu de modo mais abrupto, como uma reação à privatização das telecomunicações no país, e desvinculada da influência da FS.

Os anos 2000 correspondem, então, à consolidação da militância internacional para as organizações estudadas em ambos os setores. Elas passam a ver suas lideranças ocupando cargos em FSI´s e Comitês Mundiais de Empresa, a estabelecer redes sindicais – inclusive voltadas a ETN´s brasileiras –, a desenvolver inúmeros projetos de cooperação e a participar nas tentativas de construção de acordos internacionais. Notou-se também que a legalização das centrais sindicais e a regularização ou criação de novas federações e confederações setoriais ocorridas neste período levaram, não apenas ao subsequente incremento em termos de captação de recursos por parte delas, o que pode refletir no aumento do pagamento de cotas de filiação junto a confederações internacionais, mas, também, no desenvolvimento de ações bilaterais e contratação de *staff* próprio destinado ao trabalho em secretarias de relações internacionais.

No que se refere ao debate sobre se estaria sendo vivenciada a crise inexorável do sindicalismo e de suas estruturas em função da diminuição da sua capacidade de mobilização (RODRIGUES, 2002), o estudo mostrou que as dificuldades enfrentadas pelas organizações sindicais residiriam, antes, nas dificuldades impostas por contextos onde as referências para as atividades sindicais estariam transformadas. De um lado, trabalhadores buscam ajustar as suas práticas e formas organizativas em função dos constantes reajustes impostos pela dinâmica capitalista. De outro, sindicatos buscam ultrapassar os desafios impostos por dinâmicas nacionais, entre elas, no caso do

Brasil, a integração dos sindicatos ao Estado. Tais perspectivas permitem, então, lançar luz sobre as razões pelas quais os sindicatos brasileiros, até a década de 1990, teriam suas práticas direcionadas quase que exclusivamente ao cenário nacional

O estudo estabeleceu uma relação entre as possibilidades estruturais que emergiam a partir das transformações de ordem econômica e a entrada de sindicatos em outras arenas, mostrando como sindicalistas vivenciaram tais transformações e como elas passaram a ser incorporadas em um cenário de intervenção sindical internacional. Nos sindicatos estudados, a conjunção entre aqueles saberes adquiridos por suas lideranças em períodos anteriores à intensificação da internacionalização sindical ocorrida ao longo dos anos 1990 e as experiências internacionais que se iniciavam nesta década possibilitou que fosse estabelecido certo tipo de ciclo virtuoso, em que a posse de capitais simbólicos anteriores resultou no incremento de capitais políticos e na expansão dos focos de ação tradicionais para a arena sindical internacional. Tais capitais, entendidos, aqui, como *capitais internacionais*, são expressos por meio da ampliação de redes de contatos internacionais, do domínio de diferentes idiomas, de capacidades atreladas ao desenvolvimento de projetos de cooperação e da distinção social provocada por viagens a diferentes países.

O acesso a determinadas posições na hierarquia sindical nacional foi determinante para que as habilidades sindicais internacionais pudessem ser apreendidas. No caso dos metalúrgicos, a aquisição destes capitais mostrou-se significativa a partir do ingresso de lideranças na diretoria da CNM, por ela concentrar o relacionamento junto à FITIM e desenvolver uma série de projetos internacionais diretamente junto a cooperantes de outros países. Ao contrário, nas telecomunicações, foi a entrada na diretoria do sindicato de base, o SINTETEL, que um impulso às carreiras internacionais

é provocado. Neste caso, estes capitais estiveram atrelados àquelas lideranças que já participavam do sindicato no período anterior às privatizações e possuíam um *savoir-faire* militante adquirido no decorrer da experiência sindical. Para este grupo de sindicalistas, a conjugação entre a evocação de símbolos utilizados no período estatal e práticas adaptadas a uma nova realidade do setor permitiu, não somente a permanência destes dirigentes no sindicato, mas, principalmente, a consolidação de suas posições no alto da hierarquia da organização.

Em ambos os setores, demonstra-se a concretização de mudanças naqueles referenciais sindicais que estavam voltados à esfera nacional. Ao mesmo tempo em que a internacionalização sindical é promovida a um novo status, ampliam-se, ainda que de modo restritivo, os percursos possíveis a serem trilhados nas carreiras sindicais com lastros nacionais. Mais do que isto, amplia-se a divisão do trabalho no campo sindical por meio de um processo que reforça a ideia de uma seleção social que se constitui de forma coletiva e individual e que contribui à conjugação entre as concepções de uma militância legítima e capaz.

Por fim, restaria saber se a crescente inserção das organizações sindicais brasileiras metalúrgicas e das telecomunicações em um cenário internacional estará acompanhada de sindicatos de outros setores econômicos. No mesmo sentido, também, se e como as estratégias utilizadas no país serão atualizadas, fornecendo mais fôlego à relação entre a integração da economia nacional à global e à internacionalização das estratégias sindicais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI.* Texto para Discussão no. 1452, IPEA. Brasília, dezembro de 2009.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

ANNER, Mark. Industrial Structure, the State, and ideology: Shaping Labor Transnationalism in the Brazilian Auto Industry. In: Social Science History vol. 27, no. 4, 603-634, 2003.

ARBIX, Glauco. *Structural change and the emergence of the Brazilian MNEs.* International Journal of Emerging Markets, Vol. 5 Iss: 3/4, pp.266 – 28, 2010.

BALBOTÍN, Patricio Rozas. *Privatización, reestruturación industrial y práticas regularorias em el sector de telecomunicaciones.* Santiago do Chile, CEPAL, junho de 2005.

BARBOSA, J. F. *A Internacionalização do Grupo Gerdau*: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

BATALHA Cláudio; TEIXEIRA, Fernando da Silva; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe.* Campinas, Unicamp, 2004.

BELUSSI, Fiorenza. & GARIBALDO, Francesco. *Variety of Patterno f the Post-Fordist Economy: Why are the 'Old Times' still with us and the 'New Times' yet to come?* In: GRINT, Keith (Ed.) *Work and Society: a Reader.* Cambridge, Polity Press, 2000.

BEAUD S. & PIALOUX M. *Decadências: permanentes e temporários*. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). A miséria do mundo. Petrópolis, Vozes, 1997.

BECK, Ulrich. *O que é a globalização: equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo, Paz e terra, 1999.

BEYNON, Huw. *Trabalhando para a Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística.* São Paulo, Paz e terra, 1995.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, HUCITEC, 1991.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic. *Una invitación a la sociología reflexiva.* Buenos Aires, Argentina, Siglo XXI Editores, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas : Sobre a teoria da ação.* Papirus Editora, Campinas, São Paulo, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1989.

_____. *La Distincion: criterios y bases sociales del gusto.* Taurus, 1984.

BRAGA, Ruy. *Uma sociologia da condição operária contemporânea.* In: Revista Tempo Social Volume 18, nº1, junho de 2006.

CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation. Recits de la vie ouvrière, São Paulo, Brèsil.* Paris: IRD, Karthala, 2002.

CARDOSO, Adalberto. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO NETO, Antônio M. *La desreglamentación de las telecomunicaciones en Brasil.* In: WALTER, Jorge e GONZÁLES, Cecilia (orgs). *La privatización de las telecomunicaciones en América Latina: empresas y sindicatos ante los desafios de la reestruturación.* Buenos Aires, Eudeba, 1998.

CARVALHO NETO, Antônio M. *Relações de trabalho e negociações coletivas na virada do milênio*. Belo Horizonte, Ed. Vozes, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 1).* São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CASTREE, Noel. *Geographic Scale and Grass-Roots Internationalism: the Liverpool dock dispute, 1995-1998.* Economic Geography, Vol 76, No. 3, July, 2000, PP. 272 – 292.

CASTRO, Marcus Faro & VALLADÃO DE CARVALHO, Maria Izabel. *Globalização e Transformações Políticas Recentes no Brasil.* Revista de Sociologia e Política no. 18, pgs. 108 -129, junho de 2002.

CASTRO, Maria S. Portela de. & WACHENDORFER, Achim. *O sindicalismo do MERCOSUL trajetória e perspectivas na ampliação comercial hemisférica*, 1998.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital.* São Paulo, Xamã, 1996.

COLLOMBAT, Thomas. *The international labour movement in the Americas: a research agenda.* In: Just Labour: A Canadian Journal of Work and Society – Volume 11 – Outono de 2007.

COMIN, Álvaro Augusto. *A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil.* In:Oliveira, C. A. (org.) O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século. São Paulo: CESIT / Scritta, 1994.

CONCEIÇÃO, Jefferson. *As fábricas do ABC no olho do furacão:a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia automotive nos anos 1990.* Dissertação de mestrado IMES, São Caetano do Sul, 2001.

COSTA, Hermes A. *O Sindicalismo, a política Internacional e a CUT*. Revista Lua Nova nº 64, 2005.

_____. *A política internacional da CGTP e da CUT: Etapas, temas e desafios.* Revista Crítica de Ciências Sociais, no. 71, junho de 2005, pp. 141-161.

_____. *A ação sindical na EU e MERCOSUL*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 62, junho de 2002, pp. 69-97.

COUTROT, Thomas. *Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência européia.* In: Outubro. Revista de estudos socialistas. no.12, 1ºsemestre de 2005, pp 33 – 43.

CUT. *Caderno de Resoluções do 4º CONCUT*. São Paulo, 1991.

DALLA COSTA, Armando. *La Vale dans le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes.* Paris: Editions Eska, n. 54, abril 2009, p. 86-106.

DEZALAY, Yves. *Les courties de l'international: héritiers cosmopolites, mercenaires de l'imperialisme ET missionaires de l´universel.* In: Actes de La Recherche em Sciences Sociales. No. 151-152, Pp. 5 – 35, 2004.

DOMINGUES, José Maurício. *Gerações, modernidade e subjetividade coletiva.* . In: Revista Tempo Social Volume 1, maio de 2002.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação.* São Paulo, editora da UNESP, 2005.

_____. *Impactos sociais e econômicos das novas tecnologias da informação.* In: Simpósio internacional Impactos das novas tecnologias da informação. Universidade e Sociedade, 1999.

DRUMMOND, José. *Redes sindicais em empresas transnacionais como resposta sindical à globalização econômica*. Artigo produzido para a Conferência Anual Internacional da Universidade Global do Trabalho. 28 a 30 de Abril de 2008, UNICAMP, Campinas, SP – Brasil.

FIGARI, Claudia. *Reestruturación de una empresa proveedora. La filial argentina de SIEMENS*. In: WALTER, Jorge; GONZÁLES, Cecilia (orgs). *La privatización de las telecomunicaciones en América Latina: empresas y sindicatos ante los desafios de la reestruturación.* Buenos Aires, Eudeba, 1998.

GALVÃO, Andréia. *A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula.* In: Outubro. Revista de estudos socialistas. no.18, 1ºsemestre de 2009, pp 175-198.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, Co-edição Revan, Fapesp, 2007.

GAXIE, Daniel. *Les Logiques du recrutement politique.* Revue Française de Science Politique, Volume 30, No. 1, pp. 5 – 45, 1980.

GIANOTTI, Vito. & NETO, Sebastião Lopes. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta editora, 1993.

GIDDENS, Anhony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

GUIMARÃES. Sônia & CARVALHO NETO, Antônio. *O Futuro dos sindicatos: estudo sobre sindicatos de telecomunicações no Brasil.* Caderno CRH, Salvador, v.19, no. 47, p. 277-291, Maio/Ago, 2006.

GRAY, Chad W. *Metalúrgicos sem fronteiras: building a global union at Gerdau.* Tese de doutorado, Cornell University, agosto de 2009.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

HIRST, Paul. & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade.* Petrópolis, Vozes, 1998.

HYMAN, Richard. *Five alternative scenarios for west european unionism.* In: Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order. London, International Political Economy series, 1999.

_____. *Os sindicatos e a integração econômica européia.* Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho, ano 3, no. 5, 1997, pp. 158-182.

_____. *Los Sindicatos y la Desarticulación de la Clase Obrera.* In: Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**,** ano 2, no. 4, 1996, pp. 9 - 28.

KEIDA, Mark S. *Globalizing Solidarity: explaining differences in U.S. Labor Union Transnationalism*. Dissertation, Miami University, Oxford, OH, 2006.

KIELY, Ray. *Rewiew - Globalization: from domination to resistance.* Third World Quarterly, Vol. 21, No. 6, Capturing Globalization, December of 2000, pp. 1059 – 1070.

KUME, H., Piani, G. e SOUZA, C. F. B. *A Politica Brasileira de Importação no Periodo 1987/1998: Descrição e Avaliação*. In: Corseuil H. C. e Kume H. (Coord.) A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990: impactos sobre emprego e salário – IPEA 2003.

JAKOBSEN, Kjeld. *Estratégia Sindical Frente Às Empresas Transnacionais.* In: Nueva Sociedad número 211, Septiembre-Octubre 2007

LARANGEIRA, Sônia M. G. *A Reestruturação das telecomunicações e os sindicatos.* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 18, nº52, junho de 2003.

_____. *Reestruturação das Telecomunicações e o Desafio aos Sindicatos: Brasil numa perspectiva internacional.* Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002.

_____. *Reestruturação no setor de telecomunicações: inovações tecnológicas, privatização e desregulamentação: aspectos da experiência internacional.* In: Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**,** ano 4, no. 8, Pp. 159-178, 1998.

LAREDO, Iris Mabel. *Globalización, Fragmentación, Regionalización*. In: O lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial. Pp. 109-118. São Paulo, Cortez, 2001.

LAYNE, Christopher. *The unipolar ilusion: why new great powers will raise.* In:LYNN-JONNES, Sean; MILLER, Steven. *The cold war and after: prospects for peace*. Cambridge/ Massachusetts, MIT press, 2001.

MARCENES, Leandro Henrique. *Estratégias de internacionalização: investimentos diretos externos de multinacionais brasileiras*. Dissertação de mestrado, FGV, 2009.

MARTINS, Heloísa H.T. de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil.* São Paulo, Hicutec, 1989.

MICHELAT, Guy. e SIMON, Michel. *Les ouvriers et la politique: permanence, ruptures, réalignements 1962 – 2002*. Presses de Scienses Po, 2004.

MELLO, Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* São Paulo, editora da UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MELLO e SILVA, Leonardo. *Trabalho e sociabilidade privada: a exclusão do outro*. Um olhar a partir das células de produção. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.21, n.61, p.147-161, junho de 2006.

_____. *"Trabalhadores do mercosul : uni-vos!"A construção de uma voz coletiva contra-hegemônica: quando o dissenso é "pôr-se de acordo com, a propósito de"*. In : SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MUNK, Ronaldo. *Labour dilemmas and labour futures.* In: Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order. London, International Political Economy Series, 1999.

NEGRO, Antonio L. *Servos do Tempo.* IN: ARBIX, Glauco & ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) De JK a FHC a reinvenção dos carros. Campinas, Scritta, 1997.

PASQUARIELLO, Karina Lilia. *MERCOSUR e Sindicatos: a participação das Centrais Sindicais no Subgrupo 11*. Dissertação de Mestrado, departamento de Ciência Política, FFLCH – USP, 1996.

PAULA, Nilson Maciel de. & MAZZETTO, Terezinha Saracini Ciriello. *Os fluxos de IDE no Brasil nos anos 1990: uma revisão de literatura à luz das transformações em curso.* Revista de Economia Política. Vol. 31, nº 3, pp. 370-380, julho-setembro, 2011.

PIVEN, Frances F. & CLOWARD, Richard A. *Power Repertories and Globalization*. Politics & Society Vol. 28, no. 3, 2000, pg. 413-430.

POUPEAU, Frank. *Sur deux formes de capital international: les "élites de la globalisation" en Bolivie*. Actes de la recherche en sciences socials, no. 151-152, pp. 114-125.

PUDAL, Bernard. *Prendre parti: pour une sociologie historique du PCF*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e Sindicato: Posições em debate na sociologia hoje. *Dados: Revista de Ciências Sociais* – V. 43, nº 4, pp. 761-781, 2000.

Relatório da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT). *The global Call Center Industry Project – 2005.* São Paulo, PUC, 2005.

RODRIGUES, Iram. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT.* São Paulo, SCRITTA/ Fapesp, 1997.

RODRIGUES, Leôncio M. *Destino do sindicalismo*. 2ª edição, São Paulo, Edusp, 2002.

_____. *Sindicalismo e classe operaria (1930-1964).* In: Fausto, Boris (Org.) Historia Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e Politica (1930-1964) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política.* São Paulo, Paz e Terra, 1993.

_____. O*s militantes e a ideologia.* São Paulo, Paz e Terra, 1990.

ROMBALDI, Maurício. *Os sindicalistas nas entrelinhas: o caso do SINTETEL pós-privatizações.* Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2007.

_____. *Reestruturação produtiva e implicações sociais: O caso do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefónica s no Estado do Rio Grande do Sul*. (Monografia) UFRGS, julho de 2004.

RUDUIT. Sandro. *Global e Local: o novo pólo automobilístico de Gravataí e as suas implicações sociais e políticas.* Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SANTANA, Marco Aurélio. *"Novo sindicalismo" e a ideia da ruptura com o passado.* In: O novo sindicalismo: vinte anos depois. RODRIGUES, Iram J. (org.). Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa & COSTA, Hermes Augusto. *Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário.* In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*.

São Paulo, Annablume; FAPESP, 2007.

SCHOLTE, Jan Aart. *Global Capitalism and the State,* International Affairs Vol 73, No. 3, jul 1997, pp 427- 452 http://www.jstor.org/stable/2624266

SECOLI, Tarcísio. *Reestruturação produtiva e a crise do emprego: novos temas para as negociações coletivas*. In: CARVALHO NETO, Antônio M. e CARVALHO, Ricardo Augusto A. Sindicalismo e Negociação Coletiva nos anos 90. FAT/ CODEFAT, Belo Horizonte, 1998.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter.* Rio de Janeiro / São Paulo, Record, 2005.

SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na economia brasileira do após-guerra.* Revista de Economia Política Vol. 2/2, no. 6 abril/junho 1982.

SIQUEIRA, Ethevaldo. *Um país atacado pelo colapso de suas telecomunicações.* In: LAMOUNIER, Bolívar & FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço.* São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002.

SINGER, André. *A segunda alma do Partido dos Trabalhadores.* Revista Novos Estudos número 88, novembro de 2010.

SICSÚ, Abraham B. *IED e potencialidades de articulações com empresas de pequeno porte: reflexões sobre o caso brasileiro*. In: O lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial. Pg- 299-317. São Paulo, Cortez, 2001.

SYLVER, Berverly J. *Forças do Trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo, Boitempo, 2005.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism.* Cambridge University Press, New York, 2005.

_____. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press, New York 1998.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Organizadores: NEGRO, Antonio Luigi & Silva, Sérgio. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2001.

TOMIZAKI, Kimi. & ROMBALDI, Maurício. *Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical*. Pro-Posições, vol. 20, no. 2, pp. 93-112, 2009.

TOMIZAKI. Kimi. *Ser Metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores.* Campinas, SP. CMU, Editora Arte Escrita, 2007.

TOMIZAKI, Kimi. *Desenraizamentos e deslocamentos: a formação de uma geração singular de metalúrgicos no ABC paulista.* In: RODRIGUES, Iram & RAMALHO, José Ricardo (ogs.) Trabalho e sindicatos em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense. São Paulo, Annablume, 2007a.

_____. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores.*Campinas, Editora Arte Escrita, 2007.

_____. *A herança operária entre a fábrica e a escola.* In: Revista Tempo Social Volume 18, nº1, junho de 2006.

UNCTAD, 2008. *World Investment Report 2008: Transnational Corporations and the Infraestructure Challenge.*

UNCTAD, 2011. *World Investment Report 2011: Non-equity modes of international production and development.*

WAGNER, Anne-Catherine. *La place du voyage dans la formation des élites.* In: Actes de La Recherche em Sciences Sociales. No. 170, Pp. 58 – 65, 2007.

_____. *Syndicalistes européens: les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux.* Actes de la recherche en sciences socials, no. 155, pp. 13-33, 2004.

WALTER, Jorge; GONZÁLES, Cecilia (orgs). *La privatización de las telecomunicaciones en América Latina: empresas y sindicatos ante los desafios de la reestruturación.* Buenos Aires, Eudeba, 1998.

WATERMAN, Peter. *O internacionalismo sindical na era Seattle*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 62, junho de 2002, pp. 33-69.

_____. *The new social unionism: a new union model for a new world order.* In: Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order. London, International Political Economy series, 1999.

WOHLERS, Márcio. *A reforma do modelo institucional de telecomunicações: o menu internacional e a opção brasileira*. 1999.

ANEXOS

ANEXO 1

CODIGO DE CONDUCTA UNI-TELEFONICA

PREAMBULO El presente Acuerdo se suscribe en desarrollo del Protocolo firmado por las partes el 6 de Abril de 2000, en el que se comprometió, entre otras iniciativas, "la negociación de un Código de Conducta" para mantener los derechos sindicales y laborales en todas las actividades de Telefónica a nivel mundial. En su virtud, el Secretario General de UNI y el Presidente de Telefónica, S.A., acuerdan el siguiente "Código de Conducta", basado en los principios siguientes:

EL RECONOCIMIENTO COMUN POR LAS PARTES DE LOS DERECHOS HUMANOS FUNDAMENTALES EN LA COMUNIDAD Y EN EL LUGAR DE TRABAJO:

1. UNI y Telefónica afirman su apoyo a los derechos fundamentales en la comunidad y en concreto:

La libre elección de empleo, en consonancia con lo establecido en los Convenios Nos. 29 y 105 de la OIT.

La ausencia de discriminación en el empleo, de forma que todos los empleados gozarán de igualdad de oportunidades y de trato, independientemente de su origen étnico, religión, opiniones políticas o sexo. Los trabajadores percibirán un salario igual por un trabajo de igual valor (Convenios Nos. 100 y 111 OIT).

La abolición del trabajo infantil No se recurrirá al trabajo infantil. Unicamente se contratarán trabajadores mayores de 15 años o, si la edad de escolaridad obligatoria en un Estado fuese superior, mayores de dicha edad (convenio OIT No. 138). Los jóvenes menores de 18 años no efectuarán trabajos que por su naturaleza o por las circunstancias en que se desarrollen, puedan perjudicar su salud, su seguridad o su educación. (Convenio No. 182 de la OIT).

2. UNI y Telefónica afirman su apoyo a los derechos humanos fundamentales en el lugar de trabajo. A este respecto, se comprometen a observar los Convenio de la OIT sobre libertad sindical y derechos sindicales; reconocer el derecho de los trabajadores a afiliarse a los sindicatos y el derecho de éstos a representar y negociar en nombre de los trabajadores así como a observar las normas mínimas relativas a remuneración y condiciones de trabajo.

Libertad Sindical y derecho de negociación colectiva

Todos los trabajadores gozarán del derecho de formar sindicatos y de afiliarse a ellos.

Donde quiera que las Organizaciones afiliadas a UNI representen a los trabajadores en las compañías propiedad de Telefónica –y sus subsidiarias-, la empresa reconocerá el derecho de dichas organizaciones a representar a sus empleados en:

a) Las negociaciones colectivas (Convenio 98 de la OIT) Recíprocamente los Sindicatos se comprometen a negociar de buena fe, asumiendo la necesidad de implicarse en la búsqueda de las mejores prácticas del entorno que aseguren el desarrollo de las respectivas empresas y su viabilidad, máximo exponente de la garantía de empleo de sus trabajadores.

b) Cualquier procedimiento de resolución de conflictos.

c) La negociación y/o consulta en aquellos asuntos que afecten al empleo y a la formación.
d) Donde no exista sindicato, la Compañía adoptará una postura neutral y no impedirá la organización de los trabajadores. Respetará, también, el derecho sindical de organizar a los empleados.

Derechos de la representación de los trabajadores

La Compañía garantizará que los representantes de los trabajadores no sean discriminados por razón de su condición y permitirá su acceso a los lugares de trabajo que sean necesarios para llevar a cabo sus funciones de representación(Convenio 135 y Recomendación 143 de la OIT)

Salarios mínimos Los trabajadores percibirán salarios y prestaciones, al menos, iguales a los establecidos en la legislación o acuerdos nacionales por el trabajo del sector de que se trate. Ningún trabajador percibirá un salario inferior al mínimo legal que será suficiente para subvenir a sus necesidades y las de sus familias (Convenios 94, 95 y 131 OIT). Se proveerá a todos los trabajadores información clara sobre las condiciones salariales.

Jornada laboral La jornada laboral deberá, como mínimo, observar los requisitos de la legislación o acuerdos nacionales y/o las normas del sector (Convenios de la OIT Nos. 1, 47 y Recomendación 116). Las horas extraordinarias serán voluntarias siempre que sea posible y no podrán constituir un sustituto de salarios regulares insuficientes.

EL RECONOCIMIENTO POR AMBAS PARTES DE LA NECESIDAD DE CONTRIBUIR A LA MEJORA DE LAS CONDICIONES DEL LUGAR DE TRABAJO Y DE LA COMUNIDAD

3. UNI y Telefónica afirman su apoyo y respeto a las normas aplicables en materia de medio ambiente, y de seguridad y salud en el lugar de trabajo, y en concreto

La garantía de que los lugares de trabajo son seguros y no entrañan riesgo para la seguridad y la salud de los trabajadores (Convenio No. 155 de la OIT).

Se promoverán las mejores prácticas en materia de seguridad y salud en el trabajo y se proporcionarán, cuando sea necesario, ropas o equipos de protección apropiados a fin de prevenir, en la medida en que sea razonable y factible, los riesgos de accidentes o de efectos perjudiciales para la salud.

La cooperación de los trabajadores y sus representantes en el cumplimiento de las medidas adoptadas para garantizar la seguridad y salud, quienes recibiran la información y formación apropiadas en el ámbito de la seguridad e higiene en el trabajo.

El respeto de los demás en el trabajo Los trabajadores deberán observar las elementales normas de convivencia, evitando cualquier comportamiento que implique falta de deferencia o menosprecio hacia los demás empleados. Quienes asuman la responsabilidad sobre un grupo de trabajo deberán, además, distribuir con equidad las tareas tanto cuantitativa como cualitativamente.

4. La UNI y Telefónica afirman su apoyo a la mejora de las condiciones de la comunidad, es decir:

Formación Se procurará a todos los trabajadores la oportunidad de participar en programas de formación, principalmente, en aquellos dirigidos a cualificarles en el uso de las nuevas tecnologías.

Estabilidad en el empleo Se respetarán la legislación o acuerdos nacionales en materia de empleo, procurando, siempre que sea razonablemente posible, la creación de empleo estable.

Respeto del medio ambiente UNI y Telefónica comparten inquietudes con respecto a la incidencia que las actividades de Telefónica pueden tener en el medio ambiente y se comprometen a hacer todo esfuerzo posible para garantizar la atención debida a este respecto.

APLICACIÓN Telefónica S.A. proporcionará la información relativa al presente Acuerdo a todas las Empresas del Grupo. Ambas partes estarán encargadas de la administración y aplicación del presente acuerdo, a cuyo fin mantendrán un diálogo permanente y se reunirán regularmente. Cualquier diferencia en la interpretación o aplicación del mismo se examinará en común, con el fin de hacer las oportunas recomendaciones a las partes en el conflicto. A tal fin se creará un grupo compuesto por tres miembros en representación de Telefónica y tres de UNI (UGT/Comisiones Obreras-UNI)que analizarán el caso y presentará sus conclusiones al Presidente de Telefónica y Secretario General de UNI. Dado que Telefónica considera que el respeto de los derechos enunciados en este acuerdo constituye un elemento de progreso en las relaciones laborales, planteará a las Empresas que pretendan la adjudicación de contratos de obras o servicios con las del Grupo Telefónica, la necesidad de atenerse a dichos principios.

DURACION El presente acuerdo tendrá una duración de cinco años, transcurridos los cuales será objeto de evaluación y, en su caso, prorroga por un nuevo periodo.

Firmado el 12 de marzo de 2001

Philip Jennings
Secretario General de UNI

Cesar Alierta
Presidente de Telefónica

Alejandro de Llano Jesús Vesperinas
Unión General de Trabajadores -UGT Comisiones Obreras- CC.OO.

ANEXO 2

CÓDIGO DE CONDUTA UNI - Ability Tecnologias e Serviços S/A

O presente Acordo é subscrito em desenvolvimento a negociação de um Código de Conduta para manter os direitos sindicais e trabalhistas em todas as atividades da Empresa Ability Tecnologias e Serviços S/A a nível nacional e dentro da América Latina. Em virtude disso, o Secretário Geral da UNI e o Presidente da Ability Tecnologias e Serviços S/A acordam o seguinte "Código de Conduta", baseado nos seguintes princípios:

O RECONHECIMENTO COMUM PELAS PARTES DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NA COMUNIDADE E NO LOCAL DE TRABALHO:

1. A UNI e a Ability afirmam seu apoio aos direitos fundamentais na comunidade e em concreto:
A livre escolha de emprego, em conformidade com o estabelecido nos Convênios Nº. 29 e 105 da OIT. A ausência de discriminação no emprego, de forma que todos os empregados gozarão de igualdade de oportunidades e de tratamento, independentemente de sua origem étnica, religião, opiniões políticas ou sexo. Os trabalhadores receberão um salário igual por um trabalho de igual valor (Convênios Nº. 100 e 111 OIT).
A abolição do trabalho infantil. Não se recorrerá ao trabalho infantil. Unicamente serão contratados trabalhadores maiores de 15 anos ou, se a idade de escolaridade obrigatória num Estado fosse superior, maiores dessa idade (convênio OIT Nº 138). Os jovens de menos de 18 anos não realizarão trabalhos que por sua natureza ou pelas circunstâncias em que se desenvolvam, possam prejudicar sua saúde, sua segurança ou sua educação. (Convênio Nº 182 da OIT).

2. A UNI e a Ability afirmam seu apoio aos direitos humanos fundamentais no local de trabalho. A esse respeito, comprometem-se a observar os Convênios da OIT sobre liberdade sindical e direitos sindicais, reconhecer o direito dos trabalhadores a filiar-se aos sindicatos e o direito deles a representar e negociar em nome dos trabalhadores bem como a observar as normas mínimas relativas a remuneração e condições de trabalho.
Liberdade Sindical e direito de negociação coletiva. Todos os trabalhadores gozarão do direito de formar sindicatos e de filiar-se a eles. Onde for que as Organizações afiliadas a UNI representem os trabalhadores nas companhias de propriedade da Ability Tecnologias e Serviços, a empresa reconhecerá o direito dessas organizações a representarem os seus empregados em:

a) As negociações coletivas (Convênio 98 da OIT) Reciprocamente os Sindicatos se comprometem a negociar de boa fé, assumindo a necessidade de envolver-se em busca das melhores práticas do ambiente que assegurem o desenvolvimento das respectivas empresas e sua viabilidade, máximo expoente da garantia de emprego de seus trabalhadores.
b) Qualquer procedimento de resolução de conflitos.

c) A negociação e/ou consulta naqueles assuntos que afetem o emprego e a formação.
d) Onde não exista sindicato, a Companhia adotará uma posição neutral e não impedirá a organização dos trabalhadores. Respeitará, também, o direito sindical de organizar os empregados.

Direitos da representação dos trabalhadores. A Companhia garantirá que os representantes dos trabalhadores não sejam discriminados devido a sua condição e permitirá seu acesso aos locais de trabalho que forem necessários para levar a cabo suas funções de representação (Convênio 135 e Recomendação 143 da OIT)

Salários mínimos. Os trabalhadores receberão salários e prestações, pelo menos, iguais aos estabelecidos na legislação ou acordos nacionais pelo trabalho do setor de que se tratar. Nenhum trabalhador receberá um salário inferior ao mínimo legal que será suficiente para ajudar nas suas necessidades e as de suas famílias (Convênios 94, 95 e 131 OIT). Será fornecida a todos os trabalhadores informação clara sobre as condições salariais.

Jornada de trabalho. A jornada de trabalho deverá, no mínimo, observar os requisitos da legislação ou acordos nacionais e/ou as normas do setor (Convênios da OIT Nº. 1e 47 e Recomendação 116). As horas extraordinárias serão voluntárias sempre que possível e não poderão constituir um substituto de salários regulares insuficientes.

O RECONHECIMENTO POR AMBAS AS PARTES DA NECESSIDADE DE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DE TRABALHO E DA COMUNIDADE

3. A UNI e a Ability afirmam seu apoio e respeito às normas aplicáveis em matéria de meio ambiente, e de segurança e saúde no local de trabalho.

A garantia de que os locais de trabalho são seguros e não contêm risco para a segurança e saúde dos trabalhadores (Convênio Nº. 155 da OIT).

Serão promovidas as melhores práticas em matéria de segurança e saúde no trabalho e se proporcionarão, quando for necessário, roupas ou equipamentos de proteção apropriados visando a prevenir, na medida em que sejam razoáveis e factíveis, os riscos de acidentes ou de efeitos prejudiciais para a saúde.

A cooperação dos trabalhadores e seus representantes no cumprimento das medidas adotadas para garantir a segurança e a saúde, os quais receberão a informação e formação apropriada no âmbito da segurança e higiene no trabalho.

O respeito dos outros no trabalho. Os trabalhadores deverão observar as normas elementares de convivência, evitando qualquer comportamento que envolva falta de deferência ou menosprezo para os outros empregados. Aqueles que assumirem a responsabilidade sobre um grupo de trabalho deverão, também, distribuir com equidade as tarefas tanto quantitativa quanto qualitativamente.

4. A UNI e a Ability afirmam seu apoio à melhoria das condições da comunidade, isto é:

Formação. Será dada a todos os trabalhadores a oportunidade de participar em programas de formação, principalmente, naqueles dirigidos a qualificá-los no uso das novas tecnologias.

Estabilidade no emprego. Serão respeitados a legislação ou acordos nacionais em matéria de emprego, procurando, sempre que seja razoavelmente possível, a criação de emprego estável.

Respeito do meio ambiente. A UNI e a Ability compartilham preocupações no que diz respeito à incidência que as atividades da Ability podem ter no meio ambiente e se comprometem a fazer todo esforço possível para garantir a atenção devida a esse respeito.

APLICAÇÃO. A Ability Tecnologias e Serviços S/A oferecerá a informação relativa ao presente Acordo a todas as Empresas do Grupo. Ambas as partes estarão encarregadas da administração e aplicação do presente acordo, a cujo fim manterá um diálogo permanente e se reunirão em forma regular. Qualquer diferença na interpretação ou aplicação do mesmo será examinada em comum, visando a realizar as oportunas recomendações às partes no conflito. Para isso será criado um grupo composto por três membros em representação da Ability e três de SINTETEL - FENATTEL – UNI Américas que analisarão o caso e apresentarão suas conclusões ao Presidente da Ability e Secretário Geral da UNI.

DURAÇÃO. O presente acordo terá uma duração de cinco anos, após os quais será objeto de avaliação e, nesse caso, adiamento por um novo período. Assinado a 2 de outubro de 2008.

Philip Bowyer João Carlo Faislon Santana
Vice-secretário Geral da UNI Diretor Financeiro e Administrativo

Rodolfo Benítez Antonio Carlos Haidamus Monteiro
Secretário Regional da UNI - Américas Diretor Operacional

Almir Munhoz
Presidente SINTETEL

ANEXO 3

Declaration on Social Rights and Industrial RelationshipsVat Volkswagen

Preamble. Volkswagen documents fundamental social rights and principles with this declaration. The social rights and principles described in this declaration represent the basis of Volkswagen Corporate Policy. The social rights and principles described in this declaration take the Conventions of the International Labour Organization concerned into consideration. The future security of the Volkswagen Group and its employees ensues from the spirit of cooperative conflict management and social commitment, on the basis and with goal of ensuring economic and technological competitiveness. A particular expression of social commitment is in the security and development of employment opportunities The globalization of Volkswagen is essential to secure the future of the company and its employees.

Volkswagen and its employees face the challenges of globalization together. Together they should utilize the opportunities for the success of the company and the workforce, while limiting potential risks.

Volkswagen AG, the Group Global Works Council of Volkswagen AG and the International Metalworkers' Federation agree on the following goals for the countries and regions represented in the Group Global Works Council. The realization of the following goals ensues under the consideration of applicable law and prevailing customs in the different countries and locations.

§ 1 – Basic Goals

1.1. Freedom of association
The basic right of all employees to establish and join unions and employee representations is acknowledged. Volkswagen, the unions and employee representatives respectively work together openly and in the spirit of constructive and co-operative conflict management.

1.2. No Discrimination
Equal opportunity and treatment, regardless of race, skin colour, sex, religion, citizenship, sexual orientation, social origin or political persuasion (as far as it is based on democratic principles and tolerance towards persons thinking differently) is assured. Employees will be chosen, hired and promoted only based on their qualifications and abilities.

1.3. Free Choice of Employment
Volkswagen rejects any knowing use of forced labour and indentured as well as debtor servitude or involuntary prison labour.

1.4. No Child Labour
Child labour is prohibited. The minimum age for acceptance for employment in accordance with governmental regulations will be observed.

1.5. Compensation
The compensation and benefits paid or received for a normal work week correspond at least to the respective national legal minimum requirements or those of the respective economic sectors.

1.6. Work Hours
The work hours correspond at least to the respective national legal requirements or to the minimum standards of the respective economic sectors.

1.7. Occupational Safety and Health Protection
Volkswagen meets at least the respective national standards for a safe and hygienic working environment and in this context will undertake appropriate measures to assure health and safety in the work place so that healthy employment conditions are assured.

§ 2 Realization
2.1. The employees of Volkswagen will be informed about all of the provisions of this declaration. Within the context of the respective plant practice, unions or existing elected employee representatives will have the possibility to inform the workforce together with representatives of management.
2.2. Volkswagen supports and expressly encourages its contractors to take this declaration into account in their own respective corporate policy. It views this as an advantageous basis for mutual relationships.
2.3. At the suggestion of the Board of Management of Volkswagen AG or the Volkswagen Group Global Works Council, this declaration and its realisation will be discussed and considered with representatives of management of Volkswagen AG within the framework of the meeting of the Group Global Works Council. If necessary, appropriate measures will be agreed upon.
2.4. Third parties cannot drive or enforce any rights from this declaration . This declaration enters in to force on the day it is signed. It has no retroactive effects.

Bratislava, 6th June 2002

The Group Global Works Council

Volkswagen AG

International Metalworkers' Federation

ANEXO 4

Social Responsibility Principles of DaimlerChrysler

Preamble. DaimlerChrysler acknowledges its social responsibility and the nine principles that form the basis of the Global Compact. In order to achieve these shared goals, Daimler Chrysler has agreed upon the following principles with the international employee representatives. We support the United Nations' initiative and want to work with other companies and institutions to prevent the irreversible process of globalization from causing fear and alarm among the people all over the globe; we want to show the human face of globalization, among other things by creating and preserving jobs. We are convinced that social responsibility is an important factor for the long-term success of our company**.** This also applies to our shareholders, business partners, customers and employees. Only then can we contribute towards world peace and prosperity in the future.

Heeding this responsibility, however, requires that we be competitive and remain so in the long term. Taking social responsibility is indispensable for a value-based company management. The following principles, that are orientated at the conventions of the International Labor Organization, have been implemented by DaimlerChrysler worldwide, and in establishing them, diversity in culture and social values have been duly acknowledged and heeded.

Human rights. DaimlerChrysler respects and supports compliance with the internationally accepted human rights.

Forced Labor. DaimlerChrysler condemns all forms of forced and compulsory labor.

Child Labor. DaimlerChrysler supports the effective abolition of exploitative child labor. Children must not be inhibited in their development. Their health and safety must not be adversely affected. Their dignity must be respected.

Equal opportunities. DaimlerChrysler undertakes to uphold equal opportunities with respect to employment and to refrain from discrimination in any form unless national law expressly provides for selection according to specific criteria. Discrimination against employees based on gender, race, disability, origin, religion, age or sexual orientation is not acceptable.

Equal pay for equal work. Within the scope of national legislation, DaimlerChrysler respects the principle of "equal pay for work of equal value", e.g. for men and women.

Relations with employees and employee representatives. DaimlerChrysler acknowledges the human right to form trade unions. During organization campaigns the company and the executives will remain neutral; the trade unions and the company will comply with basic democratic principles, and thus, they will ensure the employees can make a free decision. DaimlerChrysler respects the right to collective bargaining. Elaboration of this human right is subject to national statutory regulations and existing

agreements. Freedom of association will be granted even in those countries in which freedom of association is not protected by law.

Cooperation with employees, employees' representatives and trade unions will be constructive. The aim of such cooperation will be to seek a fair balance between the commercial interests of the company and the interests of the employees. Even where there is disagreement, the aim will always be to work out a solution that permits constructive cooperation in the long term. It is the aim of the company to involve and inform the individual employees as directly as possible. Conduct towards and communication with employees shall be characterized by respect and fairness.

Working conditions. DaimlerChrysler is opposed to all exploitative working conditions.

Protection of health. DaimlerChrysler ensures health and safety at the workplace to a level no less than required by national legislation and supports the continuous improvement of working conditions.

Compensation. DaimlerChrysler honors the right to reasonable compensation of a level no less than the legally established minimum-wage and the local job market.

Working hours. DaimlerChrysler guarantees compliance with national provisions and agreements regarding working hours and regular, paid holidays.

Training. DaimlerChrysler supports training of employees with the aim of good performance and high quality work.

Suppliers. DaimlerChrysler supports and encourages its suppliers to introduce and implement equivalent principles in their own companies. DaimlerChrysler expects its suppliers to incorporate these principles as a basis for relations with DaimlerChrysler. DaimlerChrysler regards the above as a favorable basis for enduring business relations.

Implementation procedure. These principles are binding upon DaimlerChrysler throughout the world. For all employees, including executives, the principles will be set down in the Integrity Code and then implemented. These principles will be made available to all employees and their representatives in an appropriate form. The methods of communication will be previously discussed with the employee representatives.

The senior managers of each business unit are responsible for ensuring compliance with these principles; they will take appropriate measures in respect of implementation. They will designate contacts to whom business partners, customers and employees can turn in case of difficulty. Any complaint brought to the managers' attention in this way shall not result in adverse consequences for the complainant. Corporate Audit will also examine compliance with these principles in its reviews and will include them in the audit criteria. In addition, Corporate Audit has established a general open line. This shall be the point to accept allegation of non-compliance with these principles at a decentralized level. Upon

indication of violation, Corporate Audit will take appropriate action. The corporate management will regularly report to and consult with the international employee representatives on social responsibility of the company and the implementation of these principles.

Auburn Hills, September 2002
DaimlerChrysler, Jürgen E. Schrempp / Günther Fleig

For the DC World Employee Committee on behalf of the International Metalworkers Federation (IMF), Erich Klemm / Nate Gooden

ANEXO 5

Gerdau Workers' World Council
Comitê Mundial dos Trabalhadores da Gerdau
Comité Mundial de Trabajadores de Gerdau_

5 de Março de 2011

André Gerdau Johannpeter
Presidente CEO
Gerdau

Av. Farrapos, 1811
Porto Alegre – RS – Brasil 90220-005
Sr. André Gerdau Johannpeter:

Em nome dos trabalhadores nas plantas da Argentina, Brasil, Chile, Peru, Colômbia, Canadá,
Estados Unidos, Venezuela e Espanha organizados no Comitê Mundial de Trabalhadores na
Gerdau e em nome de nossa organização internacional, a Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas- FITIM – exigimos que sua empresa pare com as
práticas anti sindicais e repressivas contra os trabalhadores na Colômbia.

Referimo- nos, especificamente, aos trabalhadores Javier Oswaldo Gonzalez Penagos, Andrés Alberto Gonzalez Velazco e Leonardo Andrés Bermudez Cardona que estavam trabalhando na planta localizada em Tocancipá, Colômbia e foram demitidos em 21 de fevereiro de devido a possibilidade de fundarem uma filial do sindicato SINTRAMETAL na planta mencionada. Antes de serem despedidos, esses trabalhadores foram interrogados como criminosos por representantes da empresa na planta. Eles solicitaram nomes de outros trabalhadores interessados no sindicato e tentaram obter informações sobre o envolvimento no sindicato nacional. Gostaríamos de frisar que o direito a livre associação sindical é um direito constitucional reconhecido na Colômbia e em convenções internacionais.

Esta ação não é única. A Gerdau vem adotando práticas anti sindicais na Colômbia há algum
tempo. Primeiro, o fechamento da planta de Sidelpa, em Cali, com clara intenção de destruir a
organização sindical. Essa intenção fica demonstrada em processos judiciais em curso pedindo a suspensão da proteção legal para Alvaro Vega e Edward Portilla, dirigentes do SINTRAMETAL em Cali, que não aceitam o fechamento da planta ou indenizações oferecidas
pela Gerdau. Segundo, a intenção da Gerdau de fechar a planta em Duitama, na qual um grupo de trabalhadores ainda resistem ao fechamento, permanecendo no interior da emresa.

Queremos lembrá-lo que durante a intenção de fechamento da planta, representantes da Gerdau mantiveram trabalhadores trancados sob coação e exigiram as demissões deles da
Gerdau e do sindicato.

Assim, vimos solicitar:

1) A reintegração, sem qualquer perda monetária, de Javier Oswaldo Gonzalez Penagos, Andrés Alberto Gonzalez Velazco e Leonardo Andrés Bermudez Cardona para a planta de Diaco Tocancipá,
2) Ações disciplinares para Jaime Barbosa, Claudia Galvis e Lina Marcelo Soto por abuso de poder e desrespeito ao direito constitucional e internacional de formar um sindicato,
3) The immediate reopening of Laminados Andinos - Diaco Duitama and the recognition of the protection of the bargaining agreement negotiated with Diaco Tuta since they are the same company,
4) A suspensão de todos os processos legais contra Alvaro Vega e Edward Portilla e a transferência desses trabalhadores para a planta de Diaco, Cali.

A atitude da Gerdau demonstra desrespeito às relações legais que devem existir entre sindicatos e empresas. Diferenças entre as partes são esperadas. Mas neste caos, é mais que diferenças entre trabalho/ trabalhadores e tornou-se rebaixamento sindical. Nós acreditamos que sua imediata intervenção seja necessária!

Desde já agradecemos us imediata intervenção para esta questão.

Atenciosamente,

Comitê mundial des Trabalhadores na Gerdau

Denis Kavanagh, Francisco Antunez, Lopez Valdir Lodi
Co Presidentes